



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 64

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 17 de Junho de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados e lida a correspondência, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político**.

Ao abrigo do artigo 73º do Regimento da ALRAA, foram apresentados os seguintes Votos:

– **Voto de Saudação pelos 25 Anos sobre a adesão de Portugal à CEE**, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*), o Voto de Saudação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Programa de Intercâmbio “A Assembleia das Regiões da Europa – Eurodisseia”**, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Feita a apresentação, pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), tendo o Voto sido aprovado por unanimidade.

– **Voto de Protesto sobre o Centro Regional dos Açores da RTP**, pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o Voto de Protesto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) apresentou uma declaração política, no debate da qual usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Helder Silva (*PS*) e António Marinho (*PSD*).

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiu uma intervenção a Sra. Deputada Alzira Silva (*PS*), na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Mário Moniz (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Helder Silva (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Projecto de Resolução n.º 20/2010 – “Realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do Projecto de Resolução pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), João Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O diploma foi rejeitado por maioria.

2. Projecto de Resolução n.º 18/2010 – “Cria uma comissão eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, apresentado por um conjunto de deputados (*PS*, *CDS/PP*, *BE*, *PCP* e *PPM*).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraida Soares (*BE*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

3. Projecto de Resolução n.º 13/2010 – “Roteiros Culturais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do Projecto de Resolução pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*) e Mário Moniz (*BE*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O diploma foi aprovado por maioria.

4. Projecto de Resolução n.º 12/2010 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para que sejam instalados radares meteorológicos capazes de assegurar a cobertura integral da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*), Vera Bettencourt (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Apresentou uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*).

5. Projecto de Resolução n.º 19/2010 – “Recomenda ao Governo a adopção de medidas que facilitem a introdução de sistemas e aplicações de *software* livre nos serviços da Administração Pública Regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do Projecto de Resolução pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Mário Moniz (*BE*) e

Zuraida Soares (*BE*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

6. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010 – “Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*), usaram da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Os trabalhos terminaram às 20:00 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares, vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder agora à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): De um grupo de deputados, Projecto de Resolução com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão – Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de proceder à Audição do Conselho de Administração da RTP, S.A., no âmbito do acompanhamento das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Passamos agora aos votos.

Deram entrada na Mesa três votos, vamos começar pelo **Voto de Saudação sobre os 25 Anos sobre a adesão de Portugal à CEE.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Saudação

“25 Anos sobre a adesão de Portugal à CEE”

No dia 12 de Junho de 1985, Mário Soares, Primeiro-Ministro de Portugal à data, assinou, em cerimónia realizada no Mosteiro dos Jerónimos, a adesão do nosso País à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

Esse acto assegurou a Portugal o direito de ser membro de facto da CEE desde 1 de Janeiro de 1986, após ter apresentado a candidatura de adesão a 28 de Março de 1977 e ter celebrado o acordo de pré-adesão a 3 de Dezembro de 1980.

Portugal garantia assim as condições políticas, financeiras e institucionais para concretizar o terceiro “D” – de desenvolver – da plataforma programática resultante da revolução do 25 de Abril. Depois de democratizar e descolonizar, Portugal assegurava a integração política, económica, social e cultural na Europa a que, geograficamente, sempre pertenceu.

Fundada em 1956, através do Tratado de Roma e resultando dos escombros políticos da Segunda Guerra Mundial, a CEE foi a sucedânea da Comissão Europeia do Carvão e do Aço, uma organização que procurou regular importantes indústrias de antigos países inimigos na Europa continental.

Eram, assim, trilhados os primeiros passos rumo a uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus, alguns deles antigos inimigos com séculos de rivalidades e inimizades entre si, assente nos valores da paz, da democracia, da liberdade, da solidariedade e da tolerância.

Inicialmente, a CEE teve uma evolução tímida e sempre circunscrita ao domínio económico, revelando-se incapaz de concretizar os sonhos visionários de grandes estadistas que estiveram na sua concepção. Porém, a partir da década de oitenta do século passado, a CEE evolui com rapidez e dinamismo para áreas tão diversas como o ambiente, o desenvolvimento social, a investigação, a cultura, a juventude, a saúde, o emprego, a justiça, os assuntos internos, a política externa, entre muitas outras.

O Tratado de Maastricht, assinado em 7 de Fevereiro de 1992, transformou a CEE na União Europeia. Os tratados subsequentes – Amesterdão, Nice e Lisboa – confirmaram um processo, inédito e único na história da Humanidade, de transferência, pacífica e voluntária, de soberania nacional para uma entidade comunitária e supra-nacional com diversos elementos de natureza federal, tais como uma moeda única, uma cidadania europeia, um parlamento, um presidente, uma política comum de segurança e defesa e um representante para a política externa comum.

Na sua configuração actual, a União Europeia é governada numa lógica que sintetiza a componente federalista, da Comissão, com a intergovernamental, do Conselho, garantindo mais recentemente, através do Tratado de Lisboa, um maior peso político ao Parlamento Europeu e à articulação deste com os parlamentos nacionais e regionais dos diversos países da União.

A adesão de Portugal à CEE permitiu ao nosso País um desenvolvimento sem precedentes que nos fez recuperar de um grande atraso provocado pelo Estado Novo e pela sua política do “orgulhosamente sós” que condenou Portugal à pobreza, ao atraso e ao bloqueio.

Apesar da conjuntura de crise que vivemos, que evidencia a persistência de problemas, desequilíbrios e assimetrias, Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, aberto ao Mundo e europeu de pleno direito. Por isso, o balanço da nossa integração europeia só pode ser francamente positivo.

Um dos aspectos de maior sucesso da integração europeia de Portugal pode ser constatado através do desenvolvimento verificado nas suas duas Regiões Autónomas.

No caso dos Açores, é inegável o grande desenvolvimento possibilitado pelos mecanismos de apoio financeiro dos fundos estruturais europeus e pela discriminação positiva que o estatuto de região ultraperiférica nos confere no quadro das instituições europeias, e no qual o nosso país teve um papel central na sua consagração em Tratado.

Fruto das aspirações dos povos, os diversos alargamentos permitiram que, hoje, cerca de 493 milhões de cidadãos europeus, de 27 Estados-Membros, estejam

reunidos em torno de um projecto social e colectivo de maior sucesso no Mundo, assente numa diversidade social e cultural de grande relevo à escala global.

A União Europeia tem, assim, um papel da maior importância a desempenhar no plano mundial. Nenhum dos grandes desafios com que actualmente se confronta a Humanidade pode ser resolvido sem a participação activa da União Europeia.

E por isso, é bom recordar a todos os políticos europeus de todos os países, inclusive aos que têm excedentes comerciais correspondentes aos deficits de alguns outros, que nunca como agora a Europa e a União Europeia fizeram tanto sentido. A União fez, faz e fará a força da Europa. Nenhum país europeu, por maior que seja e por mais debruçado que esteja sobre a sua gestão política interna, fará melhor sozinho no Mundo do que poderá alcançar como elemento integrante de uma União Europeia forte e unida actuando à escala global.

A velha Europa, inventora da Liberdade e da Democracia e herdeira do Iluminismo e do Humanismo, destituída de sonhos hegemónicos fundados na subjugação de povos congéneres pela força, é cada vez mais imprescindível ao novo mundo globalizado do século XXI, pois é precisamente dos valores matriciais que a Europa representa que o Mundo mais precisará no futuro.

Num momento em que parece existir uma nuvem negra a pairar sobre os céus da União Económica e Monetária, é tempo da União Europeia rejeitar a hesitação e o adiamento e aperfeiçoar os mecanismos de coordenação de economias nacionais fortemente interdependentes no sentido de ultrapassar, com sentido de longo prazo, as dificuldades da circunstância actual.

Vinte e cinco anos são bodas de prata. É o momento ideal para olhar para o passado recente da construção europeia, mas também é tempo para perspectivar o futuro. É, assim, com um balanço positivo do caminho trilhado até aqui e com a confiança de vencermos os desafios que se nos deparam que devemos olhar para a realidade actual da União Europeia. Façamo-lo, com orgulho e optimismo!

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, reunida no período legislativo de Junho, aprove um voto de saudação pela

passagem dos vinte e cinco anos sobre a data de assinatura da adesão de Portugal à CEE, actual União Europeia.

Horta, Sala das Sessões, em 17 de Junho de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Catarina Furtado, José San-Bento, Graça Teixeira, Carlos Mendonça e Paula Bettencourt.*

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Breves palavras, para dizer que o Partido Social Democrata se associa a este voto e com alegria o faz, porque comemoramos este ano os 25 anos da adesão, momento, como foi referido no voto, para reflectirmos sobre esta nossa história de integração, fazer um balanço neste momento de crise nacional e internacional e também de crise da própria orientação da União Europeia.

Há vinte e cinco anos, grandes estadistas, como Felipe González e Mário Soares, lideraram este processo, um processo que já vinha e tinha incluído outros grandes estadistas, entre os quais a referência do Partido Social Democrata, Sá Carneiro, neste processo de integração e aproximação à União Europeia, que significou também agarrarmo-nos a uma âncora de democracia e de progresso, saídos que estávamos de um período conturbado, saídos que estávamos de um período em que, nomeadamente no PREC, Portugal atravessou momentos muito difíceis, com consequências que se registavam ainda na altura da adesão. Algumas delas, infelizmente, ainda pairam sobre nós.

Este momento de integração, de nos unirmos à União Europeia, significou dar as mãos a um grupo de países que nos puxou para cima, no sentido da liberdade, do progresso e da democracia. Aliás, as mais recentes integrações dos países que anteriormente estavam na Cortina de Leste também significaram agarrar-se a essa âncora de segurança e democracia. É isso que a União Europeia tem significado, também para esses novos países, e é por isso que cada vez mais países querem aderir à União Europeia, apesar das circunstâncias difíceis que atravessamos.

No entanto, estes 25 anos foram sem dúvida um sucesso para a nossa integração. Ainda recentemente, quando foi da comemoração dos 25 anos, houve a particularidade de o Presidente do Parlamento Europeu ser Joseph Borrel e o Presidente da Comissão Europeia ser Durão Barroso – e ainda é neste momento –, o que significa também a nossa capacidade de influenciar, de assumir cargos importantes nesta União Europeia.

Isso não deve ser apenas um motivo de regozijo, deve ser também um motivo de nos responsabilizarmos pelo futuro comum que temos nas nossas mãos. Esse futuro comum, neste momento, é muito complicado, é muito difícil. A União Europeia corre riscos de irrelevância, a muitos níveis, no processo global mundial. É preciso que nos entendamos. Neste momento, decorre um Conselho Europeu que poderá ter muito significado para os próximos passos que temos de trilhar.

De qualquer modo, sem a União Europeia e os seus valores, certamente que não só cada um dos nossos Estados-membros ficaria mais pobre, mas também o mundo, globalmente, ficaria mais pobre, porque entendo que, mais que não seja, pelo menos farol de liberdade, democracia e direitos humanos, aí, sem dúvida nenhuma, a Europa o é do mundo. E nós fazemos parte, também, deste contexto.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP não pode associar-se a este voto, porque...

Deputado José San-Bento (PS): Eu bem fiz um esforço!

O Orador: Eu sei que o senhor fez um esforço, mas não abdicou da sua faceta e da sua propositura federalista, além de que a actual situação europeia e o histórico da União Europeia não nos conduziram, de facto, a um país mais desenvolvido. A não ser que o senhor, ou os senhores, tenham uma visão restrita de desenvolvimento. Portanto, não posso associar-me aos conteúdos do voto que V. Exas. aqui trazem. Lamento, mas não posso.

A data é, de facto, uma data histórica para Portugal, mas a verdade é que Portugal, a partir dessa altura, afunilou as suas relações com o mundo. E, se é de facto

verdade que tivemos um período negro da nossa história do século XX, de “orgulhosamente sós”, também tivemos um património histórico de universalismo, que perdemos com a nossa entrada na União Europeia. Não por via da entrada na União Europeia, mas por via da visão restrita e redutora que os políticos portugueses que conduziram a adesão negociaram com a União Europeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico vai associar-se a este voto de saudação, que tem a ver com a importância que nós reconhecemos ao processo europeu.

No entanto, quero deixar aqui uma abordagem em relação àquelas que são as competências próprias da região neste processo de integração europeia e também à visão muito negativa que nós temos e que fazemos em relação à postura do Governo Regional e à sua falta de visão estratégica quanto à integração europeia.

É necessário recordar a este Parlamento que, por exemplo, mecanismos de cooperação europeia como os agrupamentos europeus de cooperação territorial, que permitem uma cooperação transfronteiriça e transnacional e que permitiriam um financiamento suplementar à Região Autónoma, foram completamente esquecidos...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade.

O Orador: ...por parte do Governo Regional. É uma enorme falta de visão estratégica, porque a visão estratégica que o Governo tem é de conseguir o máximo de subsídios. Mas, evidentemente, não tem uma visão de cooperação, não tem uma visão estratégica de afirmação dos Açores no Atlântico e não tem, também, do ponto de vista daquilo que está no Estatuto, daquelas que são as competências do Governo Regional, daquelas que são as suas exigências, informado esta câmara em relação à sua estratégia, em relação às suas iniciativas na Europa, ao contrário e nesse caso afectando gravemente aquelas que são as novas competências estatutárias.

Portanto, em relação à política externa, em relação ao processo de integração europeia, o que temos, da parte do Governo Regional, em termos de informação, em termos de contributo estratégico, de visão estratégica, que nos tenha sido transmitido por parte do Governo Regional, nomeadamente por parte do Sr. Secretário Regional da Presidência? Nada!

Há poucos dias, tive a oportunidade de observar uma fotografia em relação a uma cimeira, uma reunião que tivemos das regiões ultraperiféricas. De facto, estavam lá todos os representantes das regiões ultraperiféricas. Nessa fotografia faltava o representante dos Açores, que era o Sr. Secretário. O Sr. Secretário não estava lá. Acho que esta ausência...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: Não estava na fotografia, não está na estratégia e também não está na acção concreta.

Portanto, em relação à política europeia...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mostre a fotografia!

O Orador: ...o Governo Regional tem um mundo de ausências e o Sr. Secretário Regional da Presidência tem uma gravíssima responsabilidade no que diz respeito a esta ausência, a esta falta de estratégia, em relação à integração dos Açores neste processo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isto que eu tinha a dizer.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já fui ao Corvo muitas vezes e o senhor não estava lá!

(Risos da câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (*BE*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai associar-se a este voto e vai dar-lhe o seu voto favorável, porque se assume como um partido europeísta, o que não quer dizer que comungue de todo o optimismo espelhado no conteúdo deste voto.

Na realidade, não comungamos, e também admitimos que, apesar de todo o esforço feito e aqui confessado pelo Sr. Deputado José San-Bento, faltou, do nosso ponto de vista, alguma visão crítica e exigente sobre a construção de uma Europa dos povos. Mas disso teremos outras oportunidades para falar.

De qualquer modo, sobre os 25 anos da construção desta entidade europeia, não temos a mínima dúvida em votá-los favoravelmente.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Orgulhosamente só!

Presidente: Passamos para o voto seguinte, também de autoria do Partido Socialista, um **Voto de Congratulação sobre os 25 Anos do Programa de Intercâmbio “A Assembleia das Regiões da Europa – Eurodisseia”**.

O Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 Anos do Programa de Intercâmbio – A Assembleia das Regiões da Europa –
Eurodisseia

A 14 de Junho de 1985, aquando da criação da Assembleia das Regiões da Europa, foi criado o Programa de Mobilidade Profissional Eurodisseia, programa de intercâmbios entre as Regiões Europeias que permite aos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos beneficiarem de estágios em várias regiões europeias, enriquecendo as suas competências e aprendendo novos métodos que venham a ser postos em prática na sua Região de origem.

O Eurodisseia é o primeiro programa de mobilidade entre Regiões Europeias. Mais de 10.000 jovens europeus frequentaram este programa e mais de 2000 fixaram residência em outra região que não a sua de origem, aproveitando o importante instrumento de mobilidade. O seu pioneirismo fê-lo ser inspirador para todos os outros programas que o seguiram, como os conhecidos Leonardo Da Vinci ou o Erasmus.

A mobilidade profissional e juvenil permite abrir as fronteiras de qualquer sociedade, impedindo que esta viva fechada sobre si, sem perspectivas e sem abertura ao mundo. A assimilação e acomodação de novas experiências, de novos métodos e de novos mecanismos podem, naturalmente, dar um importante contributo para o desenvolvimento local. Ao longo de 25 anos, o Eurodisseia tem dado grandes contributos para essa mobilidade e para uma constante troca de experiências entre os jovens das várias Regiões Europeias.

Este programa é, também, emblemático não só por ser o primeiro programa de mobilidade profissional na Europa, como também por ser o único programa europeu entre regiões e não entre estados.

É justo referir também o importante papel que os Açores têm desempenhado ao longo dos anos para o sucesso deste programa. Desde a presidência açoriana que o número de estagiários aumentou 25% e o número de regiões aderentes aumentou 50%.

Funcionando sob o princípio da reciprocidade, onde cada região recebe tantos jovens quanto os que envia para outra Região, o Eurodisseia tem também a particularidade de promover no início de cada estágio (que dura entre 5 e 7 meses) um mês de aprendizagem da língua e da História e geografia da Região de destino. Actualmente, são cinquenta os estagiários do Eurodisseia de outras regiões

européias que estão a estagiar nos Açores, em áreas procuradas por jovens de regiões suíças, espanholas, francesas, belgas, croatas ou alemãs, procurando áreas como o restauro, o turismo ou a biologia marinha.

Da mesma forma, temos hoje 50 jovens açorianos a estagiar na Europa em várias regiões, como nas regiões espanholas da Catalunha, Múrcia ou Valência, nas regiões francesas de Paris, nas regiões belgas de Valónia ou de Bruxelas, na região inglesa de Devon, em Oslo na Noruega, em Baden – Alemanha ou em Jura na Suíça. Ao todo são cerca de 750 jovens açorianos aqueles que já frequentaram o Programa Eurodisseia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de Junho de 2010, emita um voto de congratulação pelos 25 anos do Programa de Intercâmbio Juvenil e Profissional Eurodisseia.

Horta, 17 de Junho de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Catarina Furtado, Hernâni Jorge e Berto Messias*.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa Eurodisseia é certamente um programa de intercâmbio que se revela extremamente importante, designadamente para os jovens açorianos que, dessa forma, podem adquirir novas experiências em outras realidades e com outras realidades, designadamente também em termos culturais. Aproveitam para, a partir daí, melhorar o domínio das línguas das zonas onde frequentam os estágios, certamente ganham competências profissionais que são importantes e, através mesmo do convívio, contactam efectivamente com outras realidades que são, seguramente, importantes para o seu percurso futuro.

Por outro lado, permite que se dê a conhecer a região a jovens provindos de outras zonas europeias. Dá-se-lhes a conhecer uma realidade que é diferente, dá-se-lhes a conhecer os constrangimentos de uma realidade diferente e também as oportunidades que são oferecidas por essa realidade que é diferente e, portanto, permite igualmente ganhar adeptos junto das diversas regiões da Europa para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é um programa importante, em que os jovens, quer os europeus que aqui vêm, quer os açorianos que daqui saem, ficam todos certamente mais enriquecidos e, por isso, ganham certamente para o seu próprio percurso de vida. Nessa medida, é um programa importante e naturalmente que o PSD não poderia deixar de se associar a este voto do Partido Socialista.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao **Voto de Protesto** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Protesto

A Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, aprovou os Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal S.A., os quais definem como objecto da sociedade a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão. Os referidos Estatutos definem também que a sociedade tem centros regionais nas regiões autónomas, com capacidade necessária para a produção.

Os mesmos Estatutos sujeitam os directores dos centros regionais a uma audição anual na respectiva Assembleia Legislativa. A nossa Assembleia tem exercido, anualmente, esse poder de audição parlamentar.

O Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., tem, sucessivamente, declarado à Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, o seu lamento pela *“falta de autonomia administrativa e financeira do Centro Regional”*, que *“dispõe de um orçamento muito limitado”* uma vez ponderado pela administração central da empresa que olha essencialmente aos aspectos demográficos e esquece a realidade arquipelágica.

Na primeira audição, em sede de Comissão Parlamentar, o Director do Centro Regional transmitiu aos Deputados que, nos Açores, *“há questões essenciais que foram abandonadas ao longo dos tempos, como seja a aquisição de equipamentos”* e que *“a televisão atingiu, hoje, a rotura no que respeita aos equipamentos”*. Disse ainda pretender aceder à *“criação de melhores condições de trabalho, por via da disponibilização de instalações, em cooperação com os municípios”*.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores, apesar dos apoios financeiros indispensáveis concedidos pelo Governo Regional – a quem não compete o seu financiamento – está a atravessar um período conturbado da sua existência.

No caso concreto do serviço público de televisão, continuam por resolver, apesar de diversos anúncios de intenções, os gritantes problemas estruturais das instalações, para além da precariedade laboral de acentuado número de colaboradores.

Já no que toca ao serviço público de radiodifusão, a Antena 1/Açores parece estar sujeita a um processo de desmantelamento, com especial incidência ao nível dos seus recursos humanos, provocando visíveis entraves, nomeadamente ao funcionamento da sua redacção.

Constate-se que, actualmente, a rádio pública nos Açores não tem Chefe de Redacção e vive situações de grave precariedade na delegação da Ilha Terceira onde, no passado, existiam três jornalistas do quadro e, presentemente, apenas um se mantém em funções, limitado ainda pelo facto de ter a seu cargo o único programa de grande informação da estação pública.

Por outro lado, numa Região arquipelágica como a nossa, só uma estação de rádio pública tem a capacidade de proporcionar a todos os Açorianos, nas diferentes ilhas, o necessário serviço público de informação.

É sempre bom sublinhar que aos profissionais da comunicação social cumpre o dever de proporcionar ao público uma informação isenta, rigorosa e imparcial, no estrito cumprimento das normas éticas e deontológicas reguladoras da sua profissão.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra o aparente abandono a que o Centro Regional dos Açores está votado por parte do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., e pela ineficiente gestão de recursos humanos, técnicos e materiais da Direcção do Centro Regional dos Açores.

Que deste Voto seja dado conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., e ao Director do Centro Regional dos Açores.

O Presidente do Grupo Parlamentar, *Artur Lima*.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai associar-se a este voto de protesto proposto pelo CDS/PP e gostaria de deixar aqui um comentário.

Aquando da vinda do actual Director do Centro Regional da Rádio e Televisão Pública, tive a oportunidade de afirmar publicamente que não acreditava, ao contrário do que na altura circulava por aí, que um açoriano teria vindo para os Açores, responsável pela Rádio e Televisão Pública, para a destruir. Hoje, tenho dúvidas de que isto não esteja a acontecer, tal é a sucessão de factos que têm vindo a suceder. Efectivamente, muito em particular a rádio tem sido completamente abandonada por esta direcção da RTP/Açores.

Assim, associamo-nos a este voto, sem qualquer dúvida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto, até porque é fundamental que esta Assembleia dê sequência e seja conseqüente com a acção de acompanhamento dos serviços públicos de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, o que temos vindo a fazer de forma mais empenhada e mais próxima, designadamente desde o passado ano de 2008.

Nesse mesmo ano, esta Assembleia, através da CAPAT e em execução de um mandato que foi conferido por este Plenário, reuniu com o Conselho de Administração da RTP, S.A., no dia 23 de Junho. Nessa reunião, foram abordadas algumas das questões que constam dos considerandos do voto que foi apresentado pelo CDS/PP, designadamente os problemas ao nível da gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e dos meios do Centro Regional dos Açores, incluindo a questão da política de instalações para as três delegações do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.

Foi-nos informado na altura, e consta do relatório que foi elaborado e submetido à apreciação deste Plenário, que o Conselho de Administração diligenciaria esforços, designadamente para suprir alguns desses aspectos e que, no que respeita à política de instalações, até ao final desse ano de 2008 seria definida a estratégia, de forma a que pudesse ser executada já a partir dos orçamentos de 2009. Apesar de todo o empenho e do apoio que o Governo Regional tem posto, designadamente ao nível do apoio à aquisição de alguns equipamentos e no apoio e empenho que tem tido relativamente ao desenvolvimento dessa política de instalações, sucede que ainda hoje muitos desses problemas ao nível da gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e mesmo das instalações persistem. A indefinição ao nível da questão das instalações é praticamente total, com excepção da questão da Horta, que recentemente ganhou contornos de resolução.

Estamos a pouco mais de um ano e meio da revisão do contrato de concessão que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008 e que prevê uma revisão quatro anos volvidos sobre a sua assinatura. Sendo inequívoco, pelo que consta da Lei da

Televisão e do próprio contrato de concessão, que compete ao Estado e à concessionária o desenvolvimento de serviços e programas específicos destinados à Região Autónoma dos Açores, esta Assembleia não pode, como dizia eu há pouco, a menos de um ano e meio da revisão deste contrato de concessão, deixar de estar atenta e pressionar, colocando o dedo na ferida, de forma a que, por via eventualmente da revisão do contrato de concessão, sejam garantidos e assegurados os direitos de serviço público de rádio e televisão que os açorianos têm.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O serviço público de rádio e televisão nos Açores tem passado por grandes dificuldades nos últimos tempos e este Parlamento conhece estas dificuldades. Sai ano, entra ano e mantêm-se os problemas, quando não aumentam, como tem surgido recentemente em notícias.

Os problemas e as dificuldades do serviço público de rádio e televisão nos Açores têm chegado a este Parlamento, quer no âmbito das audições ao Director do Centro Regional dos Açores, quer no âmbito de audições à comissão de trabalhadores, quer também no âmbito do acompanhamento normal e regular que os deputados fazem da vida pública regional. A falta de autonomia, a falta de meios, as dificuldades de gestão de recursos humanos, de recursos materiais, tudo isto efectivamente – e isto é que nos parece essencial – põe em causa o serviço público de rádio e televisão.

O serviço público de rádio e televisão está posto em causa e este Parlamento tem o dever de acautelar o seu cumprimento. Está posto em causa, por todas estas dificuldades: de autonomia, de gestão de recursos humanos, de gestão material, conforme tem sido referido, como ainda em notícia recente de que, por exemplo, na Ilha Terceira existe apenas um jornalista no quadro do serviço público de rádio. Mas, para além deste problema, existem outros: precariedade, anos e anos de recibos verdes, um conjunto de problemas que, de facto, para além desta parte humana e dos recursos humanos, também em termos de material obsoleto, de falta

de equipamentos, isto é, um conjunto vasto de problemas que, como referia, põe em causa o serviço público.

Nesta posição, não pode, na perspectiva do PSD, deixar de enaltecer-se o esforço que tem sido feito no sentido de se manter a produção de alguns programas de qualidade nalgumas áreas. Este esforço é meritório, sobretudo pelos trabalhadores que, ao longo destes anos, têm mantido este serviço, com a qualidade que tem tido. O PSD tem revelado preocupação sobre esta matéria. Desde logo, está em discussão neste Parlamento um Projecto de Resolução da iniciativa do PSD no sentido de reafirmar de forma inequívoca a importância de um serviço público de rádio e televisão nos Açores. O Estado tem essa responsabilidade e, sobretudo, tem a responsabilidade de o dotar de autonomia suficiente, para que se cumpra esse serviço público. Por outro lado, o PSD é co-autor de um Projecto de Resolução que também irá ser discutido nesta semana, que visa proceder à audição do Conselho de Administração da RTP, S.A., no sentido de que preste contas neste Parlamento sobre o que está em causa.

De facto, a situação é grave e merece que este Parlamento, por todos os meios que tem ao seu dispor, manifeste essa gravidade e dê passos para que os problemas, de uma vez por todas, caminhem no sentido da sua resolução. Por todas estas razões, o PSD associa-se ao voto, votando-o favoravelmente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção, para me associar a este voto de protesto, pelo conjunto de argumentos que aqui estão aduzidos e que têm a nossa plena concordância.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação do voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outra fase dos nossos trabalhos.

Para uma declaração política, dou a palavra ao BE. Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Mundo mudou!

Esta frase faz hoje parte do quotidiano de todos e todas que vivemos neste planeta. Uma realidade insofismável, sem paralelo na História da Humanidade, que nos projectou para a era da globalização. O salto para esta nova era, que hoje vivemos, teve como suporte fundamental a revolução tecnológica e científica e, como base ideológica, a Liberdade, a Democracia e o respeito pelos Direitos Humanos.

Nos finais do século passado, milhões e milhões de pessoas, por todo o mundo, acreditaram que era possível um mundo melhor, sem guerras, com respeito pelas pessoas e pelos seus direitos individuais e colectivos.

Afinal, foi sol de pouca dura. Esta globalização, ao contrário da esperança de milhões, não acabou com as guerras; pelo contrário, multiplicou-as e, por via disso, os orçamentos para armas aumentaram. Não acabou com a pobreza absoluta; pelo contrário, aumentou-a, e mesmo a pobreza relativa tem vindo a ganhar terreno.

Na Europa, os direitos sociais conquistados têm vindo a ser mitigados a cada dia que passa, em todos os países. Em 30 a 40 anos, a esperança das pessoas foi, progressivamente, substituída pela incerteza, pela intranquilidade e pelo medo. O oásis prometido deu origem à maior crise económica de sempre e a um lastro de sofrimento à escala global.

Afinal, a liberdade apregoada era tão-só a liberdade do capital financeiro se expandir a níveis nunca antes alcançados, concentrando os recursos do planeta em cada vez menos mãos e impondo uma forçada acumulação de capital, deitando mão de tudo para o conseguir. Aí estão, no seu auge, os resultados da ortodoxia do neo-liberalismo que todos e todas, hoje, conhecemos.

O nosso país não fugiu a esta regra: o neo-liberalismo – com mais ou menos matizes – foi e é a cartilha da classe política e financeira que tem dirigido este nosso país.

Mas esta ortodoxia do mercado – o chamado pensamento único, na economia –, estendeu-se às tentativas de imposição de pensamentos únicos, não só na forma de pensar de cada pessoa, mas também na sua maneira de viver.

Às forças de esquerda cabe hoje, no mundo, o papel de ombrear com todos os milhões que se levantam contra esta ortodoxia, pugnando por uma globalização que tenha o ser humano no centro e não a finança.

Esta luta também é global.

Uma luta política que vai da economia à cultura, dos costumes à filosofia, contra o pensamento global único; em suma, uma luta pela democracia.

Esta luta, em várias frentes, é prolongada, terá fases de avanços e recuos e os socos terão de ser vencidos, um a um. Mas sendo uma luta global, ela é travada a partir de cada país e, no nosso, a batalha política das Presidenciais assume especial relevo e importância política. Nesta batalha, o Bloco de Esquerda já assumiu a sua posição: todo o empenho, na vitória de Manuel Alegre. O Bloco de Esquerda/Açores assumiu, sem reservas, o apoio à decisão da Direcção Nacional e por maioria de razão.

O actual Presidente da República é um discípulo activo da ortodoxia reinante no mundo. Também para ele, o mercado é sagrado. Tem sido esta a política seguida, com os desmandos conhecidos para quem trabalha.

(Vozes de protesto da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mas o actual Presidente tudo apoia, incentiva e promulga.

Portugal não precisa de um Presidente adepto fervoroso do neo-liberalismo. Portugal não precisa de um Presidente que não entenda as alterações sociais que o mundo atravessa e se oponha, sistematicamente, à evolução do conceito de família e à sua adequação às novas realidades, ou que não entenda os direitos de minorias à cidadania plena. O Portugal moderno não pode ter uma moral oficial e tolerar os que são diferentes, guetizando-os na lei.

Portugal não precisa de um Presidente que olhe as Autonomias com desconfiança e que lhes crie, constantemente, obstáculos ao seu desenvolvimento. A visão centralista de que deu provas, quando era primeiro-ministro, não se dissipou com o tempo; antes se refinou, como o prova a rábula do processo de promulgação do nosso Estatuto. O que Aníbal Cavaco Silva tentou fazer, a propósito do Estatuto Político-Administrativo dos Açores – fomentando uma opinião pública contrária às Autonomias –, não serve os Açores e, por isso, não serve o País.

E tão-só esta razão bastaria para que o Bloco de Esquerda/ Açores não hesitasse em dar o seu apoio a Manuel Alegre, candidato (no actual quadro político) mais bem colocado para derrotar Cavaco Silva.

Sabemos das dificuldades da tarefa, quanto mais não seja, por força da tradição. Por isso mesmo, é imperioso juntar forças, desde já.

Apoiamos Manuel Alegre e não confundimos os patamares da luta política do deputado interveniente no passado – com o qual, muitas vezes, ombreámos – das funções para as quais se candidata. Sem perder a memória, respeitaremos, na íntegra, o candidato supra-partidário, tal como se assumiu na sua declaração de candidatura, feita aqui, nos Açores. Na convicção plena de que a vitória de Manuel Alegre é importante para o País e, em particular, para o processo autonómico.

O Bloco de Esquerda afirma estar presente, também, neste combate.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Quero dar-lhe os parabéns pela forma como o Bloco de Esquerda, de facto, sendo um partido com menor dimensão que o PS, conseguiu liderar este processo em relação às presidenciais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também vai subscrever o apoio ao republicano açoriano?

O Orador: Nesse sentido, obviamente que o Partido Socialista foi completamente ultrapassado, eu diria empurrado, para apoiar o candidato que começou por ser do Bloco de Esquerda. Os senhores depois, arrastados pelo Bloco de Esquerda, apoiam este candidato Manuel Alegre.

Obviamente que todos nós sabemos que este processo de apoio, contra o fundador do partido, Dr. Mário Soares, a Manuel Alegre foi, de facto, um processo muito tortuoso. Nesse sentido, percebo as dificuldades enormes do Partido Socialista que, a propósito, há quatro anos apoiou o Dr. Mário Soares contra o Deputado Manuel Alegre. Portanto, são estas incongruências tremendas...

Deputado Francisco César (PS): Não é candidato agora!

O Orador: ...do Partido Socialista em relação ao apoio ao candidato presidencial que acho que descredibilizam completamente a vossa postura, porque a postura do Partido Socialista em relação ao candidato presidencial é algo que não convence ninguém. Penso que não irá convencer nenhum cidadão português, porque o próprio Partido Socialista não está convencido em relação a esta questão.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Não fale de coisas republicanas.

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, considero que, de facto, neste assunto a senhora marcou, e marcou bem, a agenda política e o Partido Socialista vai por arrasto nesta questão.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Isso é para análise do Professor Marcelo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Afinal, apoia ou não o candidato Manuel Alegre?

Presidente: Sr. Deputado Helder Silva, tem a palavra.

(* Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por cumprimentar a Sra. Deputada Zuraída Soares, pela declaração política que nos trouxe, numa matéria que também nos une, que tem a ver com a próxima grande batalha política que teremos a nível nacional e que acompanharemos, aqui nos Açores, com todo o nosso vigor, as presidenciais.

Como é bom de ver, estas eleições presidenciais, por vezes e em determinadas alturas tidas como eleições menos relevantes do ponto de vista político, neste

momento, dada a nossa conjuntura social, económica e política, revelam-se da maior importância para o país e, designadamente, para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não percebo porquê, há quatro anos não apoiaram!

O Orador: Quero também afirmar que o PS/Açores esteve desde a primeira hora ao lado desta candidatura de Manuel Alegre. Fizemo-lo. Aliás, não foi por acaso que Manuel Alegre foi aqui, em território açoriano, que se apresentou enquanto candidato presidencial, algo que naturalmente muito nos orgulha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há quatro anos, Mário Soares não era bom?

O Orador: Não creio que um apoio a nível nacional um pouco mais demorado tenha tido como razão qualquer dúvida relativamente àquele que era o apoio que o Partido Socialista, também a nível nacional, devia dar, mas estou absolutamente certo de que, nesta matéria, o Partido Socialista nos Açores esteve na primeira linha deste apoio. Estivemos porque, conforme aqui foi referido pela Sra. Deputada Zuraida Soares, Cavaco Silva apresentou-se ao país como um político com conceitos preconceituosos e conservadores, relativamente à família, relativamente às minorias, relativamente até à economia e à forma como olha para a própria economia do país e, muito claramente e muito especialmente, naquilo que tem a ver e que é mais relevante para nós nos Açores, relativamente às autonomias.

Deu provas sobejas, ao longo não dos últimos anos, enquanto Presidente da República, mas ao longo das últimas décadas, enquanto responsável político, enquanto Primeiro-Ministro...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que o foi durante cerca de dez anos, e enquanto Presidente da República, que o foi mais recentemente, ao longo dos últimos cinco anos. Portugal e os Açores em especial não precisam deste Presidente da República!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: É fundamental uma união de todos aqueles que são contra esta visão preconceituosa da política, do país, da nossa região e das regiões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É fundamental que a esquerda se una contra o candidato Cavaco Silva!

Nesta matéria, devo dizer, Sra. Deputada, que o Partido Bloco de Esquerda deu um exemplo, pela forma como foi capaz de, em primeira linha, se pôr ao lado desta candidatura de Manuel Alegre. Quero por isso, também, cumprimentá-la e cumprimentar o Bloco de Esquerda. Nestas alturas, quando nos unem pontos de vista, devemos relevá-lo e é esse o facto, naquilo que tem a ver com a candidatura de Manuel Alegre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, não nos queremos intrometer na ligação...

Deputado José San-Bento (PS): Claro, não é homem para isso!

O Orador: ...forte que existe, neste momento, entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, em torno de uma determinada candidatura. É um problema que os senhores têm de resolver e naturalmente têm todo...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não temos nenhum problema.

O Orador: Os senhores não gostam da ligação?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Gostamos!

O Orador: Ah, gostam? Pronto! Sim, senhor!

Mas nós não nos queremos intrometer nisso e, naturalmente, não queremos tecer qualquer tipo de consideração em relação a isso. Os senhores têm o direito de ter as vossas opções próprias.

Agora, daquilo que aqui ficou visto, quer pela intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares, quer pela intervenção do Sr. Deputado Helder Silva, naturalmente parece-nos ser uma candidatura, em primeiro lugar, que se afirma pela negativa, afirma-se pelo contra. Não é uma candidatura a favor do país, a favor do que quer que seja, é contra a candidatura do actual Presidente da República.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

Deputado Hernâni Jorge (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É a favor do país.

O Orador: No fundo, isso logo à partida diz tudo. Quando avançamos com uma candidatura pelo contra, naturalmente sabemos bem aquilo que estamos a fazer.

Por outro lado, é uma candidatura que pretende mobilizar – foi a Sra. Deputada Zuraída Soares quem o disse e o Sr. Deputado Helder Silva, se não o disse, disse qualquer coisa semelhante – a esquerda, é uma candidatura da esquerda. Portanto, os senhores, o PS e o Bloco de Esquerda, querem ter uma candidatura para uma determinada parte do país.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade.

Deputado Mário Moniz (BE): É para o país todo, incluindo as regiões autónomas.

O Orador: Não é isso que é necessário para Portugal neste momento. Muito mais, neste momento, para Portugal, aquilo que é necessário é mobilizar o país no seu todo. E, para mobilizar o país no seu todo, não é uma candidatura pela negativa que lá vai! Os senhores têm todo o direito de ter a vossa opção, os portugueses saberão melhor. Saberão, seguramente, ver qual é a candidatura que, mobilizando o país, pode ser aquela que é mais favorável para o futuro de Portugal. Neste momento, como sabemos, em função de uma governação desajeitada e medíocre, está o país naturalmente a passar por enormes dificuldades. Não é com uma candidatura parcelar, uma candidatura isolada, que se vai resolver os problemas do país, é através de uma mobilização de todo o país.

Quanto a escolhas, e deixando só esta última referência...

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É contra os Açores!

O Orador: ...há uma coisa que seguramente nos divide: no caso do PSD, há muito que tem definido qual é o seu candidato. Ele está perfeitamente definido...

Deputado Helder Silva (PS): Por acaso, não foi isso que a comunicação social anunciou.

O Orador: ...conhecemo-lo, está anunciado; outros, demoraram semanas, meses ou eventualmente cinco anos, para conseguirem chegar ao candidato que querem. Há cinco anos, uma parte dos senhores gostava do candidato Manuel Alegre, outra parte gostava do candidato Mário Soares. Hoje, têm o candidato Mário Soares, que

não consegue dizer quem é que o PS deve apoiar. Os senhores, a custo, tiveram uma determinada opção, numa recente reunião de um órgão vosso.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Bagão Félix é que sabe.

O Orador: Os senhores andam à procura de um candidato e muitos dos senhores certamente estão mal dispostos com o candidato escolhido.

É a vossa opção, mas é muito melhor, tal como nós estamos, estarmos convictos de uma candidatura que vai ser, seguramente, a mais favorável para o país.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): E que é a melhor para a região!...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): A região fica no país!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Mário Moniz (*BE*): Não para a Região Autónoma dos Açores!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não existirem mais inscrições. Assim sendo, para encerrar o debate, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (*BE*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer que não me compete a mim, certamente, defender aqui o cidadão e o candidato Manuel Alegre, mas tenho de dizer que ele não foi arrastado por ninguém, nem por nenhum partido. Ele apresentou-se, como é assim que tem de ser numa candidatura presidencial, em termos individuais, supra-partidários, independentes e, com certeza, está aberto, foi ele próprio que o disse, a todos os apoios que cada um e cada uma entender dar.

Pessoalmente, como mulher de esquerda, espero bem que haja muitos cidadãos e muitas cidadãs deste país que, independentemente do partido ou da ideologia que perfilhem, independentemente de serem independentes ou não, possam abraçar e mobilizar-se à volta desta candidatura, em nome dos Açores e em nome do país. Eu não disse que era uma candidatura da esquerda, Sr. Deputado António Marinho, eu disse que era uma candidatura em torno da qual a esquerda deste país tem motivos de sobra para se unir e mobilizar, é diferente.

Depois, não é também uma candidatura contra, não tem de ser!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PS é que fez essa leitura!

A Oradora: Se tem de ser uma candidatura contra, é contra o serôdio e a tradição, mas é sobretudo uma candidatura mobilizadora, porque é uma candidatura pelo progresso, pela modernidade, pela cultura, pelos ventos de abertura que o mundo nos traz! Portanto, não é contra, é a favor!

Deputado António Marinho (PSD): A senhora é que é sempre contra!

A Oradora: E, quando o Sr. Deputado diz que o PSD já tem o seu candidato, é óbvio e público que tem. Tem-no, desde o dia em que o PSD, quando teve de escolher entre a defesa do nosso Estatuto Político-Administrativo e o apoio a um presidente que é da vossa área política, escolheu o presidente e escolheu a vossa área política, não escolheu a defesa do nosso Estatuto. A partir desse momento, ficou claro para todos os portugueses quem é o vosso candidato natural. Não é o do Bloco de Esquerda e eu espero bem – e para isso lutaremos muitos homens e muitas mulheres deste país – que não o seja da maioria dos portugueses e das portuguesas.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Veremos!

Presidente: Terminada a declaração política, passamos para as intervenções de interesse político relevante.

Lembro que, na sequência da intervenção do Deputado Duarte Freitas, havia uma inscrição que não pudemos satisfazer. Pergunto ao Sr. Deputado Rogério Veiros, que estava inscrito, se quer usar da palavra. Prescinde?

Assim sendo, parece-me não haver mais intervenções ou mais pedidos de esclarecimento relacionados com a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Dou, assim, a palavra à Sra. Deputada Alzira Silva, para uma intervenção.

Deputada Alzira Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma deputada ou um deputado nesta Assembleia tem por dever contribuir, de acordo com o seu estatuto, para a observância da Constituição e do Estatuto dos

Açores. O mesmo é dizer que zela pela Autonomia e pelo prestígio dos trabalhos desta Assembleia, assumindo competência legislativa nem sempre visível mas de insofismável importância e exercendo funções de fiscalização atenta e atempada.

O objecto da minha intervenção é exactamente clarificar o que é e o que não é e desmistificar o que acontece e o que não acontece mas que se diz que acontece – e, por vezes, até parece que se pretende que aconteça.

Ultimamente tenho testemunhado uma campanha de mistificação acérrima, de confusão insistente, de negativismo carregado, de detracção obstinada, de insinuações por vezes indecorosas que criam um clima de derrotismo fatalista nos Açores e, muito acentuadamente, no Faial.

Deputado Helder Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Afirmacões falsas e persistentes grassam por aí, com um toque, por vezes, de calúnia e um cheiro a desconhecimento, perfidamente comuns e pouco imaginativas, invocando tristezas, insuflando penas e pesares, ventilando desgostos, debatendo indiferenças, agitando angústias, profetizando desgraças e ensaiando futurismos desmoralizantes sobre a importância política desta ilha; afirmações que sustentam o que não é mas que dizem que é e vêm a corroer a outrora intrépida alma faialense, a construir fantasmas devoradores do ânimo e da dignidade desta ilha, a amarfanhar a energia positiva dos seus habitantes.

Afirmacões repetidas até à exaustão, a propósito e a despropósito, vão minando a confiança da população faialense, vão mistificando o rumo, vão denegrindo imagens e edificando mitos, vão alicerçando preconceitos e estereótipos e vão sugestionando inverdades como se fossem confidências de quem muito sabe dos meandros da política.

Não atribuiria grande importância a estas manobras insidiosas, não fora o respeito que os faialenses me merecem. Chega de apreensões, de revoltas e de interrogações. Chega de negativismos tenebrosos. Vamos às respostas.

O meu dever é, antes do mais, para com estas ilhas, para com os açorianos, para com os faialenses que me confiaram o seu voto. Não posso nem devo escamotear a realidade nem subtrair parcelas de uma soma. Nem vou assistir às constantes

tentativas de deteriorar a auto-estima dos faialenses sem repor os factos e lembrar os seus contextos.

Factos: nunca houve tanto investimento no Faial como na última legislatura, à parte a situação excepcional do sismo – dizem os números...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...dizem as obras que estão à vista de todos. Quais obras? A nova escola secundária – um investimento de cerca de 20 milhões de euros; a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, um equipamento de cerca de 7 milhões; o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e a consolidação do Farol, uma obra que faz da nossa história recente uma mais-valia para a terra e para os seus visitantes – um investimento também superior a 7 milhões.

Recuando um pouco posso mencionar a 1ª fase da Variante, a Escola da Vista Alegre, a Escola Profissional, a obra do porto, a beneficiação do parque escolar do 1º ciclo, as obras da Casa de Infância de Santo António com a remodelação e reconstrução dos edifícios do Jardim de Infância e Escola, da creche e de três residências femininas, o Centro de Cuidados Geriátricos da Santa Casa da Misericórdia, a Lagoa Artificial, a construção de fogos no âmbito de programas a custos controlados e muito mais.

Mas não falemos apenas da obra feita, porque não vivemos embevecidos com ela; pelo contrário, vivemos na luta do que falta fazer. E falemos serenamente, equilibradamente, com a consciência de que, num momento de crise, todas as pessoas de boa fé e com bom senso percebem que nem tudo o que é necessário pode ser feito. Falemos explicando claramente aos faialenses e aos açorianos todos – disse bem: todos – que os compromissos assumidos e os investimentos previstos devem ser reequacionados com rigor, com ponderação, com aferição da sua reprodutividade, com sentido de responsabilidade. A crise séria que o mundo vive exige de nós sentido de Estado e partilha das dificuldades. Temos de viver com o que temos e sem hipotecar o futuro. Dando especial atenção às políticas sociais, às vulnerabilidades e fragilidades de cidadãos que carecem de discriminação positiva. A nossa missão neste momento é a de ser solidários, não algozes. Não podemos pautar as nossas decisões pelo que seria correcto há um ano, dois ou três atrás. A

crise é para vencer, mas para a vencermos temos de a encarar corajosamente e de decidir, não o que gostaríamos, mas o que é adequado e oportuno neste momento. Esta atitude é senso comum. É deste senso e deste realismo que precisamos. De nos ajudarmos e de darmos as mãos, ao invés de apontar o dedo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falemos então da obra que todos os faialenses desejam: a ampliação da pista do aeroporto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

A Oradora: Todos sabemos que compete à ANA, S.A. o investimento e que a definição de prioridades daquela empresa não contemplou o aeroporto da Horta. Obviamente que não vamos desistir deste objectivo mas percebemos que teremos de aguardar um pouco antes de estarem reunidas as condições para ele se concretizar. Obviamente também que o Governo da República, a braços com os problemas conhecidos, também tem responsabilidades nesta matéria. E obviamente também que o Governo dos Açores continua atento e diligenciará até obter resultados. E nós estaremos aqui para lembrar essa promessa e para insistir na sua devida concretização.

Campo de Golfe e Termas do Varadouro...

(Aparte inaudível da câmara)

A Oradora: Vamos a todos.

...investimentos que não pertencem ao Governo dos Açores...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não pertencem ao Governo dos Açores? Pertencem a quem? Quem é que assinou os contratos? Fui eu, ou foi a região? Quem é que cedeu os terrenos?

A Oradora: ...e que a iniciativa privada não concretizou de acordo com as expectativas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São malandros, os privados.

A Oradora: Lamentamos e acreditamos que, passada a crise e restaurada a confiança dos empresários, aparecerão projectos nesta área turística, o que não será, obviamente, neste momento.

Estádio Mário Lino: na Ilha do Faial já existe um complexo desportivo, integrado na Escola Manuel de Arriaga...

Deputado Luís Garcia (PSD): Que ainda não aconteceu!

A Oradora: ...e que serve toda a ilha; é financeiramente inviável, como de resto foi explicado e é do conhecimento de todos nós, assegurar, neste momento e em simultâneo, a construção de duas grandes obras como a Escola Básica Integrada da Horta e o Estádio Mário Lino. Neste contexto, o Governo decidiu hierarquizar as prioridades de investimento na área da educação e do desporto, dando prioridade à Escola e considerando não ser exequível financeiramente o estádio Mário Lino.

2ª fase da Variante, uma reivindicação faialense com alguns momentos menos felizes. O projecto do concurso está em fase de preparação, prevendo-se o lançamento do concurso até final do ano. Trata-se, como todos sabemos, de um traçado com cerca de 2km, muito reivindicado pelos faialenses, definido no Plano de Urbanização da cidade da Horta, aprovado na Assembleia Municipal e recentemente publicado.

Largo Jaime Melo e Ramal da Fajã: compromissos eleitorais que seguirão o seu curso nesta legislatura, de acordo com o momento que vivemos, sem esquecimentos e sem indiferença.

Em síntese: é compreensível a reavaliação em cada momento dos projectos a concretizar e das previsões que todos gostaríamos de continuar a ter. É igualmente compreensível e desejável que, nesta fase da nossa economia e do contexto internacional, tenhamos confiança nas decisões do Governo e não queiramos que faça mais do que o que pode; de um governo exigimos que governe, não que faça tudo o que os eleitores querem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Que faça o que prometeu, já agora!

A Oradora: Um governo que governa é um governo que decide, como é sua obrigação, estabelecendo prioridades. É de discernimento, de coragem, de

clarividência e de decisão que os Açores precisam, não de lamúrias nem de queixumes, como se o tempo que nos desafia se compadecesse com hesitações e com críticas. O tempo que nos desafia deve ser preenchido com trabalho produtivo e com atitudes construtivas e é isso que esperamos e que exigimos do Governo.

Rádio Naval, mais uma unidade que parte do Faial – outro exemplo de mistificação que tem andado de boca em boca com pouca clareza e com muito desconhecimento. A central de comunicações navais constituídas por emissores, receptores e antenas que tem funcionado no Faial e em S. Miguel irá funcionar apenas em S. Miguel, no Comando da Zona Marítima dos Açores, completamente automatizada (como seria se ficasse na Horta) por razões de exigência da Nato, técnica e incontornável.

No Faial serão mantidas duas estações de comunicações: a estação GMDSS (Global Maritime Distress and Safety System) constituída por um sistema de comunicações de socorro e salvamento, e a estação GPS, agora modernizada com novas antenas.

E falando de socorro e salvamento marítimo, lembrarei a importância que o mar assume para esta ilha e as duas obras que marcam a história desta legislatura no Faial: a obra do DOP, de mais de 4 milhões de euros que o Governo dos Açores chamou a si; e a obra do Porto, a empreitada de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta, cuja primeira fase está aí, à vista, no valor de 33 milhões e meio.

Ambas, de algum modo, complementares, ambas respondendo à vocação marítima do Faial, à cidade-mar que é a Horta, à necessidade de abrir uma nova etapa de abertura ao exterior, pelas portas da ciência no caso do DOP e dos transportes marítimos, no caso do porto. A lançar brevemente, a construção de Rampas no Porto da Horta no valor de 1 milhão e meio.

Mas não estamos confinados à amplitude do mar. Em fase de finalização de revisão está o projecto do Bloco C do Hospital da Horta e ainda este ano será instalado o Centro de Adictologia.

Em curso está a construção do edifício para Centro de Noite na freguesia dos Flamengos e a construção do edifício para Centro de Dia na freguesia da

Conceição. Está em fase de projecto a Creche do Centro Comunitário do Divino Espírito Santo.

Na área da Cultura, foi adjudicada a empreitada de reabilitação da Casa Manuel de Arriaga, pelo valor de 900 mil euros e estão em desenvolvimento os trabalhos de concretização do programa museológico, bem como o projecto museográfico;

A Igreja de São Francisco aguarda a reformulação do projecto por parte da Santa Casa da Misericórdia da Horta para se dar início aos procedimentos concursais para a execução da obra;

O Museu da Horta está a desenvolver um programa museológico que dará origem a um projecto de requalificação do imóvel onde se encontra instalado.

Na área da Educação, teremos o projecto da Escola Básica integrada da Horta a entregar ainda neste Verão; a obra propriamente dita seguirá o seu curso a partir deste projecto.

Mas não ficamos por aqui. Uma ilha com 15 mil habitantes e uma superfície de 172 Km², uma densidade de 85 hab/km², não terá, como todos compreendemos, possibilidade de absorver obras como um continente de milhares de km² e milhões de pessoas, mas não têm sido os seus limites geodemográficos que têm impedido o Governo de aqui investir, como de resto é a sua obrigação rumo ao desenvolvimento harmónico da Região.

Outras obras recentemente concluídas, a decorrer ou em processo de concurso – vou lembrar aqui, não todas, mas uma síntese de algumas –: a Estufa do Jardim Botânico; a Recuperação da Casa dos Botes, no Monte da Guia; as obras de manutenção na Casa dos Vigilantes; a empreitada de protecção marítima do acesso à Fábrica Velha da Baleia; a empreitada de demolição e reformulação de muretes para retenção de bagacinas do Monte Queimado e execução de rampa de acesso à Praia do Porto Pim (Parque natural da ilha do Faial) bem como o Muro do Porto Pim.

Em curso: a empreitada da Casa do Cantoneiro, na Caldeira; a empreitada de vedação do perímetro da Caldeira; a empreitada de Requalificação do miradouro da Caldeira, tudo pertencente ao parque natural da Ilha do Faial; Recuperação e manutenção da Fábrica da Baleia, no Monte da Guia; Recuperação da casa de

apoio ao trilho dos dez vulcões, nos Flamengos; Recuperação do trilho das Levadas.

Em procedimento de concurso: a empreitada de Recuperação do miradouro Dabney; Ampliação e reestruturação do Jardim Botânico do Faial (concurso publicado na primeira semana de Junho, com início das obras previsto para 2011).

Em fase de execução do projecto: a empreitada de protecção marítima do acesso à Fábrica Velha da Baleia (2ª fase); e o Centro de Processamento e valorização orgânica de Resíduos na ilha do Faial, num valor estimado de 6 milhões de euros.

A não esquecer, as Casas de Aprestos do porto da Horta, os caminhos agrícolas, o sistema integrado de abastecimento de água, a estação de tratamento de água.

Especificando, mais uma vez a título de exemplo: Repavimentação do Caminho rural da Atalaia – 4.300 metros, encontrando-se concluídos 2.300 – na freguesia da Feteira; Caminho rural do Farrobim (900 metros), na mesma freguesia – obra concluída; Caminho rural dos Almanços – Aberto, na freguesia de Castelo Branco, 3500 metros, obra concluída; Caminho rural dos Almanços – Lombega, na mesma freguesia, também obra concluída; Caminho rural dos Janalves, na freguesia dos Cedros, a concluir em Julho; Caminho Florestal da Ribeira do Cabo, 2000 metros, a concluir no início do Outono); e ainda algumas Empreitadas de obras públicas como a Reparação deste Edifício em que nós trabalhamos, sede desta Assembleia; a Adaptação do Edifício do Conservatório Regional da Horta a serviço desta Assembleia e outras que, neste momento, não irei enumerar.

Mas há mais: a partir de 24 de Junho, dia de S. João e feriado municipal do Faial, vai ser aberto o maior percurso pedestre dos Açores, com 27 km de extensão, no quadro das novas valências criadas no Parque Natural da Ilha do Faial: o trilho dos 10 Vulcões, que se estende entre a Reserva Natural da Caldeira e a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Capelinhos, costa Noroeste e Varadouro.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para finalizar e para que conste, algumas outras clarificações: o PS não é conivente com o esvaziamento do Faial: desde logo porque não existe esvaziamento...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: ... (em todas as épocas houve momentos em que tal se dizia, e este mote era comum a todas as ilhas: para quem tiver dúvidas, basta consultar os jornais de há 50 anos); e também porque se houvesse alguma tentativa de concretizar um hipotético esvaziamento seríamos os primeiros a lembrar ao Governo as suas obrigações. Sim, porque governar é obrigação do Governo e estar atentos a essa governação, chamando a atenção quando existem razões para tal é obrigação de todos nós.

A nossa atitude é activa e actuante. E – mais uma vez – porque queremos clarificar e desmistificar, lembramos aqui algumas diferenças que nos distinguem, na argamassa de suspeições e na teia de sofismas amplamente divulgadas.

O Faial tem falta de outras obras? Certamente que sim. O PS está satisfeito com o que o Faial tem neste momento? Certamente que não. O PS vai continuar a lutar por mais desenvolvimento harmonioso, por mais progresso sustentável no Faial? Certamente que sim. O PS vai querer obras apenas para mostrar que o Governo é amigo do Faial? Certamente que não.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: O PS entende o momento de pesada crise orçamental e das suas consequências nesta Região? Certamente que sim. O PS vai fazer de conta que a crise é só para os outros? Certamente que não.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: O PS é um partido responsável, proficiente, que mede em cada momento as suas prioridades? Certamente que sim. O PS é um partido que reivindica por reivindicar e sem atender em cada momento à evolução dos contextos e à adequabilidade e pertinência de cada assunto? Certamente que não.

Pelo exposto se conclui que o que temos a fazer é trabalhar, elevar, dignificar, inovar, motivar, criar. Ou, por outras palavras: ser cidadãos de corpo e alma e não motores de máquinas partidárias ao serviço da má-língua.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista aqui está para seguir este caminho: o caminho do trabalho, da seriedade e do rigor. Admitimos, democraticamente, outras opiniões,

mas não admitimos que estiolem a auto-confiança dos faialenses, debilitem as suas energias e a sua capacidade de resistência no momento difícil que atravessamos nem atrofiem as suas metas com negativismos redutores.

Disse.

Deputado Helder Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, são 11:30 horas. Vamos fazer um intervalo de trinta minutos; retomamos, com o debate ao meio-dia. Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que ocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar aos nossos trabalhos.

(Eram 12:00 horas)

Na sequência da intervenção da Sra. Deputada Alzira Silva, estão abertas as inscrições. As inscrições, como sabem, devem ser feitas agora.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Luís Garcia, Artur Lima, Jorge Costa Pereira e Mário Moniz, o Sr. Secretário Regional da Presidência, e ainda o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

(* Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alzira Silva, bem vinda ao debate, mas considero que a senhora começou da pior forma, a descrever uma visão cor-de-rosa, diria mesmo uma visão cor-de-rosa carregada, demasiadamente carregada. A senhora efectivamente, e desculpe que lhe diga, não vive neste mundo, a senhora não vive nesta ilha.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi muitos anos “emigrada”!

O Orador: O Faial atravessa, isso sim, um ciclo negro, em termos do seu desenvolvimento regional. A acção do Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, nesta ilha, tem-se caracterizado nestes últimos tempos por dois verbos: encerrar e adiar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional contribui e nada faz para evitar o encerramento da fábrica da Cofaco do Faial, levando desta ilha dezenas de postos de trabalho e os senhores acham bem. Pelo mesmo caminho vai o encerramento da Estação Rádio Naval da Horta, que retirará a esta terra cerca de cinquenta e cinco militares mais as suas famílias, tudo isto em troca de ficarem cá uns dois pares de antenas...

(Risos da câmara)

...que funcionam sem qualquer tipo de intervenção humana e os senhores acham bem.

Vamos aos adiamentos, aquele que considero o mais gritante e o mais prejudicial para esta terra: a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Promessa de S. Exa. o Presidente do Governo Regional em 2004: “Se a ANA não fizer este investimento, o Governo Regional irá substituir-se à ANA e fará esse investimento”. Promessa não cumprida. Agora ficará no caderno de encargos da privatização da ANA, quando o próprio Primeiro-Ministro diz que este não é o momento ideal para fazer a privatização daquela empresa. Ou seja, está adiado *sine dia*.

Campo de golfe e termas do Varadouro: ficámos hoje a saber que não são da responsabilidade do Governo Regional, que ele não quer nada com isto. Pelo mesmo caminho vão, adiados *sine dia*.

Segunda fase da variante à cidade da Horta – em Fevereiro de 2007, dizia o Sr. Secretário: “Será na próxima legislatura, em 2008/2012”.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, já é para a próxima legislatura.

O Estádio Mário Lino, que não se fazia por causa das obras da Escola Básica, também não se vai fazer agora, pasme-se, por causa das obras que estão a decorrer no porto.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E as equipas de futebol?

O Orador: Não resisto a falar-lhe nos caminhos agrícolas, que ali a senhora referiu. Os caminhos agrícolas nesta terra são uma calamidade. A senhora devia envergonhar-se, e os agricultores desta terra ficam ofendidos consigo, quando faz grandes elogios à intervenção do Governo Regional nesse domínio. O exemplo mais recente da forma incoerente e tímida como os senhores defendem esta terra aconteceu ontem, aqui, neste Plenário, com a aprovação do PROTA.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Anteontem, peço perdão.

Quero dizer-lhe, Sra. Deputada Alzira Silva, que a senhora, como Vereadora da Câmara Municipal da Horta, aprovou um voto contra a criação das plataformas logísticas...

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, isso já está mais do que esclarecido!

O Orador: ...previstas no PROTA. A senhora, lá, vota contra e, aqui, vota a favor.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não é verdade.

O Orador: De facto, Sra. Deputada, esta não é a melhor forma de defender esta terra. Desta forma, a senhora e o seu Grupo Parlamentar estão a prestar um mau serviço ao Faial.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para esclarecimentos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alzira Silva trouxe-nos aqui, e bem, a sua intervenção. Eu gostaria apenas de obter alguns esclarecimentos da Sra. Deputada.

Julgo que os Deputados do Partido Socialista devem ter a humildade de reconhecer os erros do Governo e devem também ter a coragem de fiscalizar a sua actuação. Ainda ontem assistimos aqui à negação democrática por parte de alguns cidadãos da Ilha do Faial, relativamente a uma petição sobre a sua ilha e sobre as plataformas logísticas, que os senhores aqui votaram contra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é demagogia!

O Orador: É a primeira constatação nesta matéria.

Depois, Sra. Deputada, quando a Rádio Naval, diziam os senhores, ia fechar, no tempo do Governo da República do PSD/CDS, houve um levantamento popular estimulado e apoiado por V. Exas., alguns sentados nessa bancada.

Deputados Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD): Já se esqueceram.

O Orador: A Rádio Naval fechou naquela altura? Certamente que não, Sra. Deputada Alzira Silva. A Rádio Naval fecha agora? Certamente que sim, Sra. Deputada Alzira Silva.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Certamente que não!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está a funcionar!

O Orador: O Partido Socialista e os Deputados do PS/Faial insurgiram-se contra o encerramento da Rádio Naval, Sra. Deputada Alzira Silva? Certamente que não.

Relativamente ao aumento da pista, lembro à Sra. Deputada que estava previsto muito antes da privatização da ANA – muito antes da privatização da ANA! Agora, arranja-se a desculpa de não se fazer porque se está à espera de privatizar a ANA.

E o ILS no aeroporto da Horta, Sra. Deputada? Esqueceu-se? Certamente que não, deve estar bem lembrada. Portanto, agradecia algum esclarecimento sobre essa matéria: para quando o ILS no aeroporto da Horta?

E o Bloco C do Hospital da Horta, Sra. Deputada? Há quanto tempo prometido, quantas vezes agendado no plano e orçamento, até já foi retirado e voltou a ser posto. Será feito, Sra. Deputada? É essa a pergunta a que temos de responder.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, muito obrigado.

Relativamente ao campo de golfe e ao golfe no Faial, Sra. Deputada, eu só tenho, sobre essa matéria e para terminar, a dizer-lhe o seguinte: sobre essa matéria e sobre as obras que aqui referi, o que o Partido Socialista tem feito são várias tentativas seguidas de uma desistência.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tem a palavra.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algumas observações sobre a intervenção da Sra. Deputada Alzira Silva.

Em primeiro lugar, considerar que a sua intervenção, de facto, foi uma intervenção infeliz, porque deu um pouco aquela imagem da mãe que vê o filho marchar na parada com o passo trocado e diz que é o batalhão que está todo trocado e o seu filho é que vai com o passo certo. Diz a Sra. Deputada que o Faial está traumatizado por manobras insidiosas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está, está! Por isso é que o senhor perdeu as eleições.

O Orador: ...pelo negativismo, etc. Não, Sra. Deputada, o Faial está traumatizado...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Com as suas intervenções.

O Orador: ...porque votou em deputados como os senhores, que já enviaram a toalha ao chão e estão prontos para aprovar e para justificar tudo o que o Governo ou o partido lhes manda fazer, mesmo que isso seja contrário aos interesses desta terra, como foi o caso da aprovação das plataformas logísticas definidas no PROTA.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O vosso problema, Sra. Deputada, é que os senhores são coniventes com as promessas que repetidamente são feitas aos faialenses e que rapidamente são adiadas. O problema é que os senhores prometem aos faialenses, na véspera das eleições, vinte, e depois dão-lhes cinco. Querem que nós estejamos calados com isso? Não, Sra. Deputada, nunca nos calaremos na defesa daqueles que nos elegeram, nunca nos calaremos por aqueles que nos deram o mandato e que queremos honrar, porque é essa a nossa obrigação!

Deputados António Marinho, Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores, em vez de lutarem pela concretização objectiva e no tempo do mandato das promessas que são feitas, o que fazem é ajudar a que elas sejam adiadas, é dar razão a quem as adia. Por exemplo, porque é um exemplo muito recente e devo dá-lo para provar a vossa posição equívoca nesta matéria: o adiamento da construção do Estádio Mário Lino.

O Sr. Presidente do Governo disse, há relativamente pouco tempo, que estamos numa época de crise e que, num período de crise e de dificuldades, temos de ser criteriosos nos investimentos, temos de privilegiar nos Açores os investimentos que sejam reprodutivos, os investimentos que estimulem a empregabilidade. Sra. Deputada, nós não podíamos estar mais de acordo com estas afirmações do Sr. Presidente do Governo. O problema, Sra. Deputada, é que esta filosofia e este critério se aplicam para justificar que não se construa na Horta o Estádio Mário Lino, mas investimentos exactamente da mesma índole e da mesma natureza continuam previstos em outras ilhas dos Açores. Acha bem, Sra. Deputada?

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Acha que isto é um critério regional? Acha que defende o Faial?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Certamente que não, Sra. Deputada! E certamente que não é assim que a senhora defende os faialenses.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou enumerar o rol, porque ele é sobejamente conhecido, não vou por aí, vou pelas opções políticas, partindo do governo que governa.

O governo que governa deve ter o cuidado de ter soluções idênticas para situações idênticas. Assim, não nos podemos conformar com dois pesos e duas medidas. Não nos conformamos com elefantes brancos numas ilhas e pigmeus noutras. Pigmeus transformados em minis, como o caso do cais de cruzeiros do Porto da Horta.

Não nos conformamos em ver iates fundeados no meio da doca em número superior aos estacionados na marina de Ponta Delgada...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ...enquanto a nossa rebenta pelas costuras e nada se vê nem prevê nesse sentido.

Não nos conformamos com esperas por parcerias público/privadas para as termas do Varadouro, enquanto as termas da Ferraria já lá estão, por iniciativa do Governo.

Não nos conformamos com a deslocalização de empresas nem serviços potenciadores da nossa economia e progresso, sem que previamente se criem as alternativas a essas deslocalizações.

É esta diferença de tratamento e atitudes, de dois pesos e duas medidas, sempre menores para estas ilhas de baixo, que nos revolta, que nos entristece e desanima. Mas este mal não é só deste Governo, a deslocalização de serviços já se iniciou nos governos PSD.

A marina da Horta, que deveria inicialmente ter o dobro da capacidade, também passou a pigmeu nos governos PSD. O esvaziamento da Rádio Naval também teve início nos governos PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor também foi à manifestação contra?

O Orador: A Casa Manuel de Arriaga ficou em ruínas ainda nos governos PSD. E os elefantes brancos também existiram nos governos PSD, com a política de betão de Natalino Viveiros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas não foi encenada.

O Orador: Os senhores desbarataram também os transportes marítimos nos Açores. A memória não é assim tão curta. Os senhores também não são solução! Porém, este Governo, que deveria ter invertido esta política desastrosa, infelizmente tomou-a como sua, ampliou-a e aprofundou o mal.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bloco de Esquerda ao Governo!

O Orador: Assim se demonstra que o mal é tanto do PS como do PSD e o que urge não é alternar para ficar na mesma. O que realmente se impõe são políticas alternativas e não uma mera alternância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho, muito brevemente, associar o Governo Regional a esta excelente intervenção da Sra. Deputada Alzira Silva...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu compreendo que não tenham achado, porque é bastante incómodo aquilo que foi dito, mas vão ter de conviver com isso.

...e associar o Governo a esta intervenção, sobretudo por dois motivos, dois motivos essenciais:

Por um lado, para saudar a sua qualidade, o seu bom senso, o seu realismo, a sua sensatez, sem nunca deixar de dizer o que devia ser dito, mesmo quando isso significava – e significou – assumir atrasos na execução de alguns compromissos, ou lamentar processos que não correram da forma desejável ou como era previsto.

Por outro lado, o Governo associa-se a esta intervenção, a este tipo de intervenção e saúda a Sra. Deputada porque ela, como se viu logo a seguir, contrasta em absoluto com a forma como o Faial e os faialenses são sistematicamente tratados neste Parlamento, sobretudo pelos Srs. Deputados do PSD. Sobranceiros, pessimistas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Realistas.

O Orador: ... superficiais, pouco rigorosos...

Deputado Luís Garcia (PSD): Pouco rigorosos?

O Orador: ...fazendo uma apreciação selectiva do passado, desejando sempre o pior para o futuro, é esse o comportamento a que temos assistido dos senhores, nesta casa. Os senhores são sempre, primeiro, Deputados do PSD e, só depois, Deputados do Faial.

Voices de deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe para o lado, Sr. Secretário!

O Orador: Os senhores optam sempre por ser Deputados do PSD e trocam sistematicamente o dever de representação que têm nesta casa de todos os açorianos e dos faialenses em particular, pelo dever de representação dos interesses do vosso partido, consoante a conjuntura.

Essa diferença ficou aqui claramente provada e é por isso também que o Governo se associa, de bom grado e com satisfação, à intervenção da Sra. Deputada Alzira Silva, que deu uma grande lição de dignidade e de proficiência do que os deputados devem fazer, do nosso ponto de vista, nesta casa. Infelizmente, a lição foi há pouco tempo, mas já se demonstrou que os senhores não aprenderam nada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nunca criticou o Governo, só a democracia.

O Orador: Não aprenderam nada e eu posso demonstrá-lo com três breves exemplos:

Bloco C do Hospital...

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse é um bom exemplo.

O Orador: ...dúvidas, não vai acontecer, já desistiram, é o discurso do costume, para não desistir. O projecto está finalizado...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Quando é que o senhor disse isso?

O Orador: ...vai ser apreciado e o processo vai avançar. Portanto, no Bloco C, mais uma vez estão enganados.

Passamos para outro processo: Estádio Mário Lino.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Esse não vai acontecer?

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando é que vai acontecer?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Calma, vai acontecer, nos termos que eu vou dizer e que os senhores já sabem, mas que eu vou reafirmar. Os senhores ouvem e não vos serve para nada, depois vêm outra vez com o mesmo discurso do costume.

Estádio Mário Lino: o Faial tem, neste momento, uma oferta de infra-estruturas desportivas adequada à vivência desportiva da Ilha do Faial.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não sabiam isso tudo quando o puseram a concurso?

O Orador: É essa a argumentação, foi sempre isso que foi dito e, portanto, o projecto, nestas circunstâncias, perante o actual contexto económico-financeiro, deixou de ser prioritário.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso não é verdade. O senhor não conhece a realidade faialense.

O Orador: Os senhores perceberam agora? Têm mais dúvidas? Querem que eu explique melhor? Querem que eu faça um desenho, um esquema? Farei, com muito gosto, se isso servir para perceberem.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando vai ser feito?

O Orador: Por último, mais um exemplo, só para perceberem, mais uma vez, do que estou a falar:

Varadouro...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não é o Varadouro, são as termas.

O Orador: ...o projecto do Varadouro foi aqui comparado com o caso da Ferraria, se não me engano. Pois fiquem os senhores sabendo que, embora isso não seja relevante, o projecto e a intenção da Ferraria são muito mais antigos do que o projecto e o processo relativos ao Varadouro.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não sabe o que está dizendo.

O Orador: Isso não foi aqui dito. Não é que seja relevante, porque o que interessa é qualificar a oferta turística nos Açores, seja ela no Faial, seja ela em São Miguel, seja ela na Graciosa.

Deputado Mário Moniz (BE): Em São Miguel e na Graciosa, não aqui.

O Orador: É assim que se deve olhar para a realidade açoriana, é assim que se deve pensar no desenvolvimento dos Açores! Portanto, isso não é relevante para o Governo mas, se querem uma explicação, está aqui a explicação: o processo é mais antigo, bastante mais antigo, no caso de São Miguel do que é no caso do Faial.

Portanto, não vale a pena esse discurso. Esse discurso não leva a nada, desprestigia a vossa posição aqui e só demonstra que os senhores preferem sempre optar pela defesa dos interesses do PSD em detrimento da defesa dos interesses dos faialenses.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Diário Insular de hoje: “PROTA abre caminho a plataformas logísticas. Com a aprovação do PROTA no Parlamento açoriano, passa a haver base legal para a criação de plataformas logísticas na Praia da Vitória e em Ponta Delgada”.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas isso não interessa!

O Orador: Quero perguntar-lhes, Sra. Deputada Alzira Silva e Sr. Deputado Helder Silva: é assim que se defendem os interesses do Faial?

Acho, certamente, que não.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alzira Silva.

(* Deputada Alzira Silva (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, de facto, gosto mais de rosa do que de negro. Obrigada por me ter dado as boas vindas ao debate, mas rosa sempre foi uma cor da qual eu gostei. Aqui está a primeira diferença entre nós, mas há mais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Claro, isso já percebi, mas é no seu caso!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é que é coerência.

A Oradora: Os nossos verbos são estimular e investir, os nossos verbos são trabalhar e fazer. Portanto, aqui está outra diferença entre nós.

O Sr. Deputado acusa-me de ter tido uma posição como vereadora da câmara municipal e outra como deputada. Sr. Deputado, para coisas diferentes há tratamentos diferentes e se o senhor...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Só um momento! Não, desculpe! Se o senhor me deixar, eu explico. É assim: se o senhor tem contas a pedir-me como vereadora, o senhor pede-mas no sítio adequado, não mas vem pedir aqui.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não, Sra. Deputada, isso era o que a senhora queria. Quem vem para aqui falar de autarquias são os senhores.

A Oradora: Não mas vem pedir aqui, pede-as lá. Lá, tenho muito gosto em responder. Aqui, não vou responder a isso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vou à próxima reunião da câmara para lhe pedir.

A Oradora: Com certeza e eu terei muito gosto em responder.

Sr. Deputado Artur Lima, a arrogância não é o nosso timbre e penso que o senhor tem conhecimento disso, arrogância não é o nosso timbre. Falou de humildade. Humildade, eu tenho e temos todos aqui no PS. Portanto, isso não cabe.

Da Rádio Naval, eu direi que aquilo que o senhor disse e que faz parte da história, obviamente que tem um contexto temporal que não é o actual. O contexto temporal em que a sua história está inserida não tem o desenvolvimento tecnológico que a história actual tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

A Oradora: É verdade. Em dez anos, a tecnologia mudou substancialmente. Em cinco anos, mudou substancialmente! Podemos ver, em cinco anos, quantos postos de trabalho foram reduzidos no mundo por causa das novas tecnologias. Portanto, não podemos estar a comparar o que aconteceu há cinco anos com aquilo que acontece actualmente, é assim.

Eu também disse que de um governo exige-se que tome decisões e não que faça tudo aquilo que os eleitores querem que faça, mas que tome decisões, principalmente quando elas são difíceis, principalmente num momento de crise. É

nesses momentos que se vê que se tem um governo, não é quando tudo é fácil, Sr. Deputado! Quando tudo é fácil, qualquer pessoa sabe governar. Em crise, nem todos sabem governar, mas o PS tem sabido governar em crise.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

A Oradora: Sr. Deputado Costa Pereira, os faialenses estão traumatizados, sabe porquê? Pelos investimentos do PSD quando foi governo. Estão traumatizados ainda, porque nós prometemos vinte e damos cinco, mas o senhor sabe, no tempo do PSD, quanto deram? 3,8 do orçamento regional e 4,3. Nós ainda damos 5. Damos 5, mas já demos 8, 11 e também já demos 13! Agora, no tempo do PSD nunca se deu nada!

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Era, era o que eu disse. Nos tempos de crise é que se vê quem governa bem. Mas há mais.

O Sr. Deputado sabe, entre 1995 e 2005, ou seja, entre o vosso tempo e dez anos depois, quanto foi o aumento de investimento aqui no Faial? Eu digo-lhe: a variação foi de 292,5%, Sr. Deputado! Foi só!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Quanto é que a Sra. Deputada ganhava nessa altura e quanto ganha agora?

A Oradora: É por isso que os faialenses continuam a dar o seu voto ao PS e o traumatismo dos faialenses está à vista quando toca a ir a eleições. Quando toca a ir a eleições, toda a gente vê como é que os faialenses estão traumatizados. Estão tão traumatizados, que continuam a votar no Partido Socialista! Essa é que é a verdade!

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse.

A Oradora: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Está perdida.

A Oradora: Não, não estou, Sr. Deputado, eu não me baralho com essa facilidade. Só mais duas coisas, para respeitar o pedido do Sr. Presidente e porque o Sr. Secretário da Presidência já respondeu a algumas das coisas que os senhores perguntaram.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não respondeu a absolutamente nada!

A Oradora: Eu não vou repetir aquilo que já foi dito, só vou dizer...

Deputado António Marinho (PSD): Defesa da honra!

A Oradora: Não, não é a defesa da honra.

Só vou dizer que nenhum dos Srs. Deputados tem autoridade para minorizar o trabalho do PS. Este é um ponto importante: nenhum dos Srs. Deputados tem autoridade para minorizar o trabalho do PS.

Outra questão de fundo – e termino já, Sr. Presidente –: quando nós estamos preocupados, trabalhamos mais; não compactuamos com preocupações inconsequentes e vãs.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tem a palavra.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo o facto de a Sra. Deputada Alzira Silva, sobre a questão dos critérios regionais que levam a que o Estádio Mário Lino fique de fora, não ter dito nada.

Deputada Alzira Silva (PS): Já foi dito e também não o ouvi dizer nada.

O Orador: Já agora, também lhe pergunto se concorda, por exemplo...

(Aparte inaudível do Deputado Helder Silva)

O Orador: É preciso chamar o Sr. Presidente do Governo para dizer para o senhor se calar?

(Risos e aplausos da bancada do PSD)

Deputado Domingos Cunha (PS): Foi muito baixo! O senhor bateu no fundo, encalhou! O senhor contradisse aquilo que defendeu no outro dia dali de cima.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: E porque não disse se concordava com os critérios que levaram à exclusão do Estádio Mário Lino, faço-lhe outra pergunta:

Uma das razões invocadas para haver a alteração que houve relativamente à obra do porto da Horta foi a questão das profundidades. Uma solução alternativa para o porto de cruzeiros transatlânticos é levar essa área dos cruzeiros transatlânticos para o actual porto da Horta. Eu pergunto se a senhora acha bem que, enquanto uma das razões que levou a que se fizessem as Portas do Mar em São Miguel foi dar dignidade ao desembarque de passageiros e separá-los da carga e dos contentores, no Faial os passageiros dos barcos de cruzeiro transatlânticos vão estar no meio da palha e dos contentores. A senhora acha isso bem?

Sr. Secretário Regional, quanto às afirmações que fez e que nos dirigiu, só lhe quero dizer isto: nós não recebemos lições de um Secretário Regional que assinou o protocolo que vai ajudar a retirar do Faial a Rádio Naval.

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Finalmente, Sra. Deputada Alzira Silva: disse que o Governo não está em funções para fazer o que os eleitores querem. Concordo consigo. Mas seguramente o Governo está em funções para cumprir aquilo que prometeu em tempo eleitoral.

Deputados Jorge Macedo e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que está em causa e é isso que este Governo não está a fazer. Se a senhora acha bem, nós não achamos. E temos todo o direito e o mandato que recebemos do povo que nos elegeu para denunciar isso, até que a voz nos doa!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Alzira Silva:

Presumo, tenho a certeza e certamente que sim, que V. Exa. percebeu aquilo que eu disse. O que eu disse foi que os deputados do Partido Socialista e todos devem ter a humildade de reconhecer os erros e devem ter a coragem de criticar e fiscalizar o Governo, quando isso se impõe. Tão simplesmente isso. Portanto, a sua deriva para a arrogância é uma derivação livre e fica ao seu critério.

Agora, eu gostaria de dizer o seguinte:

Relativamente ao campo de golfe, nem uma palavra, mas deixo-lhe uma sugestão: há agora, para a *Playstation*, um joguinho de campo de golfe. Talvez com as novas tecnologias, tão evoluídas, V. Exa. possa seguir a sugestão do Sr. Vice-Presidente, ainda mais evoluída tecnologicamente, e ponha o “e-” no campo de golfe do Faial, para os faialenses poderem praticar golfe. Pelo menos vão praticando, à espera do campo, que é uma tentativa e uma desistência.

Depois, continuando na tecnologia, Sra. Deputada Alzira Silva, gostaria então que me explicasse, com essa evolução tecnológica que houve nestes anos – e, para o ILS, seguramente mais de dez – por que é que o ILS ainda não está instalado no aeroporto da Horta. Com toda esta evolução tecnológica que houve, gostaria que V. Exa. se pronunciasse sobre o ILS no aeroporto da Horta, Sra. Deputada, porque eu acho que o que lhe faltou realmente aqui foi um ILS, para a senhora acertar, pelo menos, no alvo a que se destinava.

Deve dizer-lhe só mais uma coisa, Sra. Deputada, com toda a consideração que tenho: da tecnologia que havia relativamente à Rádio Naval, a que existe hoje é a que existia há cinco anos. Aliás, um dos argumentos de há cinco anos era justamente a questão tecnológica, como bem se lembra. Agora, a diferença é que a política de hoje não é igual à política de há cinco anos e o Governo Regional foi conivente com essa evolução, que a senhora chama tecnológica.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para esclarecer o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Quando eu referi as termas do Varadouro e as termas da Ferraria, não era uma questão de tempo, era uma questão de método. O que eu disse foi que não nos conformamos com esperas por parcerias público/privadas para as termas do Varadouro, enquanto as termas da Ferraria já lá estão, por iniciativa do Governo. Não é uma questão de tempo, é uma questão de método para resolver as questões.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A exploração das termas da Ferraria é privada.

Presidente: Informo que acabou o tempo do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há várias maneiras de olharmos para o desenvolvimento dos Açores e para aquele que é, concretamente, o desenvolvimento de qualquer uma das nossas ilhas, umas mais legítimas, outras menos. Há da parte de alguns partidos sempre a tendência de somar e evidenciar o que está por fazer. Há da parte do Partido Socialista, e como foi bem notório pela apresentação – a excelente intervenção – que aqui foi trazida pela voz da Sra. Deputada Alzira Silva, a necessidade de confrontar esse argumentário muito em torno da inveja, daquilo que se passa noutros lados e daquilo que não se faz aqui, mas também com essa lacuna de, falando do que falta fazer, nunca terem a coragem de evidenciar aquilo que está feito, e bem feito, e foi feito e construído ao longo dos últimos anos.

Mas eu, deixem-me que lhes diga, não pretendo, com esta minha intervenção, fazer um somatório de obras, porque essas são bem conhecidas, mesmo dos Srs. Deputados que pretendem sempre esquecer-las. Pretendo olhar para o Faial por um outro lado, que é um lado, para mim, que considero até mais importante, mas

tratando-se de um exercício que poucas vezes apreciamos nesta casa, que é o dos resultados. O que se tem passado com o Faial ao longo dos últimos anos? Como tem evoluído o Faial ao longo dos anos?

Confrontado com este exercício, penso, até pela minha formação e pela minha actividade profissional, à cabeça, no DOP. Penso à cabeça numa instituição que me enche de orgulho...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...pela capacidade que teve de se afirmar ao longo de mais de duas décadas, muitas das quais com promessas de governos sucessivos do PSD, que dizia: “Vamos fazer, vamos melhorar, vamos construir” e nada fez.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esqueceram-se, o PSD esqueceu-se.

O Orador: O DOP teve a capacidade, ao longo destes anos, de se afirmar: de se afirmar na região, de se afirmar no país, de se afirmar a nível internacional. Tanto orgulho que eu tenho nesta instituição, neste Departamento de Oceanografia e Pescas!

Deixem-me que lhes diga, também, que me encho de orgulho quando olho para o Faial e olho para aquelas que são as dinâmicas que vou apreciando na restauração e no comércio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O quê?

O Orador: Como aquele que é o *Peter*, um dos dez bares mais conhecidos no mundo! Que orgulho eu tenho de ter um pequeno bar, nesta nossa terra, que é um bar com uma...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

Deputado Rui Ramos (PSD): E isso aconteceu depois de 96?

O Orador: Eu não estou a fazer a apreciação das obras que foram feitas por um partido, o Sr. Deputado não entendeu a minha intervenção.

Que orgulho eu tenho em apreciar uma marina – ampliada, entretanto, ao longo dos anos – que tinha fluxos de algumas poucas centenas de embarcações por ano e, hoje, tem mais de um milhar, mil e trezentos, mil e quatrocentos iates por ano! Que

orgulho! Enche-me de orgulho termos uma das maiores, a segunda maior marina da Europa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a tecnologia.

O Orador: Resultados:

Que orgulho eu tenho em termos um aeroporto, nesta ilha, que representa 11% dos fluxos, mais de 10% dos fluxos aéreos que existem nos Açores!

Que orgulho eu tenho em ver o crescimento das camas desta Ilha do Faial ao longo destes últimos anos, e a resposta que o sector tem dado até à situação de crise que vivemos, com crescimentos que ultrapassam os 8% durante os últimos cinco meses deste ano! Que orgulho eu tenho nos faialenses e no trabalho que têm desenvolvido por esta terra!

Que orgulho eu tenho no aumento dos fluxos das ligações marítimas com outras ilhas, com o Pico, com São Jorge, com as outras ilhas do arquipélago!

Que orgulho eu tenho em não se ver aquelas que eram situações de vacas descarregadas, gado vivo que era transportado e saía desta ilha e que hoje não vemos, porque sai congelado, é exportado como deve ser, porque...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...foi desenvolvido ao longo destes últimos anos.

Esta, para ser breve, Sr. Presidente, é a apreciação que eu quis aqui trazer, do Faial. Esta, deixem-me que vos diga, é uma apreciação justa daquilo que é o Faial, daquilo que os faialenses têm feito pelo desenvolvimento desta terra. Não se pode dizer, quando as coisas correm mal, que a culpa é do Governo e, quando as coisas correm bem, que a culpa morre solteira e, quando as coisas correm bem, que o Governo já não tem absolutamente nada a ver com isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São as “palminhas de Molière”.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alzira Silva.

(* Deputada Alzira Silva (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que eu acho, Sr. Deputado Costa Pereira, é que temos de falar menos e trabalhar mais.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Também acho!

A Oradora: O que eu acho, Srs. Deputados, é que temos de cumprir, sim, mas com rigor. Rigor é, como eu disse e não me vou alongar sobre isso, aquilo que nós todos temos de exigir do Governo a cada momento e, obviamente, aquilo que o Governo faz, principalmente nos momentos de crise. Sobre isso, penso que estamos conversados.

Sr. Deputado Artur Lima, não falhei o ILS. Quanto a erros e a humildade, estamos de acordo. Portanto, nada a reparar. O ILS é uma competência da ANA, S.A., não é do Governo Regional. Podíamos ir outra vez à história do aeroporto, mas não adianta, porque toda a gente sabe e toda a gente sabe como estão as coisas.

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma promessa do PS, que não cumpriu! Os senhores é que prometeram fazer, se a ANA não fizesse, e ainda não fizeram nada.

Deputado Francisco César (PS): A ANA não disse nada ainda.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Ainda quer mais? Vou arranjar-lhe as actas!

A Oradora: Depois, o meu alvo é desmontar os ciclos negros que se diz e continua a dizer que estão a acontecer, porque não estão a acontecer.

Sr. Deputado, a nossa ilha, a ilha pela qual o senhor luta, é a mesma ilha pela qual eu luto e é aqui que eu vivo, é aqui que eu trabalho, é aqui que eu tenho a minha família, foi aqui que eu dediquei parte da minha vida, e agora mais do que nunca.

Tenho aqui, se o Sr. Deputado tiver falta de informação, quarenta e oito obras que estão a acontecer no Faial.

Deputado Luís Garcia (PSD): E eu arranjo-lhe outras. Quarenta e oito não estão.

A Oradora: Em curso, em preparação, em projecto ou em concurso, quarenta e oito. Para uma ilha onde se diz que não acontece nada e que não se faz nada, de facto temos de reconhecer que alguma coisa não está bem no vosso discurso.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Os buracos das estradas também estão aí?

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Largo Jaime Melo? Vergonha da nossa autonomia!

A Oradora: É um compromisso desta legislatura. Ninguém disse que não ia ser feito, não é uma obra adiada. Ainda não se disse que não era feito, quando acabar a legislatura se verá.

O porto da Horta, quando houver notícias oficiais da profundidade, também se verá, Sr. Deputado Costa Pereira. Talvez o senhor tenha algumas surpresas.

Finalmente, para terminar, o PS tem humildade democrática para admitir os seus erros, corrigi-los e aperfeiçoá-los? Certamente que sim. O PS mostra, pelo contrário, que é o único detentor da verdade, que não erra e raramente tem dúvidas? Certamente que não. O PS tem como lema colocar os Açores e os açorianos primeiro? Certamente que sim. O PS tem como lema olhar primeiro os seus interesses e só depois os açorianos? Certamente que não.

Muito obrigada.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho de voltar a fazer uma intervenção sobre esta matéria.

Como sabem, tive oportunidade de leccionar durante muitos anos na Ilha do Faial e, portanto, conheço bem esta realidade e aquelas que são as aspirações dos faialenses. O que acontece é que, ao longo destes anos, ao contrário do discurso que fazem, que é completamente falacioso, ou o discurso do orgulho, que mais parecia o discurso da “brigada do reumático”, do Sr. Deputado Helder Silva, existe aqui...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: É verdade!

O que acontece é que, de facto, o vosso discurso é um discurso completamente fora da realidade, é um discurso que não se identifica com as aspirações das populações! É o discurso do orgulho!

Pergunto-lhe, Sr. Deputado, por que não disse: “Eu tenho orgulho no que aconteceu à Cofaco! Eu tenho orgulho na destruição da indústria na Ilha do Faial! Eu tenho orgulho no estado calamitoso em que estão as estradas regionais! Eu tenho orgulho em não ter projecto nenhum, estratégia nenhuma para o Triângulo”? No PROTA, por exemplo, os senhores tinham referências absolutamente generalistas, uma ausência total de estratégia! “Eu tenho orgulho em não ter ideia nenhuma do que hei-de fazer para potenciar a estratégia do Triângulo”!

O senhor vem aqui dizer: “Eu tenho orgulho no *Peter*”, mas o que tem isso a ver com a obra do Partido Socialista? “Eu tenho orgulho no *Peter*”? “Eu tenho orgulho no DOP”, mas o que têm os senhores a ver com isso? O que têm os senhores a ver com esse tipo de eventos?

Srs. Deputados, a verdade, aquilo que os faialenses sentem, aquilo que eu continuo a poder observar – tenho contacto com a população em relação a estas situações – e o que nós podemos observar diariamente, os deputados, que nos deslocamos aqui com tanta frequência, não é essa vitalidade do comércio, não é essa vitalidade da indústria, não é essa vitalidade do ponto de vista daquilo que são os investimentos públicos na Ilha do Faial. O que nós podemos observar é a decadência, a ausência de estratégia, a degradação das situações!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estamos a falar do PPM!

O Orador: É essa a verdade, essa é a situação que estamos a viver!

Os senhores vêm aqui fazer um discurso que nada tem a ver com a realidade. Certamente é esse o vosso erro e certamente não estão a cumprir a vossa função.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que fiquei surpreendido com o contributo do Sr. Deputado Helder Silva para este debate.

Veio aqui demonstrar o seu orgulho pela marina e pelo bar do *Peter*, não assumindo qualquer tipo de compromisso relativamente ao futuro. Era o que mais faltava, Sr. Deputado Helder Silva, que o Governo, ao longo destes catorze anos, não tivesse feito alguma coisa na Ilha do Faial! Era o que mais faltava, depois de tantos e tantos milhões que os senhores todos os dias apregoam repetidas vezes, que não fizesse alguma coisa nesta ilha!

Mas é bom também que se registe que, no final deste debate, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos Srs. Deputados eleitos por esta ilha, e o Governo Regional não assumiram um único compromisso de concreto, relativamente aos investimentos que aqui foram...

Deputado Helder Silva (PS): Os compromissos estão todos assumidos!

O Orador: Aeroporto: para quando a ampliação do aeroporto da Horta?

Estádio Mário Lino: já percebemos que foi adiado.

Deputado Helder Silva (PS): Já disse que foi adiado.

O Orador: Mas quando, qual é o compromisso? Quando será construído?

Campo de golfe: quando?

Deputado Helder Silva (PS): Está adiado e já assumimos!

O Orador: Termas do Varadouro: quando é que vão ser feitas?

Escola Básica, que era para fazer em detrimento do Estádio Mário Lino: quando vai ser feita?

Estradas, estrada do Largo Jaime Melo ao Alto da Ribeira do Cabo, que está em bagacina, aliás é a única estrada nos Açores que passou de alcatrão a bagacina há imensos anos e que os senhores andam passando de legislatura a legislatura: quando vai ser feita?

É isso que os senhores têm de assumir! Os senhores têm de assumir compromissos!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Isso vem desde o tempo do Ministério das Obras Públicas.

O Orador: Isso, os senhores não assumem. É, de facto, para o Partido Socialista, compromisso assumido, compromisso esquecido.

Lutar por aquilo que os senhores prometeram e não cumprem é a nossa função, é a nossa missão e fá-lo-emos sempre! Estaremos sempre aqui para chamar a atenção para aquilo que os senhores prometem e não cumprem. Fá-lo-emos sempre, a bem desta terra e a bem do Faial!

Voices de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Alzira Silva, tem a palavra.

(* Deputada Alzira Silva (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu gostaria de lhe responder. Não está na sala, mas eu responderei mesmo assim: o que nós temos a ver com o DOP são quatro milhões e o que nós temos a ver com o *Peter* é o orgulho de ser faialense.

Sr. Deputado Luís Garcia, compromissos relativamente ao futuro: eu compreendo a sua estratégia, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vamos lá, eu vou tomar notas! Datas?

A Oradora: Eu compreendo, por esta razão: o senhor gostaria que nós aqui assumíssemos compromissos hoje...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores não cumprem!

A Oradora: ...para, daqui a uns meses ou um ano, estar a apontar o dedo...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não confio na vossa palavra!

A Oradora: ...e a dizer assim: “Os senhores disseram que iam começar em Dezembro e, afinal, estamos em Janeiro e ainda não começaram”! Mas, Sr. Deputado, como o senhor deve compreender, os nossos compromissos foram estabelecidos e o Governo e o Partido Socialista responderão por eles no fim da legislatura.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

A Oradora: Não é tempo, agora, de fazer compromissos.

Quanto àquilo que tem de ser reequacionado, também já todos percebemos que a crise exige que nós reavaliemos determinadas situações e determinados compromissos eleitorais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas quando serão feitos?

A Oradora: Sobre isso, estamos todos conversados. O quando virá a seu tempo, não é quando o senhor quer que seja.

Deputado Luís Garcia (PSD): É *sine dia*.

A Oradora: Não é, Sr. Deputado! É quando houver condições para isso, porque nós estamos a trabalhar com seriedade, não estamos a trabalhar a apontar coisas para o ar, só para satisfazer algumas estratégias.

Deputado Rui Ramos (PSD): É o que os senhores fazem em campanha eleitoral.

A Oradora: Não estamos a satisfazer estratégias, estamos a trabalhar. Portanto, não vamos aqui fazer promessas e vamos cumprir a nossa missão, como o senhor diz que cumpre a sua. Volto a repetir, temos maneiras de cumprir diferentes: os senhores, é a pintar o quadro de negro; nós, é a trabalhar.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): A folha dos compromissos ficou em branco!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, vamos portanto para almoço. Retomamos às 15:00, com a agenda. Até já.

(Eram 13:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, agradecia que ocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a agenda, com o **Projecto de Resolução n.º 20/2010 – “Realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Inevitavelmente, estão ainda na nossa memória, quer queiramos quer não, os diferentes comentários e intervenções feitos ontem nesta câmara a propósito do debate sobre o Projecto de Resolução do Partido Socialista que cria a Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores.

Relativamente às declarações e argumentos aduzidos pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda no sentido de votar contra essa comissão, não os vou repetir, porque estarão, com certeza, presentes. Vou defender, não em alternativa, porque não é esse o caso, mas de forma a tentar provar que no sentido de se fazer esse levantamento de uma forma mais abrangente, mais eficaz, e mais rigorosa, nos parece que a figura de um estudo científico seria mais consentânea.

Lembrando aquilo que todos nós sabemos, que este ano, o ano de 2010, foi declarado pela União Europeia como ano europeu de luta contra a pobreza e contra a exclusão social;

Lembrando que o Rendimento Social de Inserção contribuiu, segundo opinião avisada, para uma redução em cerca de 28% na intensidade da pobreza;

Lembrando que em Março se registavam 20.915 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, o que corresponde a 6.147 famílias nos Açores;

Lembrando também que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores recebem, em média, €80,14; para uma média nacional de €96,20; portanto, abaixo da média nacional;

Lembrando, como se isso fosse necessário, que as medidas introduzidas no Plano de Estabilidade e Crescimento, no 1, no 2, e provavelmente no 3 e noutros que se seguirão, terão um impacto significativo nas prestações sociais;

Lembrando que todos prevemos, tragicamente, que o desemprego continue a subir, seja na União Europeia, seja no nosso país no seu todo, seja eventualmente também nesta região;

Sabendo que a taxa de pobreza é calculada a partir do rendimento e que, portanto, é de prever um aumento significativo desta taxa de pobreza, devido às medidas que acabei de mencionar, de iniciativa do Governo da República;

E lembrando também o artigo 170.º do Orçamento de Estado para este ano, a Lei n.º 3/B/2010, que obriga à inclusão no relatório anual de execução do Rendimento Social de Inserção exactamente a avaliação do impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social.

É partindo destes pressupostos e dos outros que foram aqui, ontem, por nós aduzidos, que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta o Projecto de Resolução no sentido de recomendar ao Governo Regional a realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social desde a sua implementação, conduzido por uma equipa multidisciplinar da Universidade dos Açores, que considere os critérios de avaliação previstos no artigo 170.º da Lei n.º 3/B/2010 e os domínios que caracterizam esta problemática, proporcionando o diagnóstico exaustivo da situação na região, que contribua para a formulação de propostas de intervenção adequadas.

Permitam-me lembrar aos Srs. e às Sras. Deputadas que estes itens que, de acordo com a Lei mencionada, devem constar do relatório anual de execução do Rendimento Social de Inserção, devem incluir os seguintes elementos:

Primeiro, o impacto destas medidas na redução efectiva das situações de pobreza;

Segundo, a relação entre a atribuição da prestação social e a aplicação do respectivo programa de inserção social;

Terceiro, a efectiva contribuição da prestação social para a inclusão do indivíduo ou do agregado familiar; o impacto do programa de inserção social na integração profissional dos indivíduos; o contributo da prestação pecuniária para a autonomização económica do indivíduo ou agregado familiar; e a eficácia da

fiscalização do cumprimento dos programas de inserção, nomeadamente no que concerne às obrigações das entidades envolvidas.

É exactamente sob estes itens que nós pretendemos e propomos que este estudo seja, ou fosse, elaborado.

Permitam-me ainda, antes de terminar esta primeira intervenção, fazer um comentário às declarações prestadas pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, sobre o diploma em apreço. Disse a Sra. Secretária que se tratava de uma iniciativa que nada tinha de inovador. Era necessário, obviamente, explicar porquê.

Cada deputado e cada deputada falará por si. Eu, pessoalmente fiquei muito surpreendida com a argumentação da Sra. Secretária, porque pela primeira vez fiquei a saber que houve um estudo encomendado pelo Governo Regional, que diz respeito aos anos entre 2004 e 2005, aliás anos suficientemente distantes de nós, não só em factor de tempo mas, sobretudo, em factor de circunstância e de contexto económico e social. Afinal, esta admiração não tinha razão de ser, porque este estudo, encomendado pelo Governo Regional, foi secreto, foi para uso interno, segundo disse a Sra. Secretária.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):
Secreto?

A Oradora: Sim, uso interno. Pelo menos, é o que tenho na minha frente.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):
Onde é que isso está escrito?

A Oradora: A Sra. Secretária terá a oportunidade de corrigir o relatório da comissão, se assim o entender.

Mas o que aqui está escrito é que o Governo Regional encomendou, para consumo interno, um estudo sobre as vulnerabilidades e as potencialidades da coesão social nos Açores. Ora, interno não é público.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Também não é secreto.

A Oradora: A Sra. Secretária terá que me explicar, então, o que é que interno tem de público, porque interno, parto do princípio que não é público. O facto de que não é público é que a maior parte o desconhecia.

E se, na realidade, ele fosse assim tão público, ele não invalidaria a apresentação desta proposta, por uma razão simples, Sra. Secretária...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O Sr. Secretário Regional da Presidência já teve oportunidade de apresentar.

A Oradora: Deixe-me acabar. A Sra. Secretária, depois, terá oportunidade de dizer aquilo que muito bem entender.

...porque 2004 e 2005, como eu disse à Sra. Secretária e penso que não vale a pena lembrar, já lá vai há muito tempo, não só em termos temporais, mas em termos de contexto económico e social. Comparar os resultados de um estudo de 2004 e 2005 sobre esta matéria com o ano de 2010 é qualquer coisa que eu não acredito que a Sra. Secretária, como governante responsável que é, possa fazer.

Disse também a Sra. Secretária que não é útil nem oportuno proceder-se a um outro estudo, no que estamos absolutamente em desacordo, mas sim, disse a Sra. Secretária também, implementar as recomendações emanadas do trabalho já realizado e avaliar a sua eficácia. No entanto, nós desconhecemos as recomendações e desconhecemos a avaliação.

Sra. Secretária, deixe-me dizer-lhe uma coisa: se há alguma vocação que esta câmara tenha é, exactamente, a de fiscalizar as aplicações e os resultados destas aplicações.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

A Oradora: Ora, se desconhecemos uma e outra coisa, não podemos fiscalizar coisa nenhuma. Pelo contrário, de acordo com a bancada maioritária, podemos fiscalizar a atribuição do Rendimento Social de Inserção. Mas não vamos insistir nesta matéria.

Finalmente, questionada em comissão por uma deputada membro da comissão, por acaso uma Deputada do Partido Socialista, sobre se a Sra. Secretária estaria na disponibilidade, enquanto representante do Governo, de proceder à actualização do estudo, avaliando assim eventuais alterações decorrentes do actual contexto económico e financeiro e também a eficácia das recomendações produzidas pelo estudo inicial e pelas medidas adoptadas pelo Governo Regional em função das mesmas – afinal o Bloco de Esquerda não está sozinho no comentário que fez,

afinal há quem pense da mesma maneira –, eu não tenho a resposta da Sra. Secretária, não consta do relatório. Portanto, gostaria de lhe fazer esta pergunta directamente no Plenário, sim ou não: o Governo Regional está na disponibilidade de reavaliar e refazer, actualizando, os resultados deste estudo?

Para já, ficar-me-ia por aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Aníbal Pires e Nélia Amaral.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aprovámos ontem a constituição de uma comissão sobre esta temática, com uma metodologia que me parece mais correcta, até porque a proposta do Bloco de Esquerda restringe o âmbito do estudo ao impacto do RSI no combate à pobreza e, como sabemos, a pobreza combate-se muito para além da aplicação desta medida, que consideramos importante, mas o combate vai muito para além disto.

Todavia, o estudo consideramos que não é de todo inútil, antes pelo contrário, embora o que verdadeiramente nos interesse, o que verdadeiramente interessa a esta câmara é, efectivamente, fazer uma avaliação política do êxito ou “inêxito” da aplicação do Rendimento Social de Inserção na Região Autónoma dos Açores. No entanto, consideramos que este estudo pode dar um contributo importante, até aos trabalhos da comissão.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP dará o seu voto favorável a esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma a defesa dos princípios subjacentes à criação do Rendimento Social de Inserção enquanto medida de apoio social de combate à pobreza extrema, à pobreza persistente e na promoção da inclusão social. Reafirma igualmente, nesta ocasião, o seu veemente repúdio do

discurso, das atitudes e das práticas que culpabilizam, humilham e insultam as pessoas que, encontrando-se em situação de pobreza e de exclusão social, beneficiam desta prestação. Reconhecemos na iniciativa do Bloco de Esquerda preocupações, em grande medida, idênticas. No entanto, a proposta, na sua componente resolutiva, não pode merecer a nossa aprovação, pelos motivos que passo a explicar.

Dispomos hoje de um vasto leque de suporte bibliográfico de natureza científica que nos permite verificar a eficácia do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, tratando-se de bibliografia de âmbito comunitário e nacional, mas também regional.

Refira-se, a título de exemplo, o relatório conjunto da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia sobre protecção social e inclusão social, que refere que 16% da população europeia, numa Europa a 25, uma Europa que se diz desenvolvida, vive em situação de risco de pobreza, 19% das crianças com idade igual ou inferior a 17 anos e 65% dos idosos. Se considerarmos o rendimento dos europeus antes de qualquer transferência social, estas percentagens disparariam para 33% da população europeia a viver em risco de pobreza, 36% das crianças e 90% dos idosos.

No âmbito nacional, existem também estudos que atestam essa relação entre a aplicação do Rendimento Social de Inserção e a redução da pobreza. Salientaria apenas alguns estudos de autoria da Professora Alexandra Castro, da autoria do Professor Rodrigues Farinha, da autoria da Professora Isabel Baptista, do Dr. Alfredo Bruto da Costa, do Professor Miguel Gouveia, uma panóplia de documentação científica disponível para que possamos atestar essa relação entre a aplicação do Rendimento Social de Inserção e a redução da pobreza.

Mas também a nível regional existem trabalhos disponíveis, que nos permitem aferir esse impacto e a eficácia da medida. Referiria apenas alguns, designadamente: o trabalho da autoria do Professor Fernando Diogo, “Pobreza, trabalho e identidade”, publicado em 2008; o estudo, desenvolvido também por ele, intitulado “Trabalho e identidade social, valores e práticas entre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção”; o trabalho desenvolvido pelos

Professores Mário Fortuna e José Cabral Vieira, “Canalizar as variáveis determinantes da permanência no Rendimento Social de Inserção na Região Autónoma dos Açores”; e, mais recentemente, um trabalho de investigação datado de Abril de 2009 intitulado “Vulnerabilidades e potencialidades da coesão social nos Açores, análise de dez anos de percurso de inclusão social”, que inclui a passagem do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção, com a coordenação científica das Professoras Isabel Guerra e Maria José Lobo Antunes, do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, e com a consultadoria dos Professores Carlos Farinha, do ISE, Fernando Diogo, da Universidade dos Açores, e Paulo Madruga, também do ISE.

De referir que este último trabalho foi encomendado pelo Governo Regional, precisamente para avaliar as suas políticas sociais, designadamente a aplicação e o impacto do Rendimento Social de Inserção. Trata-se de um trabalho que, a par da análise dos fenómenos de pobreza, competitividade e coesão e das chamadas novas políticas sociais, procede também a uma análise da realidade económica, social e demográfica da região, assim como a uma abordagem ao impacto do Rendimento Social de Inserção na distribuição de rendimentos, no combate a desigualdades, pobreza e exclusão social nos Açores.

De salientar que esta última vertente do estudo tem por base a análise de processos regionais, a construção de perfis de vulnerabilidade, aborda aspectos como o perfil dos beneficiários, o funcionamento dos serviços sociais, dos núcleos locais de inserção e de outros parceiros, a relação com o mercado de trabalho, com a educação, com a formação profissional e com a saúde, culminando num conjunto de conclusões e recomendações que incidem sobre o potencial e as limitações das políticas sociais no combate à pobreza, abordando fenómenos como a pobreza persistente, a pobreza inter-geracional, os trabalhadores pobres e o funcionamento dos serviços, designadamente o acompanhamento dos beneficiários.

Assim, e tal como já referi em sede de comissão, parece-nos que, dadas as especificidades do actual contexto económico e financeiro, bem como as suas inevitáveis consequências no contexto social, importa proceder à actualização do referido estudo, uma vez que os dados trabalhados se reportam a 2004 e 2005,

avaliando também eventuais alterações mas, sobretudo, a eficácia das recomendações produzidas pelo estudo inicial e das medidas entretanto implementadas pelo Governo Regional em função dessas recomendações. Entendemos que o estudo já realizado e a sua actualização dão resposta às preocupações quanto ao diagnóstico da situação na região, à evolução que se tenha verificado, à eficácia da prestação, à avaliação da sua implementação na região, assim como às exigências de isenção, rigor e fundamentação técnica e científica. Por estas razões, não nos parece oportuno nem útil proceder-se a um novo estudo.

Sra. Deputada Zuraida Soares, aqui tenho de lhe chamar a atenção para a página 9 do relatório, onde está expressa a disponibilidade do Governo Regional para proceder à actualização do estudo. Ao contrário daquilo que alguns deputados argumentaram em sede de comissão, não é isso que o Bloco de Esquerda propõe.

Sra. Deputada Zuraida Soares, realmente, é a falar que nos podemos entender. O Governo Regional não deixou de fazer estudos sobre o Rendimento Social de Inserção por não querer assumir responsabilidades nem consequências. Encomendou, assumiu as suas recomendações e implementou-as. Ao contrário daquilo que a senhora afirma, não se tratou de um estudo secreto, tratou-se de um estudo encomendado para avaliar as práticas governativas, um estudo já referido nesta casa algumas vezes e a que a senhora terá tido acesso, tal como os restantes membros da comissão, durante esta semana e, caso o tivesse solicitado em ocasião anterior, provavelmente o Governo tê-lo-ia cedido.

Tão pouco vamos aprovar, tão pouco vai fazer o estudo proposto pelo Bloco de Esquerda. Não por não querer fazer mais nada. Tem, sim, uma perspectiva diferente do que importa fazer e uma grande vontade de fazer mais e melhor.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que esta matéria foi ontem objecto de ampla discussão, mas é óbvio que tenho todo o interesse em fazer algumas considerações sobre aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Zuraída Soares. Queria dizer-lhe que, de facto, naquilo que o Governo tem feito nesta última década, de implantação da medida, quer do Rendimento Mínimo Garantido quer, mais tarde, do Rendimento Social de Inserção, foi das medidas implementadas, sobretudo na região, que mais foram avaliadas e que mais foram objecto de estudos.

Na reunião da comissão – em que o Bloco de Esquerda não esteve presente, mas compreendo por isso, também, que na sua análise só fez referência a algumas das coisas que foram ditas e não à globalidade da intervenção que eu tive – fiz questão de explicar que estudo tinha sido feito, o que é que esse estudo recomendava ao Governo e o que é que o Governo tinha implementado para minimizar aqueles factores que deviam ser mais negativos, relativamente ao estudo que tinha sido realizado.

O estudo, de facto, foi realizado por uma equipa do ISCTE, com a presença de um Professor – a pessoa, certamente, na Universidade dos Açores, com maior competência técnica e científica –, o Professor Fernando Diogo. Aliás, a sua tese de doutoramento é sobre o Rendimento Social de Inserção. Portanto, ele fez parte da equipa e esse estudo foi, de facto, verdadeiramente debatido internamente. De todos os estudos que nós fizemos, alguns deles até foram publicados, como por exemplo o “Percurso educativo dos filhos dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção”, um estudo feito também há quatro ou cinco anos, que está publicado e editado.

Quero dizer-vos que nós temos feito, de facto, um esforço enorme para acompanhar, avaliar e monitorizar a medida na região. Eu tenho é alguma tristeza, e isso é motivo de consternação na nossa sociedade, porque ainda há dias o economista Perez Metelo dizia, numa crónica na rádio, que Portugal, se não tivesse esta medida, não teria 18% de pobres, teria 26% e prova-o com toda a legitimidade de um economista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem 22%.

A Oradora: Portanto, o que se tem feito é muito alarido sobre estes, que são os mais pobres...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alguns.

Deputado João Costa (PSD): Alguns não!

A Oradora: ...e que, se não houvesse esta medida, estariam no limiar da pobreza.

Deputado João Costa (PSD): E não estão? A Sra. Secretária não leu bem o estudo!

A Oradora: É evidente que toda a gente diz o que quer e o que bem se lembra. Inclusivamente, eu tenho ouvido, sobre esta matéria, as coisas mais injustas, mais impróprias, mais bárbaras sobre esta gente e sobre os seus filhos, aqueles a quem até lhes era negada a frequência da escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está absolutamente fora do contexto, Sra. Secretária, completamente fora de tom, essa intervenção.

A Oradora: Queria dizer-vos que todos os meses é publicado o boletim do Rendimento Social de Inserção, com todos os dados que, depois, nós ainda trabalhamos nos nossos serviços. Estamos sempre disponíveis para partilhar com os senhores todos esses dados, com os senhores e com toda a comunidade, porque as prestações que existem devem ser o mais transparente possível. E todos nós, que conhecemos – ou os que conhecem – essas pessoas que não cumprem temos o dever, enquanto cidadãos, de denunciar essa situação. E oiço muita gente a chamar “malandros, é assim e assado, estão nas coisas”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que tem isso a ver com o estudo e com a matéria em discussão?

A Oradora: Sr. Deputado, estou na minha intervenção. Depois, o senhor poderá, novamente, esbracejar e fazer o que entender para ver se a televisão o filma.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Aliás, a televisão gosta muito de si!

A Oradora: Não há problema nenhum quanto a isso, estou cá para responder com tranquilidade, com muita calma, exactamente para explicar às Sras. e aos Srs. Deputados todo o nosso trabalho.

Relativamente a esta matéria, acho que a aprovação neste Plenário de uma comissão eventual...

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso foi ontem.

A Oradora: ...onde toda a gente poderá participar, onde se poderá chamar a essa comissão os coordenadores regionais, os núcleos sociais de inserção, todos os dados possíveis e imaginários que o Governo tem, é a forma mais democrática e transparente que pode existir, exactamente. Eu disponibilizar-me-ei, com os técnicos, com toda a gente que V. Exas. entenderem, para explicar como funciona a medida, para falar com as instituições que nos acompanham e com todos os parceiros sociais.

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Secretária não percebe nada.

A Oradora: Quem não percebe destas coisas é o senhor. Aliás, o senhor percebe, gosta é de distorcer os dados, porque lhe interessa. Isso, a gente sabe.

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Mas o que vos quero dizer é que, relativamente a esta matéria, penso que o debate terminou, porque acho que a comissão eventual terá...

Deputado João Costa (PSD): Passemos ao ponto seguinte.

A Oradora: ...toda a legitimidade para avaliar com maior rigor científico, com maior transparência, para chamar os peritos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Secretária, pela sua saúde!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo menos alguém os valoriza.

A Oradora: ...desta matéria, para que tudo se torne claro como a água. Porque, caros Srs. Deputados, as baixas fraudulentas em Portugal, de certeza absoluta e isso está provado nos dados do Instituto de Estatística a nível nacional, são muito mais fragilizadoras e muito mais intensas do que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Portanto, acho que sobre esta matéria está, de facto, para o Governo, encerrado o debate, porque eu usei da palavra...

(Aparte inaudível da câmara)

A Oradora: Para o Governo, Sr. Deputado, foi o que eu referi.

Eu não farei mais nenhuma intervenção, porque considero que a comissão eventual ontem aprovada aqui foi a medida mais correcta para se tirar tudo a limpo e para que tudo seja claro como água. Essa comissão poderá recomendar ao Governo o que entender, estudos, melhor acompanhamento, maior fiscalização, o que entender. Nós estamos cá exactamente nessa medida, para responder a todas as questões que os Srs. Deputados entenderem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vou registar essa.

A Oradora: Quero dizer-vos que estaremos sempre disponíveis para isso e para lutar por uma medida que fez com que em Portugal existissem menos pobres e que também nos Açores existissem menos pobres. Não resolve o problema da pobreza, toda a gente sabe isso, mas minimiza-a.

Nesse sentido, é uma medida em que o Governo socialista tem muita honra, porque foi durante estes governos que ela foi introduzida em Portugal e há muita gente que tem muita “ciumeira” disso. Nós estamos muito contentes, porque ela corre bem, porque ela ajuda pessoas, melhorou a vida a muitas pessoas.

Relativamente a estas questões, posso enviar-lhe o boletim de Abril, que é o que tenho disponível, para verificar que, por exemplo, só em Abril, 567 pessoas ou processos viram a sua medida cessada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): De quem é esse boletim?

A Oradora: Estes dados estão publicados no Instituto da Segurança Social e são os dados que nós trabalhamos todos os meses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É da Segurança Social?

A Oradora: É evidente. A estatística da Segurança Social é só uma, Sr. Deputado. Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa, para uma primeira intervenção.

(* Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a senhora agora estragou tudo! Ninguém percebe nada, porque ontem fomos aqui chamados à atenção relativamente ao objecto da comissão eventual criada para aconselhar o Governo no sentido de aprofundar a fiscalização

da medida do RSI e a Sra. Secretária, agora, veio meter tudo dentro dessa comissão! Não é esse o objecto da comissão, Sra. Secretária!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O que eu disse foi que podiam pedir ao Governo o que entendessem.

O Orador: Sra. Secretária, eu também tenho o boletim e os dados da Segurança Social, mas são escassos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

São escassos?

O Orador: São escassos. Não nos dizem por que cessou a medida, por exemplo; não nos dizem por que houve mais requerimentos, quais as causas, as idades, portanto a faixa etária, o agregado familiar, etc.

Sra. Secretária, a senhora tem, desde Janeiro, um requerimento relativo aos dados do Rendimento Social de Inserção na Ilha Terceira; tem, desde Fevereiro, um requerimento relativo aos dados da situação económico-social, entre os quais os dados do RSI, na Ilha Graciosa; e, até à data – a não ser que o Sr. Secretário da Presidência faça um clique e envie os respectivos requerimentos –, os deputados que legitimamente perguntaram ao Governo sobre dados que o Governo diz que possui todos os meses não tiveram uma única resposta e já lá vão cinco meses. Portanto, Sra. Secretária, quanto a nós termos na mão qualquer dado, ficamos esclarecidos.

Realmente, ninguém percebe o Partido Socialista nisto. Sra. Secretária e Sra. Deputada Nélia Amaral, nós podemos ter todos os documentos, toda a bibliografia, tudo aquilo que tem sido dito e estudado e que tem sido objecto de teses, até podemos ir à Biblioteca de Alexandria, se quiser, mas isso não vai àquilo que pretende este estudo, e muito bem, que o Bloco de Esquerda apresenta no seu Projecto de Resolução. Não vai, porque o que se pretende, e parece-nos que bem, é que esta Assembleia se possa munir de um estudo para que, politicamente, possamos avaliar aquele que é o resultado da aplicação da medida do RSI no combate à pobreza na Região Autónoma dos Açores.

Sra. Secretária, relativamente aos dados e relativamente ao impacto do RSI no combate à pobreza, se calhar não precisamos mesmo de estudo nenhum para poder

dizer que esta região não consegue libertar-se do flagelo da pobreza há muitos anos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

No tempo dos seus governos não havia pobres!

O Orador: Porque só relativamente aos dados que estão disponíveis no *site* da Segurança Social, em Dezembro de 2004 eram 20.292 beneficiários; em Dezembro de 2005, 19.120; em Dezembro de 2006, 18.571; em Dezembro de 2007, 18.278; em Dezembro de 2008, 18.635; em Dezembro de 2009, 20.646; e, em Abril de 2010, 20.262. Portanto, há aqui uma permanência no tempo de largos milhares de açorianos na medida do RSI. Aquilo que é uma medida que, num estudo já citado pela Sra. Deputada...

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Entram uns e saem outros.

O Orador: Entram uns e saem outros, gostei dessa, Sr. Secretário; entram uns e saem outros, conforme a conveniência. Ou, então, os senhores só sabem criar pobres!

Deputado Domingos Cunha (*PS*): O senhor não sabe o que diz, é confrangedor.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Não são sempre as mesmas pessoas!

O Orador: Sr. Secretário, realmente esta não é a sua área. Esse argumento que o senhor acabou de dar, Sr. Secretário, de que entram uns e saem outros, só nos traz uma conclusão: o Governo do PS cria pobres!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Não: ajuda! Ajuda os pobres que os senhores escondiam.

O Orador: Na região, estão sempre a nascer pobre e mais pobres e mais pobres e lá se arranjam umas medidas para libertar alguns. Criam pobres e mais pobres, são catorze anos de poder.

Num estudo, como eu dizia, que a Sra. Deputada Nélia Amaral citou, do Sr. Professor Fernando Diogo, publicado no ano passado, há uma conclusão também que tiramos relativamente ao fenómeno da pobreza na região: é a precariedade que está ligada aos beneficiários do RSI que trabalham, que não se conseguem libertar! E o Governo não consegue que a pobreza tenha um caminho de libertação das

peçoas desse flagelo, porque os pobres vão permanecendo pobres! São catorze anos de Governo do Partido Socialista e, apesar de terem tido os fundos que tiveram durante toda esta década e meia para poderem investir na qualificação dos açorianos e em formas de os libertar de uma condição social degradante, o que os senhores fizeram foi nada!

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor é um deles. O senhor explique-se.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos)

O Orador: Não fizeram nada, porque a medida...

Não estamos a falar da comissão, Sr. Secretário, isso foi ontem! Estamos a falar de um estudo, proposto pelo Bloco de Esquerda, que faz todo o sentido, que esta Assembleia sugira ao Governo que faça este estudo nos moldes pretendidos, para que esta Assembleia possa conhecer também aquela que tem sido verdadeiramente a luta deste Governo contra a pobreza, porque os dados o que nos dizem é isto que estou a concluir!

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor faça a actualização deste!

O Orador: Se os senhores quisessem que eu concluísse de maneira diferente, podiam muito bem meter a mão na consciência e fazer aquilo que o Presidente do Governo ontem dizia, que é aprovar alguma coisa da oposição! Mas não vos interessa realmente que se conheça o fracasso da luta contra a pobreza nos Açores por parte de um Governo que teve a maior fatia de fundos da Comunidade Europeia de todas as regiões ultraperiféricas, um Governo que teve todo esse dinheiro e que não conseguiu libertar os 10% que estão no RSI e mais os 20% de pobres que existem na região, que permanecem pobres e que, infelizmente, com este Governo vão permanecer nessa condição!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Veja quantos pobres tínhamos! Consulte o estudo!

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu gostava de esclarecer o seguinte: não há dúvida de que o objecto do nosso ponto de hoje é

mais lato do que o objecto de ontem, sem dúvida nenhuma. De qualquer modo, também ainda não dá para tudo. Eu pedia um esforço para que se cingissem mais ao objecto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A primeira parte da minha intervenção era exactamente aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, porque a Sra. Secretária fez aqui um discurso de apologia do Rendimento Social de Inserção, mas não é isso que está em causa. O que está em causa é a realização, ou a aprovação ou não da realização do estudo. Fez uma apologia e depois, como uma espécie de D. Quixote no feminino, quis aqui combater os moinhos de vento, que eram aqueles malvados que estão contra o Rendimento Social de Inserção. Não se dirigiu basicamente a ninguém, mas há aqui um grupo de malvados...

Deputado José San-Bento (PS): É o senhor!

O Orador: ...que quer fazer um estudo sobre o Rendimento Social de Inserção, mas para quê? Para acabar com o Rendimento Social de Inserção, porque a Sra. Secretária é que é a grande heroína que defende isto!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é legislação nacional, Sr. Deputado.

O Orador: Eu lembro, por exemplo, o que o PPM disse na comissão permanente: “O Deputado Paulo Estêvão usou da palavra para discordar do enquadramento social feito pela Secretária Regional. Afirmou que, enquanto defensor do Rendimento Social de Inserção, defende igualmente a sua fundamentação científica, o mais aprofundada possível e isenta”. Portanto, o seu discurso e isso é que eu lhe estava há pouco a dizer, Sra. Secretária, estava completamente fora daquilo que se está aqui a discutir e foi um tom que considero completamente desapropriado.

Depois, quero dizer-lhe outra coisa que não está aqui no relatório, mas que foi amplamente debatida. Não está no relatório da comissão, mas deveria estar. É preciso reafirmar – aliás até fui criticado no âmbito da comissão no sentido de fazer as mesmas perguntas duas ou três vezes e depois, afinal, fiz várias vezes a pergunta e os dados não estão aqui –, os dados deste estudo que fundamentam a

oposição à não realização deste estudo são dados de 2004/2005. São dados que foram recolhidos em 2004 e 2005, não está aqui e deveria estar.

É evidente que não somos ingénuos nesta casa e sabemos que um estudo de 2004/2005, em relação aos dados que foram recolhidos, não está actualizado. Mas, mais do que isso, não aconteceu nada? Em 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, não aconteceu nada no mundo? Não aconteceu a maior crise económica que o mundo conhece desde 1929? Isto é fundamental e é constantemente reafirmado pelo Governo Regional: “Nós estamos numa grande crise, é uma grande crise de carácter internacional que nos está a atingir grandemente, por isso é que o desemprego está a aumentar, por isso é que as dificuldades sociais estão a aumentar, por isso é que os parâmetros de actuação do Governo têm de ser alterados, por isso é que nós estamos a implementar medidas, porque as questões sociais são de maior gravidade, são de maior complexidade e têm uma natureza diferente”.

Agora, o que se vê? Não faz mal e não se passou nada, de acordo com a Sra. Secretária não se passou nada, porque os dados de 2004 e 2005 servem perfeitamente, mesmo que sejam anteriores a uma das maiores crises mundiais dos últimos anos! Isto é completamente ilógico! Isto é que, na minha perspectiva, acaba por prejudicar a vossa fundamentação e acaba por prejudicar o facto de se estar contra a realização de um estudo actualizado.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor não ouviu o que eu disse na minha intervenção.

O Orador: No fundo, isto é como se alguém, em 1930, quisesse realizar um estudo sobre um problema social e lhe dissessem: “Não, nós temos dados de 1924”. Não aconteceu nada durante aquele período? Não aconteceu uma crise económica tremenda destes contornos, que alterou os parâmetros do ponto de vista social? Vejam a enorme dificuldade em que estão para recusar a realização deste estudo. A vossa fundamentação central, a fundamentação que foi utilizada no relatório foi esta: “Temos um estudo, datado de 2004/2005”. Esta é a questão.

Mais do que isso, esse estudo, nós somos obrigados a adivinhar que existia, porque eu – e penso que 99,9% dos açorianos – só fiquei a saber que existia a partir do

momento em que a sua divulgação foi feita na comissão. Portanto, ainda por cima, este estudo não estava publicado em local nenhum. Eu poderia também ter proposto que se realizasse este estudo, mas não, tinha de adivinhar que o estudo já existia!

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso já foi referido nesta casa, Sr. Deputado. Bastava estar atento à discussão de ontem.

O Orador: Isto, de facto, demonstra a pobreza dos argumentos em relação a esta matéria.

Há aqui uma questão, Sra. Secretária – e termino já, Sr. Presidente – que eu tenho de lhe colocar. Quando disse, Sra. Secretária, que não respondia a mais questões, eu considero que, aqui, comete um erro. Considero que é fundamental, se nós tivermos dúvidas, temos o dever de lhe colocar essas questões e a Sra. Secretária tem, também, o dever de nos dar essas respostas. Eu penso que esta é a atitude correcta e penso que, quando na sua intervenção diz: “Não vou fazer mais intervenções”, comete um erro nessa questão e tenho a certeza...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Esta questão é demasiado séria para estar aqui com demagogias! O que disse nessa intervenção? Nada!

O Orador: ...conhecendo a sua actuação e conhecendo o seu percurso político, que irá reconsiderar e irá, com certeza, responder.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não.

O Orador: A questão que lhe coloco... Não vai reconsiderar? Se não vai reconsiderar, então não lhe coloco a questão.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Trabalho, eu tenho de lhe fazer uma ou duas perguntas. A senhora não responderá, se assim o entender, mas eu tenho de as fazer, porque não tenho outro governante, neste caso concreto, a quem me dirigir.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Já respondi a tudo o que tinha de responder.

A Oradora: A primeira coisa que gostaria de dizer à Sra. Secretária – e não é tanto dizer, mas lembrar, porque eu sei que a senhora bem o sabe – é que o Bloco de Esquerda acompanha as afirmações feitas pela Sra. Secretária, no sentido de considerar o Rendimento Social de Inserção uma medida de justiça social e de combate à pobreza e à exclusão social. Que fique bem claro que aquilo que está em causa, para o Bloco de Esquerda, não é o Rendimento Social de Inserção! Portanto, não vale a pena vir defender o Rendimento Social de Inserção, como se houvesse algum tipo de ataque desta bancada a esta medida de combate à pobreza!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exactamente.

A Oradora: Na defesa desta medida, Sra. Secretária, o Bloco, o Governo Regional e outras bancadas, que não só a do Bloco, estão consigo. Esta é a primeira questão. A segunda questão é que a Sra. Secretária disse que esta medida é talvez a mais ou, pelo menos, uma das mais acompanhadas, avaliadas e monitorizadas pelo Governo. Então, eu pergunto: se isto é assim, Sra. Secretária, para que é a comissão eventual? Se há tanta monitorização, acompanhamento e avaliação, por que é então precisa uma comissão eventual para, afinal, levantar aquilo que já está avaliado, monitorizado e acompanhado? É uma pergunta que lhe deixo e a senhora fará o favor, ou não, de responder.

Diz a Sra. Secretária: “Temos um estudo, que vem de 2004 e de 2005”. Reafirmo que era, para a maioria dos deputados e das deputadas desta casa, secreto até à semana passada. Mais uma vez lhe pergunto: se temos um estudo, Sra. Secretária, para quê uma comissão eventual para estudar aquilo que, afinal, já está estudado?

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Esse estudo já foi referido nesta casa!

A Oradora: É outra pergunta que lhe deixo e deixo-lha a si concretamente porque a senhora, na sua primeira intervenção, defendeu a comissão eventual e a sua

existência. Portanto, eu pergunto-lhe: se tem tanta coisa de um lado, para que é precisa, afinal, a comissão eventual?

Depois, eu fiz-lhe uma pergunta concreta na primeira intervenção, Sra. Secretária, e também fiquei à espera de resposta. Está ou não a Sra. Secretária na disposição de encomendar novamente à Universidade dos Açores e aos outros organismos e institutos que acompanharam e colaboraram na feitura da realização do estudo, em 2004 e 2005, a sua actualização? É porque, se há um estudo feito, a actualização deve ser feita com a mesma metodologia e até, preferencialmente, pelos mesmos organismos.

Deputada Nélia Amaral (PS): Precisamente por isso, vamos rejeitar a proposta.

A Oradora: Não respondeu a esta pergunta. Se o vai fazer, esta actualização é para quando?

Sra. Secretária, o estudo proposto neste Projecto de Resolução e a comissão eventual ontem aprovada não são excludentes. Se fossem, não haveria a discussão, sequer, do nosso projecto aqui, porque estaria prejudicado pela votação favorável e a aprovação da comissão eventual. Não se excluem, pelo contrário: do nosso ponto de vista, complementam-se, completam-se e o estudo e os dados do estudo, actualizados, seriam com certeza um instrumento importantíssimo para o trabalho da tal comissão eventual, que ontem foi aprovada nesta casa. Portanto, não se trata de “ou uma coisa, ou outra”, é “uma coisa e a outra”.

Deputada Nélia Amaral (PS): A senhora acabou de dar a resposta por que vamos contra a sua iniciativa!

A Oradora: Quem votar contra, com certeza ficará com o ónus desse voto e explicará por que não quer este estudo.

Finalmente, só para terminar, na realidade o objecto deste estudo é bem mais lato, bem mais abrangente e bem mais profundo do que o trabalho e o objecto de estudo da comissão eventual que ontem foi aqui aprovada. Por isso, é diferente.

Eu aguardo, Sra. Secretária, as suas respostas. Se não entender dá-las, porque está zangada, eu fico à espera do seu favor de responder numa outra altura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Eu, zangada? Eu nunca me zango. Já disse o que tinha a dizer sobre esta matéria.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, **Projecto de Resolução n.º 18/2010 – “Cria uma comissão eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”**, que foi apresentado por um conjunto de deputados de vários partidos, PS, CDS/PP, BE, PCP e PPM.

Para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podemos discutir se o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores é, ou não, um documento perfeito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é!

O Orador: Há quem entenda que não, desde logo o actual Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva e também, parece, ao que vejo, o Sr. Deputado Pedro Gomes. Mas, independentemente do que se pense sobre as virtudes da terceira revisão do nosso Estatuto, do que não podem restar dúvidas é que se trata de um documento incompleto.

Com efeito, a plena operacionalização do Estatuto exige a elaboração e aprovação de um conjunto de iniciativas legislativas, na sequência, aliás, daquilo que o próprio Estatuto determina. Inserem-se neste âmbito matérias como a “regulação

do referendo regional”, a “iniciativa legislativa dos cidadãos”, o “regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito”, o “registo público de interesses na Assembleia Legislativa”, o “regime legal de execução do estatuto dos deputados” e os “órgãos representativos das ilhas”, entre outros.

É evidente que qualquer um dos deputados desta casa tem poder de iniciativa legislativa. Contudo e na nossa perspectiva, a metodologia utilizada para a revisão do Estatuto revelou-se sobremaneira eficaz, o que aconselha a adopção de uma estratégia idêntica para a elaboração da legislação complementar a que já fiz referência. É com base nestes pressupostos que surge o Projecto de Resolução que está agora em debate e que tem por objecto o estudo e elaboração dos projectos de iniciativa legislativa que se mostrem necessários ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

A conjugação da necessidade de terem assento na comissão todas as forças partidárias representadas nesta Assembleia, a par de se garantir a proporcionalidade dessa mesma representação, levou a que a CAPAT tivesse proposto uma alteração à iniciativa, de forma a que a comissão seja composta por dezassete deputados, número que, temos de convir, pode ser considerado exagerado. Certamente que a Sra. Deputada Zuraida Soares concordará comigo em que o número é exagerado, atendendo àquilo que ontem aqui referiu, relativamente à criação de uma outra comissão eventual.

Mas a CAPAT, ao propor o aditamento de um n.º 2 ao artigo 4.º do Projecto, encontrou uma solução que, ao fim e ao cabo, é o “ovo de Colombo” deste processo, porque esta solução garante a eficácia dos trabalhos, eficácia essa que se deseja, e a contenção de custos que se impõe. Esta solução passa pela criação, no âmbito da comissão, de um grupo de trabalho constituído por nove deputados. Esta solução, esta forma de dar eficácia aos trabalhos, como se deseja, tem pleno acolhimento no disposto no n.º 1 do artigo 53.º do Regimento desta Assembleia. Como tal, reúne todos os requisitos que são necessários para que possa ser aprovada.

É só, obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que nos identificámos com os propósitos desta proposta. Aliás, como é sobejamente conhecido, não a subscrevemos porque não concordámos com uma questão muito específica relacionada com a questão da sua constituição, aliás, agora reparada. Acabámos de ouvir o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa sobre uma proposta de alteração dos seus subscritores que foi apresentada em CAPAT. Tanto consideramos importante esta matéria e a operacionalização do Estatuto Político-Administrativo, que aqui tivemos oportunidade de apresentar um projecto, constituído por duas iniciativas, para a regulamentação das comissões parlamentares de inquérito, uma das questões há bocado elencadas e elencadas neste Projecto de Resolução. Por isso, esta iniciativa, naturalmente, merece o nosso acordo.

Entendemos, contudo, que se revela aconselhável que a regulamentação das diversas matérias previstas para a operacionalização do Estatuto Político-Administrativo não espere pelo fim do prazo de funcionamento desta comissão. Nesse sentido, gostaríamos desde já de dizer que apresentaríamos no início dos trabalhos da comissão uma proposta no sentido de que, à medida que cada uma das áreas vai ficando consensualizada, seja objecto no imediato de apresentação da iniciativa correspondente, de modo a que não se espere por um prazo, que poderá ser demasiado dilatado, para irmos tendo o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores verdadeiramente no terreno. Por isso, à medida que determinada matéria fica concluída, de imediato é de dar origem à iniciativa correspondente, a ser naturalmente apreciada e aprovada por nós.

Quanto ao resto e como tive oportunidade de dizer, da nossa parte esta iniciativa vai merecer o nosso acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não restam dúvidas da necessidade e da importância que tem regulamentar o nosso Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no que respeita às comissões parlamentares de inquérito e ao estatuto dos deputados, passando pela regulamentação dos referendos nacionais, não esquecendo a regulamentação dos conselhos de ilha, esperando este Grupo Parlamentar, e à semelhança do que aconteceu na passada comissão que fez a última revisão a este Estatuto, que os trabalhos decorram da melhor forma e haja consenso, a bem dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera, de facto, que a constituição desta comissão tem uma dimensão política importante, que justifica bem, também, a dimensão que ela tem em termos numéricos. Aquilo de que fazemos votos é que, tal como a comissão eventual criada para a revisão do Estatuto, possa produzir os documentos necessários para a operacionalização do nosso Estatuto e das alterações que lhe foram introduzidas pela terceira revisão. Isso não implica, com certeza e necessariamente, a paternidade de algumas propostas, que entretanto já estão na agenda e na calha para entrarem nesta comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM obviamente considera que esta matéria é da maior importância e, portanto, a criação desta comissão também se justifica. Mais do que isso, da minha parte faço aqui uma *mea culpa*, porque os acontecimentos recentes têm demonstrado que, de facto, se calhar já há algum tempo deveríamos ter iniciado estes procedimentos. Obviamente, assumo a quota-parte da responsabilidade que com certeza o PPM tem em relação ao atraso neste trabalho, que já se deveria estar a desenvolver.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestarmos o nosso apreço pela constituição desta comissão; o nosso voto favorável, aliás também como subscritores da sua proposta; e os desejos de que o trabalho que agora esta comissão, uma vez votada, vai iniciar, possa operacionalizar o nosso Estatuto no sentido de cada vez mais nos ser possível afirmarmos, confirmarmos e vivenciarmos uma autonomia exigente e própria.

O facto de ter dezassete deputados não incomoda minimamente o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao contrário daquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Herberto Rosa que, dada a minha proximidade de vizinhança com o Sr. Deputado Artur Lima, entendeu ontem umas críticas, enfim, de economicismo e de poupança que não foram claramente do Bloco de Esquerda mas, sim, da sua bancada, ironicamente à esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, é com o coração em sangue que eu lhe peço humildemente desculpa, por ter confundido proximidade física com proximidade ideológica. É realmente imperdoável da minha parte e, com a humildade que procuro sempre ter nestas coisas, devo dizer que lhe peço, encarecidamente, que me desculpe. Foi um lapso da minha parte e, como tal, devo registá-lo publicamente.

Quanto à questão da oportunidade e do *timing* desta proposta, colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que, mais dia, menos dia, mais mês, menos mês, este é o momento certo. É preciso não esquecer que a terceira revisão do Estatuto foi aprovada, publicada e entrou em vigor em Janeiro de 2009, mas também é preciso que tenhamos consciência daquilo que foi o ano de 2009, nomeadamente em termos do que envolveu de processos eleitorais.

Ou seja, julgamos nós, julga o Partido Socialista e penso que estarão de acordo connosco aqueles que participaram no processo da terceira revisão do Estatuto, que estas matérias, para atingirem a profundidade, a qualidade e o consenso que se impõe – porque, ao fim e ao cabo, no nosso entender, trata-se de fazer a extensão e a complementaridade do trabalho feito na revisão do Estatuto –, a qualidade do trabalho que se deseja, o consenso alargado que se pretende, exigem que haja alguma tranquilidade, digamos assim, do ponto de vista da luta partidária. Julgamos que, passado esse período eleitoral, esse período digamos de maior combate político, este momento em que estamos, um pouco antes do meio da legislatura, será o tempo certo, porque já estamos suficientemente longe do passado eleitoral e suficientemente afastados do futuro eleitoral que se avizinha, para que possamos fazer um trabalho de qualidade.

É, portanto, essa a razão por que, julgo – eu, e estou a colocar-me na posição de quem o subscreveu –, esta proposta surge agora e não em qualquer outro momento. Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções e porque há uma proposta de alteração dos proponentes que já foi aqui referida, vamos proceder à votação, na generalidade, deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração subscrita por todos os proponentes para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 13/2010 – “Roteiros Culturais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Pascoal para apresentar o Projecto de Resolução.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, uma primeira intervenção:

O Projecto de Resolução que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia, sobre a implementação de Roteiros Culturais nos Açores, pretende homenagear figuras importantes no panorama regional ao nível da cultura, criando para isso percursos temáticos que tenham uma abrangência lúdica e pedagógica, dirigidos a quem cá vive e a quem nos visita.

Esta proposta parece-nos que tem o *timing* certo, na medida em que estamos a discutir, ou que se desenrola neste momento uma discussão em torno das indústrias culturais e criativas, bem como foi revelado recentemente o contributo importante da cultura na economia e no desenvolvimento local. Este Projecto de Resolução é para nós um exercício de sistematização que visa preservar o património histórico, a cultura e a identidade regional.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, esta é uma mais valia turística e é uma iniciativa pertinente, de resolução imediata e de âmbito regional.

Disse.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que não temos dúvidas sobre a bondade que preside à apresentação deste Projecto de Resolução, sobre a sua oportunidade e sobre os seus objectivos. No entanto, nós temos uma reserva de princípio que, aliás, foi levantada nos trabalhos da comissão.

Essa reserva radica no n.º 3 do Projecto de Resolução, em que, no nosso entendimento, se afunila e limita a proposta de Roteiros Culturais apenas para

figuras de relevo na área artística. Por isso, nós sugerimos e solicitamos ao proponente do projecto – tanto é, que mostrou alguma abertura nos trabalhos da comissão –, porque é ele quem o pode alterar, que apresente à câmara uma alteração ao n.º 3, de forma a retirar-lhe este particularismo, que entendemos ser redutor e que prejudica a bondade da própria iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive a oportunidade de, quando o Sr. Deputado Pascoal apresentou aqui algumas...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Sr. Deputado Alexandre Pascoal, não me recordava do primeiro nome. Não quis ser ofensivo, minimamente.

O que queria dizer é o seguinte: tive a oportunidade de apoiar a iniciativa. Considero que é bastante válida, mas no âmbito da comissão tive a oportunidade também de lhe colocar algumas questões. Desde logo, considerar que, realmente, tem de ser feita uma leitura, tal como foi dito agora pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. O facto de ser definida apenas com um âmbito artístico pode, de alguma forma, limitar a bondade e a abrangência da iniciativa.

Em segundo lugar, de facto quero também referir que é necessário que ela tenha a abrangência suficiente para que nela se possam enquadrar personalidades que tenham um cariz não meramente, ou não especificamente, na área artística e, portanto, mais de carácter cultural. Seria bastante vantajoso para a iniciativa se pudesse incluir um leque muito maior de personalidades. Nomeadamente, mostrei-me preocupado em relação à situação específica das ilhas de coesão porque, como o Sr. Deputado teve oportunidade de afirmar, aqui a questão fundamental era a seguinte: que estas ilhas de coesão também tenham o impacto que esta iniciativa terá no âmbito do turismo, que é um sector fundamental para o desenvolvimento económico destas ilhas, como sabem.

Por exemplo, apresentei o caso que conheço mais, que é o caso da Ilha do Corvo, em que figuras que, não sendo naturais da Ilha do Corvo, tiveram de facto vivências, tiveram experiências, que relataram com muita qualidade do ponto de vista cultural, quer em fotografias, como o Príncipe Alberto do Mónaco, quer em textos, como o Raul Brandão. São personalidade da maior relevância e, não sendo naturais dos Açores, tiveram de facto um impacto cultural muito grande na região e, especificamente, também naquela ilha, na Ilha do Corvo. Nós consideramos, apoiando esta iniciativa, que queremos acautelar que, no futuro, se possam fazer roteiros culturais em relação a estas figuras. Referi estas duas, mas poderão fazer-se outras, se esta for a interpretação que se venha a ter, que a Direcção Regional da Cultura venha a ter em relação à implementação concreta desta medida.

Portanto, seria muito interessante termos um roteiro de Raul Brandão na Ilha do Corvo, termos um roteiro também, por exemplo, do Príncipe Alberto do Mónaco, que tem um conjunto de registos fotográficos de enorme qualidade. De enorme qualidade artística, também, além da importância cultural e científica deste espólio. Nesse sentido, acho que valorizaria muito e iria aumentar, de facto, a abrangência e o impacto desta medida, porque eu reconheço que o Sr. Deputado tem também, com certeza, essa pretensão.

Foi dito na reunião da comissão que essa era a sua interpretação e foi assumido por parte do Governo Regional que essa era, também, a interpretação do Governo Regional. Portanto, nesse sentido, tendo em conta a boa fé que lhe reconheço a si e também ao Governo Regional nesta matéria, votarei a favor, quer se faça a alteração, quer não se faça. Votarei a favor, porque me basta o vosso compromisso em relação à leitura que se venha a fazer nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto que temos em apreciação valoriza, e cito: “a importância de um compromisso das comunidades locais no processo de conservação e valorização do seu património natural e cultural”. Fim de citação.

Não podíamos estar mais de acordo com esta filosofia. Entendemos o património cultural sobretudo como componente fundamental da identidade de um povo, que deve ser democraticamente fruída e enriquecida pelo envolvimento e participação dos actores locais.

O problema é que o Grupo Parlamentar do PS, depois desta brilhante e acertada declaração inicial, esqueceu, no resto da iniciativa, completamente as comunidades locais. E a verdade é que estas não são tidas nem achadas, em nenhum aspecto, nestes roteiros culturais propostos. Nem na definição, nem na elaboração, nem na dinamização e animação dos percursos. Para nada disto as comunidades e associações locais são chamadas a dar contributos.

Ao contrário, o Projecto agora apresentado embrenha-se na criação de produtos turísticos e depois afunda-se na imposição, de cima para baixo, de uma determinada e estreita concepção de cultura, numa atitude paternalista de “tomem lá cultura!”, como uma outra coisa qualquer, que já devia estar, ou que está em desuso...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Foi, talvez, Sr. Secretário. O almoço, se calhar, não me fez muito bem. ...chegando mesmo a propor, avulsamente e sem critério, roteiros e homenagens que, sendo justos, ficam desta forma completamente descontextualizados.

Ao agir desta forma, o PS dá-nos o modelo, quase um “*case-study*”, diria eu, de como não se deve...

Vozes da câmara: *Study.*

O Orador: *Case-study.* Obrigado pela correcção da pronúncia do meu fraco e pobre inglês. Vou pedir um subsídio ao Governo Regional.

...conceber um programa cultural.

Poderíamos também criticar o afunilamento do âmbito destes percursos às “figuras de relevo na área artística”, mas pensamos que o parecer do Núcleo Cultural da Horta foi, sobre este aspecto, sobejamente eloquente, pelo que pouparemos palavras e tempo aos Srs. Deputados.

Ao contrário, não podemos deixar passar em claro a tentativa de subversão do espírito do projecto, para o utilizar como arma na guerrilha política que se mantém entre o Governo e a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

É que o último ponto da deliberação faz, afinal, cair a máscara sobre os verdadeiros objectivos políticos desta proposta. Não se trata, afinal, de contribuir para a livre criação, fruição e animação cultural de todos os açorianos. Não! O objectivo é, no fim de contas, que o Governo continue a intervir no território e no que são as competências das autarquias locais.

O Grupo Parlamentar do PS não gosta do estado em que está o Largo da Esperança? Muito bem. Eu também não e creio que nenhum dos Srs. Deputados está contente com o estado desse lugar histórico da cidade de Ponta Delgada. E essa é, de facto, uma responsabilidade daquela autarquia. Sem dúvidas. E no espaço e lugares próprios o PCP tem criticado e continuará a criticar.

O que não posso fazer é permitir que se utilize a competência desta Assembleia para tentar usurpar uma competência que é uma competência autárquica. A separação destes níveis de poder e a sua interdependência são uma parte fundamental da arquitectura democrática do sistema autonómico. Isto sim, defenderemos. Esse vai ser o nosso sentido de voto! A Representação Parlamentar do PCP vai abster-se relativamente a este Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo rapidamente um enquadramento genérico desta iniciativa, que visa sistematizar a informação de índole cultural, é uma iniciativa bem intencionada e, se for bem operacionalizada pelo Governo Regional, constituirá seguramente uma mais valia para a região na promoção cultural, tanto para consumo interno, como para consumo externo.

Confesso que, um bocadinho em contra-ciclo com as palavras optimistas e construtivas que têm sido ditas aqui hoje, causa-me alguma estranheza, pelo facto de haver uma Direcção Regional da Cultura e, havendo assessoria cultural, ou seja,

recursos humanos que trabalham todos os dias na área da cultura, esta iniciativa ter partido do Grupo Parlamentar do PS. Partiu bem, mas prova que o Governo Regional anda a dormir em matéria de cultura.

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Srs. Deputados, que eu saiba, ainda tenho o direito a emitir opinião nesta casa, tão legitimamente como qualquer um dos senhores.

Independentemente dos meios, o que importa aqui concretizar...

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Sr. Presidente, não tenho condições para continuar.

Presidente: Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa. Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Dizia eu, Sras. e Srs. Deputados, que, independentemente dos meios, importa concretizar os fins a que esta iniciativa se propõe, clarificando algumas reservas que, obviamente não diminuindo o mérito e a intenção da iniciativa, não reflectem, de forma alguma, a nossa forma de abordar esta questão, que poderia ter um âmbito mais lato. Deixando de lado os considerandos que são as motivações e as justificações do proponente para apresentar a iniciativa e que não são, obviamente, objecto de votação, iria clarificar a nossa posição relativamente à parte resolutiva da iniciativa propriamente dita.

O ponto 3 da mesma é obviamente, como já foi aqui dito, redutor, porque restringe o âmbito dos roteiros a criar a figuras de relevo na área artística. Também manifestámos esta posição em sede de comissão. Restringindo a abrangência – o que o proponente, aliás, diz preconizar, o proponente preconiza uma abrangência maior do que aquela que plasma na iniciativa –, exclui outras áreas de interesse cultural que deviam, no nosso entender, ser objecto de elaboração de roteiro. Por exemplo, a baleação, a paisagem da vinha do Pico, a paisagem do chá, etc., tudo o que pudesse revestir um interesse verdadeiramente cultural, além das

personalidades ligadas ao mundo artístico, seria obviamente bem vindo no seio desta iniciativa. Ora bem, o Governo Regional, a partir desta iniciativa, poderá aplicá-la com maior abrangência e é nesse pressuposto que nós também estamos em crer que será, de facto, isso que irá acontecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que estamos a aprovar.

O Orador: Não é isso que estamos a aprovar, é um facto.

Quanto ao ponto 8, é aquele que nos merece mais reservas e já o referimos em termos de comissão, inclusive com uma sugestão que fizemos ao proponente. O ponto 8, segundo o proponente, pretende ser meramente indicativo mas, pretendendo ser meramente indicativo, é largamente exaustivo. Ou seja, levanta uma série de nomes, indica uma série de nomes, avança com uma série de nomes que, no entender desta casa, mediante a aprovação da iniciativa, devem ser objecto de elaboração de roteiro.

Ora bem, nós entendemos, e já o manifestámos em sede de comissão, que para esta iniciativa ser verdadeiramente abrangente e ter uma dimensão verdadeiramente regional teria sido útil, já que este ponto é mais exaustivo do que propriamente indicativo, indicar uma figura, um vulto, ligado intrinsecamente à cultura de cada uma das nove parcelas territoriais que compõem esta região e dessa forma dar, digamos, um pontapé de saída, uma indicação mais concreta ao Governo Regional sobre por onde começar.

Ainda relativamente a este ponto, o critério e o simbolismo de se indicar o Roteiro Anteriano como ponto de partida não é claro. Nós não diminuámos, de forma alguma, o mérito de Antero de Quental, mas não há nada que prove que tenha de começar, necessariamente, por aqui. Qualquer outro dos vultos invocados no corpo da iniciativa e outros, em relação aos quais ela é omissa, seria um ponto de partida também perfeitamente aceitável.

Quanto ao ponto 9, não desmerecendo a grande figura que é, pela imortalidade da sua obra, Antero, parece-nos abusiva a redacção que o define como *o* maior símbolo – *o*, que no meu tempo se chamava artigo definido masculino singular, não sei como se chama hoje em dia –, *o símbolo máximo da Geração de 70*, que é uma afirmação intrinsecamente subjectiva. É uma geração onde pontificam outros

grandes vultos, como Eça, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro, portanto parecer-me-ia mais correcto dizer *um dos maiores vultos*.

De qualquer forma, feitas estas ressalvas, que não poderia deixar de fazer, porque este é o fórum próprio para isso, o âmbito algo redutor desta iniciativa não vai prejudicar, do nosso ponto de vista, a sua aprovação, porque nós consideramos que os seus objectivos são nobres, são úteis e, se forem bem operacionalizados pelo Governo Regional, conseguir-se-á uma melhor abrangência, uma maior abrangência, do que o que é, de facto, preconizado no corpo da iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de, na sua formulação, padecer de algumas incorrecções quanto à sua abrangência, aliás já aqui referidas, e ser restritiva quanto à sua aplicação, o Bloco de Esquerda dará o seu apoio a esta iniciativa. Não podemos, no entanto, deixar de formular algumas críticas – críticas construtivas, entenda-se.

As potencialidades emergentes desta proposta não só poderão como deverão contribuir para a elevação cultural dos açorianos e, também, ter um retorno económico por via da sua promoção junto de quem nos visita ou de quem, por este motivo, nos possa vir a visitar. Não vamos repetir mas antes subscrever os pareceres anexos ao relatório. Encontram-se lá indicações base para uma boa execução deste projecto.

Queremos ainda alertar para o cuidado a ter, e neste caso não foi tido, quando se dão exemplos. Esperamos e, muito sinceramente, acreditamos que o Governo Regional terá o maior cuidado e a necessária abertura para, em conjunto com as autarquias e instituições culturais de cada ilha, executar este projecto de Resolução que vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para associar o Governo a este debate, começando por dizer, e para usar a apreciação feita pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, que o Governo não precisa que o acordem em termos de acção cultural, porque não está a dormir...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está em coma.

O Orador: ...mas gosta sempre de ser estimulado para fazer melhor, para fazer diferente e para ser mais conseqüente na sua acção. Portanto, acolhe de bom grado os bons contributos e as boas ideias. Esta é uma boa ideia e, como tal, é acolhida pelo Governo neste sentido.

É um projecto que tem um mérito claro, que é não ter uma visão hermética, distanciada da cultura e procura pôr a cultura ao serviço das populações e do desenvolvimento das nossas ilhas. Isso é um mérito que não se pode, de maneira nenhuma, julgo eu, negar. Estes roteiros culturais que agora são propostos são uma forma conseqüente, por um lado, de promover e divulgar as nossas riquezas, as nossas tradições, a nossa história, a cultura, o património e, por outro lado, reforçar e ampliar a nossa oferta turística e a promoção da nossa cultura junto da população açoriana, fazendo-o de uma forma conseqüente, pragmática e útil. É por isso que o Governo se associa, é por isso que o Governo reconhece a utilidade e é por isso que a executará, através das duas dimensões que eu julgo que o projecto tem e que resultam mais ou menos claras, embora alguns tenham manifestado dúvidas.

É que estes roteiros parece-me que são, por um lado, em alguns casos, multidisciplinares e portanto, sendo multidisciplinares, serão roteiros que abrangem diversas áreas da performance cultural; mas, por outro lado, são também abrangentes do ponto de vista geográfico. Eu não encontro nada no projecto, no diploma em apreço, que me faça crer que a intenção original era cingir este tipo de roteiro a uma determinada ilha, a uma determinada personalidade, a uma determinada área cultural. Portanto, julgo que estamos todos, em relação a esta matéria, descansados, e o Governo pode reassegurar que é assim que interpreta o diploma e é assim que o executará.

Estranho muito que o Sr. Deputado Aníbal Pires tenha demonstrado um zelo protector da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Do poder autárquico!

O Orador: ...nem o PSD, sempre tão cioso da sua dama, foi capaz de sentir necessidade de utilizar neste debate. O Sr. Deputado Aníbal Pires precisava, é legítimo, de um motivo para se abster. Já ontem arranjou, em circunstâncias semelhantes, um argumento bastante rebuscado, mas o de hoje bate aos pontos qualquer tentativa que pudesse fazer de justificar o seu sentido de voto. Não percebo estes pruridos e é óbvio, é claro, que a implementação que o Governo fará desta medida será na linha de cooperação com todas as entidades que forem úteis à sua execução e que tiverem, de alguma maneira, um âmbito de actuação que se cruze com o do Governo nesta matéria.

Portanto, não percebo, continuo a achar que foi um bocadinho precipitado. Ainda está a tempo de dizer que afinal não se abstém mas vai aprovar, se quiser, se for esse o seu entendimento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado pela oportunidade.

O Orador: Julgo que ficaria muito melhor ao Sr. Deputado fazê-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão, só para ficar de consciência tranquila em relação a acautelar mais este aspecto.

Eu coloquei, em sede de comissão, esta questão: “A propósito, questionou o Director Regional sobre a possibilidade de os roteiros culturais incluírem figuras que, apesar de não serem nascidas na região, tenham contribuído de forma relevante para o património cultural das nossas ilhas”. Agora vejo que o que está aqui no relatório da comissão é o seguinte: “Em resposta às questões colocadas, o Director Regional afirmou que está salvaguardada a inclusão de todas as ilhas nos roteiros culturais, que são açorianos”.

Eu gostava de ter, da parte do Sr. Secretário da Presidência, uma vez que fiquei com algumas dúvidas tendo em conta a redacção que aqui está, mas não fiquei com

dúvida nenhuma em relação ao que o Sr. Director Regional da Cultura disse em sede de comissão, em que também...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que tenho eu a ver com isso?

O Orador: Não está aqui escrito e queria que ficasse registado no Diário! O Sr. Secretário responderá se quiser. Eu vou colocar-lhe uma questão, responderá se quiser. A questão é a seguinte:

No âmbito da leitura que o Governo faz deste Projecto de Resolução, inclui também figuras que, não sendo açorianas, tiveram um impacto artístico e cultural nas ilhas dos Açores ao longo de todo o seu percurso, ou ao longo de uma parte do seu percurso, também incluindo o arquipélago dos Açores? A questão é esta: mesmo os não naturais, como por exemplo e dou-lhe dois casos concretos, Raul Brandão e o Príncipe Alberto do Mónaco, estão, de acordo com a interpretação que o Governo Regional faz, incluídos nos roteiros culturais. Estou certo, ou estou errado? Diga-me.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal, para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria aqui reforçar o ponto 1 deste Projecto de Resolução, ou citar o ponto 1 deste Projecto de Resolução: “Criar roteiros de cariz cultural nos Açores”.

Compreendo as preocupações do Deputado Costa Pereira, mas julgo que as respostas dadas em comissão pelo Director Regional da Cultura, já aqui elencadas e acabadas de citar pelo Deputado Paulo Estêvão, são suficientemente esclarecedoras para retirar qualquer tipo de dúvida que possa subsistir, na medida em que diz e passo a citar: “Os roteiros culturais abrangerão todas as áreas do património artístico e cultural dos Açores, incluindo personalidades açorianas ou não”. Parece-me que esta síntese é suficientemente esclarecedora para responder à sua dúvida.

Há aqui outra questão. Neste momento, apraz-me dizer o seguinte: mais do que incluir, apetece-me retirar os exemplos que estão contidos no Projecto de Resolução.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É outra possibilidade, esse ponto não faz falta nenhuma.

O Orador: Talvez para uma maior compreensão, são meramente indicativos e a título de exemplo. São figuras, digamos, conhecidas de todos.

Podíamos ter, de facto, exemplos de todas as ilhas, mas depois podíamos entrar aqui numa outra questão, podíamos entrar aqui numa questão de proporcionalidade por ilha, ou de figura política. Não vamos entrar por aí, penso que é extemporâneo entrarmos por aí. Os exemplos são meramente indicativos, mais nada, e não se cingem ao campo artístico, na medida em que, por exemplo, Correia Rebelo é um arquitecto. Muitos outros exemplos haverão e muitas outras áreas, com certeza, haverá por abordar.

Esta recomendação cumpre ao Governo cumpri-la, ao pô-la em marcha. Estamos convictos de que assim será e a audição do Director Regional da Cultura, em comissão, foi suficientemente esclarecedora, nesse sentido, para as dúvidas que surgiram. Daí a minha concordância, mas penso que a postura do Director Regional da Cultura foi sucinta e bastante clara nesta matéria.

Esta é uma questão que me parece ser consensual e gostaria, neste sentido, de citar uma guia turística que foi citada por um órgão de comunicação social em Ponta Delgada, relativamente a esta proposta: ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É credenciada, essa guia turística?

O Orador: ...“Faz todo o sentido desenvolvermos este tipo de roteiro. Os roteiros que fazemos diariamente são roteiros que já se fazem há mais de um século. Por essa razão, é necessário começar a inovar, não só para a afirmação que se quer para os Açores em termos turísticos, mas também a procura que existe actualmente. Acreditamos que haverá turistas que venham de propósito só para fazer este tipo de roteiros. O turista que visita os Açores é um turista com algum nível cultural e social e vem, não só à procura da nossa natureza, mas também à procura da nossa

história”. Penso que esta citação é suficientemente esclarecedora para enquadrar ainda melhor esta proposta.

Quanto ao Deputado Aníbal Pires, penso que se há aqui uma visão redutora, é a sua, Sr. Deputado.

Com licença.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão de a minha visão ser ou não redutora, é claro que a única coisa que posso aconselhar ao Deputado Alexandre Pascoal é rever o seu conceito sobre cultura e sobre a fruição da cultura. Depois, compare e veja se, de facto, a minha visão é ou não mais abrangente que a sua. Mas sobre isso não me interessa propriamente discutir aqui.

Há, no entanto, uma outra questão que tem de ficar aqui completamente clara. O Sr. Secretário Regional da Presidência ou ouviu mal ou, então, não sei muito bem o que se passou, porque os argumentos que eu aduzi para chegar à posição que anunciei – e, eventualmente, até poderia ir contra, mas ficarei pela abstenção – vão muito para além da questão do relacionamento e da garantia da independência do poder autárquico!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que não, nem todos!

O Orador: Então, eu aconselho o Sr. Secretário Regional da Presidência a fazer a leitura integral, que com certeza ficará disponível, isto para não estarmos aqui a perder mais tempo para eu fazer a leitura novamente, para o Sr. Secretário poder compreender. Portanto, os argumentos vão muito para lá dessa questão!

Depois, há uma outra coisa, também para fique claro, Sr. Secretário Regional da Presidência: a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada tem, aqui, pelo menos dezoito deputados que podem fazer a defesa cega e acrítica da gestão autárquica da cidade e do concelho de Ponta Delgada.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: O PCP e eu, por mim, relativamente à gestão que está a ser feita do concelho e da cidade de Ponta Delgada, só posso ter muitas dúvidas e tenho tecido muitas críticas, porque acho que aquilo que está a acontecer em termos autárquicos na cidade de Ponta Delgada é... Até tenho aqui alguma dificuldade em arranjar um adjectivo que caiba, digamos, no contexto desta câmara e desta discussão.

No entanto, para que fique claro, Sr. Secretário Regional da Presidência, a minha preocupação tem a ver com a independência do poder autárquico e a interferência que o Governo Regional faz nas autarquias, independentemente de serem as Velas de São Jorge ou a cidade de Ponta Delgada. Agora, Sr. Secretário Regional da Presidência, não venha confundir, porque a argumentação é apenas esta. Não há aqui defesa nenhuma, porque aquelas senhoras e aqueles senhores farão, certamente, a defesa da sua dama.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos aqui a discutir e a aprovar é um Projecto de Resolução, cujo texto temos na nossa posse. Não estamos aqui a aprovar as declarações do Director Regional na comissão, nem estamos a aprovar as profissões de fé que o Governo faz sobre isto. O que nós estamos aqui a aprovar é este documento concreto que aqui está.

E este documento concreto que aqui está diz, no seu ponto n.º 1: “Criar roteiros culturais na região”; e, no n.º 3, diz que “A criação desses roteiros pressupõe que os mesmos sejam criados em torno de figuras de relevo na área artística”. Ora, claramente, é posta aqui uma orientação específica numa determinada direcção e do que nós discordamos é disso, porque o resultado prático vai ser que muitas ilhas não têm figuras de relevo na área artística e ficarão, pela aplicação pura e simples deste Projecto de Resolução, fora dos roteiros...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está enganado!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Dê um exemplo!

O Orador: ... por mais que os senhores digam o contrário e por mais que os senhores digam que não vai ser assim.

Se é tudo assim tão simples, se é tudo assim tão consensual, se é tudo como o Governo Regional diz que vai ser, que é para abranger tudo e todas as ilhas, então respondam-me: o que custa os senhores apresentarem uma pequena alteração ao n.º 3, de maneira a ir ao encontro daquilo que o Governo diz que vai fazer? O que é que custa, qual é o problema? É a isso que os senhores não querem responder, ou não sabem responder. É esta a nossa grande dúvida, é esta a nossa discordância em relação a isto.

Se estamos todos de acordo que, somando aquilo que os senhores põem no texto com aquilo que o Director Regional e o Governo eventualmente dizem sobre esta matéria, temos a solução que contenta toda a gente, então o que custa pôr no documento a ser aprovado nesta casa essa solução? Só os senhores a podem pôr, nós não podemos fazer proposta de alteração. Portanto, os senhores não fazem porque não querem! É apenas isto, porque não custa nada, se estamos todos de acordo. E devido à vossa posição fechada, lamento, mas, com muita pena nossa, o Grupo Parlamentar do PSD não pode aprovar esta proposta.

Diz o Sr. Secretário Regional que o Governo precisa de ser estimulado, gosta de ser estimulado e até que o Governo já disse, há coisa de um mês, que estava já a preparar roteiros. Inclusivamente, o Sr. Presidente do Governo já disse que estava a preparar um roteiro dedicado a Antero de Quental, que é um dos exemplos que aqui está. A diferença, Srs. Deputados, entre esta bancada e a vossa...

Deputado Francisco César (PS): Há muitas.

O Orador: ...é que, quando nós propomos alguma iniciativa ou alguma resolução e o Governo, entretanto, diz que vai fazer, os senhores chumbam, porque dizem que não faz sentido recomendarmos ao Governo uma coisa que o Governo já disse que ia fazer. Agora, os senhores recomendam o que o Governo diz que vai fazer e até, se os senhores a alterassem, nós estávamos dispostos a votar a favor.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão simples: eu esperava, na intervenção do Sr. Secretário, que referisse ou que respondesse...

Não sei se o Sr. Secretário está a ouvir.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não, não está a ouvir!

O Orador: Eu posso aguardar um bocadinho.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Ele não é o proponente!

O Orador: Mas eu preciso da resposta do Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Secretário Regional, há um deputado que se está dirigindo a si.

O Orador: É simples. Eu julgo que terá sido lapso da sua parte, porque até tenho impressão que seria mais importante ter respondido à minha questão do que ter respondido a questões politiqueras colaterais a isto. Se, da parte do Sr. Deputado Alexandre Pascoal, ele até reconheceu que se calhar o melhor era não ter dado exemplos, porque eu fiz uma crítica e disse e repisei que era uma crítica construtiva, quis saber do Governo Regional – e vou repetir o último parágrafo, Sr. Secretário – se terá o cuidado e a necessária abertura para, em conjunto com as autarquias e instituições culturais de cada ilha, executar este Projecto de Resolução.

O senhor não me respondeu e isto é extremamente importante. Se quiser responder, eu agradecia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero pedir desculpa ao Sr. Deputado Mário Moniz, por na altura em que me questionava eu estar a tratar de outro assunto e não lhe ter prestado a atenção que o senhor merecia.

Em segundo lugar, dizer-lhe que eu respondi, mas não me custa nada responder outra vez. Aliás, respondi no meio da resposta que o senhor considera politqueira, que eu terei dado ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Eu disse que não estava em causa, nem me parecia ser motivo suficiente para uma abstenção, o facto de o Governo estar a interferir na esfera de competência das câmaras municipais e disse que o Governo estava disponível para, no âmbito da aplicação e implementação desta iniciativa, articular com todas as entidades que faça sentido, tendo em atenção cada um dos roteiros a implementar. Portanto, em cada caso, das entidades que tenham a ver com a figura ou com a matéria, faz sentido que o Governo articule com essas entidades, sejam elas representativas do poder local, do movimento associativo, dos movimentos culturais, etc., etc. Foi isto que eu disse e é isto que eu reafirmo.

Obrigado.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, passou despercebido!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal, para esclarecimentos.

(*) Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta definição em torno da área de cariz artístico, na minha perspectiva, é, ela sim, redutora, porque para mim abrange múltiplas áreas e é bastante abrangente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai alterar o projecto, Sr. Deputado?

O Orador: As comunidades locais estão salvaguardadas, Sr. Deputado.

Eu gostaria de partilhar convosco uma expressão que me foi confidenciada por um importante agente turístico nos Açores: “Necessitamos de roteiros como de pão para a boca”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí estamos de acordo!

O Orador: Gostaria também de partilhar convosco, para terminar o debate, uma declaração feita por um agente cultural da cidade da Horta, na passada terça-feira, na sessão que foi aqui promovida sobre indústrias criativas e culturais: “Nesta perspectiva...”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não se esqueça de dizer que ele referiu que o projecto Portas do Mar não se enquadra na nossa região.

O Orador: "...na perspectiva de que os Açores são um todo e, nessa medida, se a vontade é muita, há mais terra e menos mar".

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, para esclarecimentos.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que se quisermos meter na arte tudo, fazemos um saco muito grande, tiramos-lhe o fundo e cabe tudo lá dentro. É evidente que os senhores estão é numa teimosia, porque não percebo qual é o problema de fazerem uma proposta de alteração.

Já agora, dou-lhe uma ajuda concreta: em vez de ter "figuras de relevo na área artística", ponha "figuras de relevo da história dos Açores", ou "figuras que desempenharam papel de relevo na história e na cultura dos Açores", algo deste estilo e que, portanto, deixa de afunilar o objecto. A verdade é esta: se o senhor quiser fazer um roteiro da família Dabney aqui no Faial, o que tem isso a ver com arte, com a dimensão artística?

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: O senhor disse que os Dabney são literatos? A importância dos Dabney é por causa da literatura? Pelo amor de Deus, não estava à espera de ouvir essa!

Sr. Deputado, é muito simples: os senhores não querem alterar, ponto final. Estão no seu direito. Agora, não venham dizer que aquilo que estamos a aprovar é uma coisa, quando ela é verdadeiramente outra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exactamente!

O Orador: Aquilo que estamos a aprovar não é a declaração de intenção do Sr. Director Regional, aquilo que estamos a aprovar é este documento. Os senhores não o querem alterar, estão no seu direito e nós estamos no nosso direito de não

aceitarmos e lamentarmos que os senhores não tenham dado um passo, numa coisa tão simples, em que era tão fácil conseguir o acordo de toda a gente. Nem sequer nisso são capazes de dar esse passo!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação da Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar agora para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 12/2010 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para que sejam instalados radares meteorológicos capazes de assegurar a cobertura integral da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rosa para apresentar o diploma.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto dos radares meteorológicos tem sido amplamente debatido na praça pública e a iniciativa do CDS/PP hoje presente em Plenário tem a sua génese, digamos, com a tragédia que se abateu sobre a Madeira e que motivou, obviamente, uma reflexão da nossa parte.

Nós entendemos que é dever e responsabilidade desta casa avaliar os meios de que a região dispõe para obstar a que uma eventualidade de cariz idêntico possa ter consequências tão catastróficas na nossa região. Temos também o dever de pugnar pelo bem comum e, como tal, isso inclui necessariamente a segurança das populações que habitam nestas ilhas. Os radares meteorológicos, não é novidade

nenhuma, têm inequívocas vantagens e constituem um instrumento precioso, que não o único, na detecção atempada de fenómenos súbitos e devastadores.

Há um projecto nesse sentido, com cerca de trinta anos, um projecto do Instituto de Meteorologia que está desde essa altura na gaveta e que nunca foi operacionalizado. Ora, quem tutela o Instituto de Meteorologia é o Governo da República. O Governo da República tem, naturalmente, na nossa região, um interlocutor natural, que é o Governo Regional. Portanto, pareceu-nos e parece-nos que o mecanismo correcto a utilizar nesta casa, que é a casa onde estão os eleitos e representantes do povo açoriano, é que se recomende, através dos deputados, que o Governo Regional interceda junto do Governo da República, que diligencie junto do Governo da República, para que este projecto seja desbloqueado e que sejam implementados no terreno os radares meteorológicos que possam dar uma cobertura integral à Região Autónoma dos Açores.

Não é, manifestamente, o que acontece neste caso, porque, como todos nós sabemos, o único radar meteorológico existente no território regional, neste momento, é pertença da Força Aérea Americana. Instalado na Serra de Santa Bárbara, tem uma limitação de abrangência que se prende com o Grupo Central e parte da Ilha de São Miguel e não responde, de maneira nenhuma, a uma cobertura integral da região, o que, obviamente, não é suficiente para que se dote a região dos meios necessários à segurança.

Obviamente que os radares meteorológicos não impedem as catástrofes de acontecerem, mas, e como têm a capacidade de fornecer dados que indiciem uma previsão de fenómenos súbitos e devastadores, nomeadamente ligados com pluviosidade intensa, podem permitir accionar a protecção civil, no sentido de que esta tenha uma acção atempada junto das populações, permitindo evacuar zonas de potencial incidência desse tipo de fenómeno e, assim, reduzir em muito a dimensão devastadora desse tipo de ocorrências meteorológicas.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Para já, tenho inscrito o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo considera importante a ideia de manter o nível de segurança nos Açores sempre em patamares elevados e, por isso, tem apostado fortemente na primeira linha da protecção civil, que são os nossos bombeiros, as corporações de bombeiros, quer em termos de infra-estruturas, quer em termos de equipamentos, quer em termos de formação. Os bons resultados desse investimento estão à vista, com respostas atempadas e eficazes perante muitos cenários que impendem sobre a região e que têm levado a essa actuação rápida e, também, eficaz.

Sem prejuízo de que a segurança é sempre um bem inacabado, e sem prejuízo também deste tema dos radares meteorológicos ser mais um dispositivo que pode concorrer para melhorar essa segurança, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que o Instituto de Meteorologia, como sabem, é um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, que tem autonomia administrativa e financeira e tem também um património próprio, independentemente de prosseguir as orientações da sua tutela, que como sabem é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Mas o Governo Regional tem feito, ao longo dos tempos, várias insistências, nesta como noutras matérias, para que o Instituto de Meteorologia tenha as melhores condições, não só em termos de equipamento, mas sobretudo em termos de recursos humanos.

Posso aqui anunciar com satisfação que, no ano passado, por diligências nossas, conseguimos que o Ministério integrasse nos quadros definitivos da delegação regional do Instituto um conjunto de trabalhadores que lá estava numa situação precária e eventual e que agora, felizmente, faz parte dos quadros do Instituto de Meteorologia dos Açores e também garante, por essa via, um trabalho mais aturado, mais eficaz e que é fundamental em termos de previsão. Por outro lado, este próprio instituto fornece, vinte e quatro horas por dia e todos os dias do ano, informações à protecção civil, para que ela integre as suas tomadas de decisão.

Por isso, eu gostaria de dizer que o Governo Regional tem tido a preocupação de insistir junto do Ministério da Ciência e Tecnologia e do próprio Instituto na

melhoria dos equipamentos e também dos radares. E mais, como eu disse na comissão, nós estamos num processo em que temos já uma comissão criada nos Açores e outra que está a ser criada no Instituto de Meteorologia em termos nacionais e no Ministério da Ciência, para a regionalização da delegação do Instituto de Meteorologia dos Açores. Como, aliás, já conseguimos com sucesso com a delegação do Instituto Geográfico Português, que agora está regionalizada.

Portanto, nós achamos que esta ideia é boa, sob o ponto de vista global, mas ela já está a ser prosseguida. Já está em curso tudo aquilo que são as preocupações desta resolução, que acaba por repetir aquilo que o Governo já fez no passado e que tem em curso um processo mais aprofundado de regionalização. Por isso, não traz nenhuma novidade a Resolução, dizendo para o Governo fazer junto do Governo da República aquilo que o Governo já fez e que está fazendo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso deve estar no segredo dos deuses!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos, para uma primeira intervenção.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Corria o ano de 1996 quando, a 14 de Dezembro, caiu sobre a Vila da Povoação uma enorme tromba de água, tão repentina quanto devastadora. Uma chuva forte e anormal surpreendeu tudo e todos, alagando por completo a vila, destruindo e levando tudo o que encontrava à sua frente. Fruto também da incúria de alguns e da falta de limpeza das muitas ribeiras que confluem na Vila da Povoação, o dia 14 foi particularmente difícil e penoso para muitos açorianos que perderam os seus haveres, vendo assim o trabalho de uma vida desaparecer em escassos quinze minutos.

Quase por milagre, dessa vez não houve perda de vidas humanas. Os prejuízos foram apenas materiais, muito embora tenham lançado muitas famílias no desespero evidente de quem clama por auxílio e por uma réstia de esperança. Nos momentos imediatos à cheia, muitos perguntavam por que razão ninguém os tinha alertado, no sentido de se acautelarem perante a eventualidade de uma situação de extrema violência e potencial destrutivo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A resposta, Sras. e Srs. Deputados, estava obviamente relacionada com o facto de não se ter capacidade técnica para prever e acautelar as populações...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ...para tão violenta situação meteorológica, que se desenvolveu repentinamente.

Consciente das alterações climáticas actualmente em curso, consciente ainda de que daí decorrem com maior frequência situações meteorológicas repentinas e caracterizadas...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu peço um bocadinho de respeito pelas vítimas dessa situação. Portanto gostaria, Sr. Presidente, que me deixassem acabar a minha exposição.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Consciente das alterações climáticas actualmente em curso, consciente ainda de que daí decorrem com maior frequência situações meteorológicas repentinas e caracterizadas pela extrema violência com que ocorrem, o Grupo Parlamentar do PSD vê assim com bons olhos a iniciativa posta agora a debate nesta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução aqui trazido pelo CDS/PP tem um objectivo central: dotar a Região Autónoma dos Açores de novos meios capazes de garantir uma informação actualizada e fidedigna no acompanhamento e estudo das tempestades mais severas, dotando a região de mais um instrumento capaz de garantir uma previsão *nowcasting*, que pode chegar às duas ou três horas, segundo o Sr. Representante do Instituto cá na região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Para além disso, com ou sem regionalização, Sr. Secretário, importa também sensibilizar o vosso Governo da vantagem de dotar a rede meteorológica de superfície de novas estações automáticas colocadas em zonas de risco, que

permitam medir a quantidade de água, possibilitando assim com maior objectividade calcular os riscos de deslizamento.

Sras. e Srs. Deputados, em 1997 faleceram na Ribeira Quente vinte e nove açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste sentido e independentemente das posições já aqui assumidas pelo Governo, a instalação de radares meteorológicos, em articulação com a rede de estações automáticas, será claramente um avanço que permitirá mais e melhores garantias de segurança, a bem dos Açores e dos açorianos em geral.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta recomendação do CDS/PP. Julgamos que é importante esta recomendação ao Governo e é apenas uma recomendação ao Governo.

De qualquer forma, eu queria aproveitar a oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia quais são as vantagens relativamente à regionalização do serviço de meteorologia. Sinceramente, gostaria de perceber, até porque não tive oportunidade de estar na comissão, quais são as vantagens duma eventual regionalização do serviço de meteorologia.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pesem embora as justificações apresentadas pelo Governo e também pelo Grupo Parlamentar do PS e as intenções expressas de regionalização e melhoramento eficaz, todos sabemos que estas alterações de competências são demoradas. Basta ver a transferência dos trabalhadores do IFAP para os quadros da administração pública regional.

Mas as calamidades não seguem o mesmo percurso temporal e todo o cuidado é pouco quando se trata de vidas humanas. É esta segurança que mais nos preocupa, as vidas humanas, pelo que daremos o nosso apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – e que ora se encontra em debate – tem por objectivo recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência, designadamente junto do Governo da República e do Instituto de Meteorologia, para que sejam instalados radares meteorológicos capazes de assegurar a cobertura integral da Região Autónoma dos Açores, de forma a acautelar o superior interesse da segurança das populações da nossa Região face à ocorrência de fenómenos meteorológicos de carácter súbito e potencialmente devastador.

Também recentemente deu entrada nesta Assembleia um requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, do CDS/PP sobre esta matéria. Requerimento ao qual, aliás, o Governo Regional já deu a adequada resposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância e interesse pela meteorologia são reconhecidos desde há muito, nos Açores.

A 12 de Junho de 1901, por Carta de Lei, foi instituído o Serviço Meteorológico dos Açores, independente, com sede em Ponta Delgada, com o objectivo de realizar observações regulares no Arquipélago dos Açores. O seu primeiro Director nomeado foi Francisco Afonso Chaves.

Mais recentemente, a importância da meteorologia na sociedade foi enfatizada com o aparecimento das alterações climáticas. As alterações climáticas não são, portanto, algo que irá ocorrer num futuro longínquo, mas antes um processo dinâmico que está em curso e que urge conhecer, acompanhar e compreender.

Segundo a versão de 17 de Julho de 2009 da proposta de estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas em Portugal, vários projectos de investigação

têm sido desenvolvidos, dos quais destacam-se SIAM, SIAM_II e CLIMAAT_II, no sentido de se construir o cenário climático para Portugal.

Os estudos efectuados apresentam uma análise integrada da evolução climática em Portugal Continental, Açores e Madeira durante o século XX. Os resultados que integraram a informação disponível na rede de observação nacional indicam que:

- Observações meteorológicas realizadas em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira indicam que o clima português sofreu, ao longo do século XX, uma evolução caracterizada por três períodos de mudança da temperatura média, com aquecimento no período 1910-1945, seguido de arrefecimento em 1946-1975 e por um aquecimento mais acelerado em 1976-2000;
- Outras variáveis climáticas apresentam variações importantes, como é o caso da nebulosidade, da insolação e da humidade relativa, mostrando que o processo de aquecimento global é complexo na sua interacção com o ciclo da água;
- Nas ilhas, sobretudo nos Açores, a precipitação é caracterizada por uma grande variabilidade inter-anual, com diferentes graus de expressão nas diferentes ilhas, verificando-se mais recentemente uma alteração significativa do seu padrão sazonal.

Nestes projectos, os cenários de alterações climáticas para Portugal foram analisados, usando simulações de diferentes modelos climáticos. A simulação de controlo do modelo com maior resolução espacial foi comparada com os valores observados, tendo indicado um elevado nível de aderência nas variáveis temperatura média e precipitação. Juntamente com os resultados de outros modelos analisados nos projectos referidos, sugere-se, para o período 2080-2100, o seguinte cenário climático:

- Todos os modelos, em todos os cenários, prevêem um **aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal** até ao fim do século XXI;
- **Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira os aumentos da temperatura máxima deverão ser moderados**, entre os 2°C e os 3°C na Madeira, enquanto para os Açores os aumentos estimados são entre 1 °C e 2 °C;

- **Nos Açores prevêem-se alterações do ciclo anual da precipitação sem grande impacto nos valores totais.**

Considerado o exposto, parece ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que se deve tratar esta matéria com rigor, no sentido de não se fazerem juízos exagerados recorrendo a adjectivação imprópria e sem vínculo a nenhuma fundamentação científica coerente.

No que diz respeito ao recurso de radares meteorológicos, é necessário deixar claro que a grande importância operacional dos equipamentos de radar meteorológico é, hoje em dia, consensualmente reconhecida na comunidade meteorológica internacional.

A importância da mesometeorologia e da previsão meteorológica para períodos muito curtos e do “nowcasting” tem vindo a aumentar nos últimos anos, muito por força da crescente influência dos sistemas de radar meteorológico, que têm revelado ser de grande importância operacional na detecção e acompanhamento de fenómenos meteorológicos perigosos. Contudo, importa ter sempre presente, como foi afirmado pelo Dr. Diamantino Henriques, que os radares meteorológicos têm a missão de acompanhar e estudar tempestades e não de as prever ou evitar.

Os radares meteorológicos existentes no Instituto de Meteorologia são sistemas Doppler que fornecem informação sobre o vento e sobre a reflectividade obtida a partir da amplitude do sinal recebido. Desta informação é possível obter vários produtos, pela utilização de diversos algoritmos, que se revestem de grande importância.

O Delegado do Instituto de Meteorologia, quanto aos equipamentos que existem neste Instituto, reconheceu que poderia haver mais meios, com o intuito de se proceder a uma monitorização contínua, possibilitando a emissão de avisos de mau tempo, através da instalação de estações meteorológicas automáticas. Com efeito, as estações meteorológicas automáticas de superfície permitem obter em tempo real os dados meteorológicos indispensáveis para a previsão do estado do tempo com uma cobertura espacial adequada para a vigilância meteorológica à escala sinóptica e mesosescala. Tendo a vantagem de permitir o acompanhamento e evolução da situação em zonas de instabilidade.

Afirmou também o Dr. Diamantino Henriques que, num caso extremo como o da Madeira, não há nenhum equipamento que permita acompanhar com muita antecedência a ocorrência. Todos sabemos que a tragédia da Madeira se deveu em grande escala a outros factores e não à falta de radares meteorológicos naquela Região.

Os radares meteorológicos são instrumentos complementares e aquilo que urge monitorizar são as zonas de risco de enchentes e deslizamento de terras, instalando redes meteorológicas de superfície.

Por outro lado, uma estação meteorológica custa cerca de 2 ou 3 mil euros, enquanto que apenas um radar custa mais de 2 milhões de euros, para não falar do seu elevado custo de manutenção. Comparando esta verba com o facto do orçamento anual daquele Instituto ser de 6 milhões de euros, facilmente compreendemos que o projecto da rede de radares que começou em 1986 não será brevemente concretizado, tanto mais que até ao momento só foram instalados dois radares no Continente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É de salientar que o Governo Regional tudo tem feito para manter a segurança das nossas populações e seus bens.

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores tem vindo a aperfeiçoar vários modelos de protecção e reforço de equipamentos.

Há muito tempo que existe neste domínio uma estreita coordenação entre o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e a Delegação Regional dos Açores do Instituto de Meteorologia, que, de forma operacional (24h por dia, 365 dias por ano), garantem a antecipação e o acompanhamento de situações anormais, permitindo adoptar as medidas mais adequadas para minimizar os efeitos destas catástrofes. Com vista a melhorar esta coordenação, foram ainda realizados, em 2009, dois exercícios na Região (Sine Aua Non 2009 e Açor 092) coordenados pela Protecção Civil açoriana e com a participação de várias entidades, entre as quais o Instituto de Meteorologia.

No que diz respeito à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, esta tem garantido a limpeza e manutenção das ribeiras, proibido a construção em zonas de

risco, ao abrigo do disposto nos actuais instrumentos de gestão territorial ou em medidas preventivas concretas, e tem promovido o levantamento dos perigos naturais e das vulnerabilidades associadas, tendo em vista a melhoria das políticas em matéria de ordenamento do território. Medidas estas que não foram implementadas na sequência do sucedido na Madeira, mas em resultado da preocupação contínua que o Governo Regional tem com a segurança dos Açorianos e seus bens.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Instituto de Meteorologia, I.P. é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira e património próprio, que prossegue as atribuições do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro.

O Governo Regional dos Açores tem mantido ao longo dos anos um contacto permanente com o IM, I.P., bem como com o Ministério que o tutela, sensibilizando-os para a necessidade de dotar a Delegação dos Açores de meios humanos e técnicos que permitam que esta desenvolva a sua actividade da forma mais eficiente possível.

E, segundo o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos já aqui deixou expresso, face às limitações e insuficiências do Instituto, designadamente ao nível financeiro, o Governo Regional da Região está empenhado, e já deu disso nota a quem de direito, na regionalização dos Serviços do Instituto de Meteorologia, IP, à semelhança do que foi feito em outras áreas, como no caso do Instituto Geográfico Português.

Resulta claro, face ao exposto, que esta Proposta de Resolução do CDS/PP constitui uma visão muito redutora do trabalho necessário para manter a segurança dos açorianos e seus bens, quer no que diz respeito ao trabalho já desenvolvido...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual trabalho?

A Oradora: ...quer no que diz respeito ao trabalho que se pretende desenvolver.

A solução passa, uma vez mais e para isso existe a Autonomia, em tomarmos nas nossas mãos a solução dos nossos problemas.

É por tudo isto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos *(José Contente)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que o Governo Regional acha de mau tom descrição de catástrofes de 96, porque nos Açores elas são mais antigas e, sob o ponto de vista das falhas, essas também são mais antigas. Até sob o ponto de vista das respostas elas foram, felizmente, melhores depois de 1996, porque antes houve cheias, já agora que se falou na Povoação, em 1989 e, aí sim, não se fez nada, a partir dessa data, que minimizasse fosse o que fosse essas cheias.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: O senhor fale de Agualva.

O Orador: Agora, nós queremos dar mais uma informação aqui. O Sr. Deputado falou em equipamentos que deviam ser colocados no terreno, para mais facilmente detectarem estes fenómenos...

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Foi o Dr. Diamantino Henriques, não fui eu!

O Orador: ...e fez muito bem, porque o Governo Regional tem vinte e três equipamentos, neste momento em testes, dessa natureza e, em Setembro, essa rede vai entrar em funcionamento. Por isso, quem viu longe mais uma vez teve razão antes. Os senhores é que andam sempre atrasados.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que nós, quando estamos dizendo que a segurança é fundamental neste sistema de protecção civil, estamos a fazê-lo não com base só num factor...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade.

O Orador: ...estamos a fazê-lo com base em vários factores. E, já que se falou na regionalização do Instituto de Meteorologia aqui, esse é um factor fundamental, porque é uma entidade que, nos Açores, tendo autonomia tem também, e nós sabemos isso, capacidade financeira, não só para se poder auto-sustentar, como para fazer investimentos. É, por isso, uma vantagem também a sua regionalização, para além, naturalmente, daquilo que é sempre uma vantagem, que é a proximidade da região face a serviços que são do Estado e que funcionam aqui. Portanto, o Instituto de Meteorologia e a sua delegação nos Açores geram receitas suficientes para a sua autosustentação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, se assim é.

O Orador: Não fora isso a coisa mais importante, porque nós também regionalizámos o Instituto Geográfico Português com algumas receitas, não na totalidade, e achamos que é fundamental essa regionalização porque, efectivamente, a maior proximidade com os cidadãos e as respostas mais atempadas são fundamentais. Portanto, às vezes não é só uma questão financeira. No caso da delegação do Instituto de Meteorologia, é uma entidade que, nos Açores, tem receitas suficientes para esse problema não ser considerado um obstáculo, um óbice, ou uma despesa para a região. É também mais uma vantagem. Por isso, é uma vantagem de proximidade, é uma vantagem de articulação com a protecção civil, com o sistema de vigilância integrado da Universidade dos Açores e é, também, uma integração na rede regional sísmica, meteorológica e de integração de segurança na protecção civil, com o Centro de Vulcanologia da Universidade dos Açores. Portanto, tudo isto fará sentido como um sistema integrado.

Segunda questão: o Governo, desde a primeira hora – e, portanto, isso não é novidade na Resolução –, tem feito diligências junto do Ministério para o melhor equipamento do Instituto e, nomeadamente, para que o Instituto seja dotado de recursos humanos. Já há pouco lhes disse que o Instituto, com os radares todos deste mundo, não funcionava com a precariedade laboral que havia no ano

passado, porque as pessoas eram sistematicamente postas na rua e entravam outras, sem nenhuma estabilidade de emprego.

Não somos nós que estamos a pagar, foi o Governo da República, por insistência e diligência do Governo Regional, que incluiu nos quadros do Instituto essa questão e resolveu muito bem essa situação. Portanto, isto é também um sinal de que o Governo está atento, se o Governo interveio junto do Governo da República, não só em questão de equipamento, mas também em questão de recursos humanos.

Nós não dizemos que não é importante, efectivamente, o Governo Regional continuar a fazer diligências junto do Governo da República, até que se consigam todas as situações óptimas para os Açores. Agora, o que nós dizemos é que esta Resolução vem só recomendar uma coisa que o Governo Regional já fez e está fazendo. Por isso, ela é extemporânea no quadro de uma recomendação, de uma atitude que o Governo Regional deveria ter a partir de agora e que, ao fim e ao cabo, já teve no passado, tem-na no presente e tê-la-á no futuro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Nós estamos completamente cientes de que esta questão dos radares, como de outro equipamento, está sendo acompanhada desde a primeira hora pelo Governo Regional. Nós não descobrimos os radares pelo facto de a Região Autónoma da Madeira ter esse problema, nós já tínhamos esta questão falada. Nós já tínhamos, até, uma ligação aos Estados Unidos da América para a utilização do radar meteorológico, como foi a sua utilização em várias situações já aqui nos Açores, em momentos críticos, em que foi importante aceder à informação do radar que existe na Base das Lajes.

Por isso, esta Resolução traz uma bondade, a bondade da segurança, mas não traz nenhuma novidade, recomendando ao Governo aquilo que o Governo já está a fazer.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra para uma segunda intervenção.

(* Deputado Rui Ramos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei a quem vou fazer a pergunta, se à Sra. Deputada Vera Bettencourt, que ouvi atentamente, se ao Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia.

A Sra. Deputada, num estudo de que muito bem falou e nos informou nesta casa, disse que houve um ciclo de 75 até 2000 em que a temperatura subiu nos Açores. Disse ainda que é de prever um aumento da temperatura para o século XXI. A minha pergunta é esta: sabe qual é o efeito do aumento da temperatura no clima?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):
Sabe, ela é de Físico-Química.

O Orador: Primeira questão.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, não são as queimaduras.

Segunda questão...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ramos está no uso da palavra, faça o favor de continuar.

O Orador: Posso?

Segundo o Dr. Diamantino Henriques, ligado ao Instituto de Meteorologia na região, o Instituto de Meteorologia tem um orçamento de seis milhões, sendo que cada radar custa à volta de dois milhões de euros. A minha pergunta, que fica daí mais ou menos clara – pelo menos é isso que eu entendo, a não ser que os senhores tenham outra explicação a dar –, é: em que é que a regionalização pode melhorar esse sistema, que permite precisamente um acompanhamento e um avanço de duas a três horas em situações atmosféricas mais complicadas e que podem levar a que tenhamos presentes situações muito complicadas?

É evidente que um radar, por si só, não poderia evitar, como é óbvio e como foi dito, os problemas da Madeira, mas também é evidente, Sr. Secretário Regional – e digo-lhe isto com toda a clareza e com todo o respeito que tenho pela sua pessoa –

que, com o que se está a passar neste momento nas SCUTS, em que se aterram ribeiras, em que se aterram veios de água, estamos a criar uma situação potencialmente perigosa. Mas disso, Sr. Secretário, nós falaremos noutra altura.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não é verdade!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Isso é demagogia! Quem não conhece o estudo de impacto ambiental é que fala assim.

O Orador: Não é demagogia, Sr. Secretário! Eu gostaria que mostrasse esse estudo. Mas não era só o estudo de impacto ambiental, era o estudo de impacto ambiental da deposição de inertes nas ribeiras...

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É público! É uma tristeza!

O Orador: É público, é! Nós vamos lá, mas noutra altura.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É um documento público!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor, no dia 12, disse que não cabia ao Governo fiscalizar o cumprimento do contrato da SCUT e, no dia 14, já disse que fiscalizava todas as obras. Portanto, se há aqui alguma nuance, se há aqui algum paradoxo, Sr. Secretário, não é meu, é seu! É um silogismo. Eu vou ler-lhe, mais à frente, rigorosamente as palavras que saíram do gabinete...

Presidente: Sr. Deputado, não estamos a falar de SCUT.

O Orador: Primeira pergunta, a temperatura; segunda pergunta, a regionalização: vamos ou não, no futuro, com a regionalização do serviço, ter radares? A resposta é simples: sim, ou não?

Obrigado!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É sim, claro que é sim!

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria exactamente pelo Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos que, na sua primeira intervenção – que quanto a nós foi melhor conseguida do que a segunda –, fez algumas afirmações que nos parecem relevantes para este debate.

Uma delas é que o Governo tem feito insistência nesta matéria e também nos radares. Incluiu os radares nessa insistência, quer dizer, então, que os considera de facto importantes.

Disse também que este objectivo já está a ser prosseguido e que já está em curso. Ora, então é tal e qual como o Roteiro Anteriano, o que muda é o cabeçalho e o proponente.

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando o Grupo Parlamentar do PS recomenda que o Governo faça uma coisa que o Governo está a fazer, então “vem de acordo com o nosso programa, é exactamente isto que nós queremos fazer, é exactamente isto que nós já estamos a fazer”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quando essa recomendação vem de um partido da oposição, os senhores dizem que é extemporânea, que não faz sentido ou que vem antes de tempo. Sejam, no mínimo, coerentes; sejam, no mínimo, sérios perante os açorianos e as açorianas.

Essa postura do Sr. Secretário é recorrente em vários diplomas, e o argumento é sempre rigorosamente o mesmo. Se o Governo está realmente interessado em que esta região seja dotada de mais e melhores equipamentos, de mais e melhores meios humanos, recursos humanos, e tem feito insistência junto do Governo da República nessa matéria, essa insistência só sairia reforçada, só sairia credibilizada com uma Resolução aprovada por esta casa, com os legítimos representantes do povo açoriano a recomendar que o Governo agisse nesse sentido. O Governo, pelos vistos, quer de facto agir nesse sentido, mas quer agir sozinho, quer marchar sozinho e quer ignorar esta que é a casa da autonomia.

Digo-lhe mais, Sr. Secretário: é uma pena que só se tenha lembrado de que quer regionalizar o Instituto de Meteorologia, os serviços aqui na região, catorze anos

depois e na sequência desta iniciativa. É lamentável aparecer agora com este argumento!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Sr. Secretário, podia regionalizar e ter os radares à mesma.

Agora, Sra. Deputada Vera Bettencourt, eu, por alguns momentos, pensei que nem lhe iria responder, tal foi, digamos, o histórico que nos elencou aqui. Acho que adormeceu meia casa, mas acabou por se revelar útil, o histórico. Desde 1901, desde Afonso Chaves, com a belíssima afirmação de que “as alterações climáticas são fenómenos que hoje urge conhecer, acompanhar e compreender”, vem exactamente de acordo com a nossa iniciativa e não podemos concordar mais.

Penso que, pelo que expôs aqui, tem matéria suficiente para elaborar um manual de história da meteorologia nos Açores e, afinal, assim já teremos algum acervo para enriquecer o currículo regional. Ou, então, tem matéria para um doutoramento. Faça-o, porque obviamente o que estamos aqui a discutir é outra coisa.

Tocou, no entanto, bem mais à frente, num ponto que nós consideramos ser fulcral e fundamental nesta questão, que são exactamente as declarações do Dr. Diamantino Henriques em sede de comissão. Quero dizer-lhe basicamente que o que o radar faz não é prever, é detectar, Sra. Deputada. É uma questão de semântica, que eu vou obviamente desconstruir, com dados...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado inscreva-se.

Detecção é, obviamente, diferente de previsão.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então não é semântica!

O Orador: É semântica, porque sem detecção e sem monitorização não se podem fazer previsões. Isto é literal e é assim. Eu tive o cuidado, como os senhores terão tido também, de fazer alguma pesquisa sobre radares meteorológicos, sobre esta questão da detecção e da previsão e cheguei a algumas conclusões interessantes.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai apresentar-nos uma tese, também?

O Orador: Algumas das afirmações que respiguei são, exactamente, afirmações do Sr. Delegado do Instituto de Meteorologia dos Açores, que passo a citar, feitas à Antena 1 Açores no início do mês de Março: “Sem radares, a previsão meteorológica em algumas ilhas não possui a capacidade de fazer um alerta com a necessária antecedência...”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouça, Sr. Secretário, ouça! Assuma as responsabilidades.

O Orador: “...em situações climatéricas adversas, nomeadamente em situações de precipitação extrema, como a que ocorreu na Madeira”.

Na própria reunião da Comissão de Política Geral, a que a Sra. Deputada Vera Bettencourt aludiu no relatório, do relatório retiro esta afirmação; no capítulo 4.º, se quiserem seguir, primeiro parágrafo, a última frase diz o seguinte: “Sublinhou que o alcance destes equipamentos é de apenas uma centenas de quilómetros e com uma eventual previsão de duas ou três horas antes da eventualidade”. Será que eu ouvi a palavra previsão? Parece-me que sim.

Mas há mais, há muitas mais. O Brasil, como sabem, é um país muito propenso a chuvas intensas e onde há uma rede de radares meteorológicos bastante implementada no terreno. Uma compilação de vários autores meteorologistas brasileiros diz o seguinte: “O radar meteorológico é um sistema de monitorização das condições atmosféricas em tempo quase real, cobrindo falhas deixadas pela insuficiente rede pluviométrica de superfície. A previsão chegada de um sistema precipitante sobre um determinado local, determinada com algumas horas de antecedência, dada com o uso de modelos numéricos de alerta à ocorrência de precipitação intensa, contribui para a redução de impactos de prejuízos em diversas escalas”.

Mas posso continuar. No Público, 21 de Fevereiro, relativamente à catástrofe ocorrida na Madeira, a meteorologista João Frada diz o seguinte: “Os modelos de previsão não podem antever extremos como aqueles e a Madeira não dispõe de um radar meteorológico, que teria permitido avaliar o potencial de precipitação das nuvens que se aproximavam”. O meteorologista Ricardo Trigo, do Centro de

Geofísica da Universidade de Lisboa, diz o seguinte: “Na Madeira, seria importante haver um”. Pergunto eu: se seria importante haver na Madeira, não seria, também, importante haver nos Açores?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Mas quem é que está a dizer que não é importante?

O Orador: Obviamente que ninguém contesta que, felizmente – e esse mérito temos de o reconhecer ao Governo Regional –, o ordenamento territorial na nossa região, com algumas excepções, é substancialmente melhor do que o da Madeira. Mas o que aconteceu na Madeira não teve só a ver com ordenamento territorial, teve a ver com condições atmosféricas adversas e que não foram previstas.

Mas há mais, posso continuar. Alfredo Lima Vieira: “Em condições climáticas que mudam muito rapidamente e em que exista a necessidade de acompanhamento mais detalhado, eles” – os radares, entenda-se – “são a ferramenta mais adequada”. Diário Insular, no início de Março, Dr. Diamantino Henriques, título: “O Instituto de Meteorologia defende três radares”. Ele admitiu, nessa entrevista, que o radar da Serra de Santa Bárbara é limitado e insuficiente para cobrir toda a área do arquipélago e afirmou: “Os radares meteorológicos são instrumentos importantes de monitorização, que podem possibilitar accionar o alerta em cenários de catástrofe. Não podem prevenir os danos de uma enxurrada. Duvido que a situação da Madeira, por exemplo, fosse evitável. Mas, com um bom plano de protecção civil, podem permitir evacuar determinadas zonas”.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Esta parte foi referida por lapso!

O Orador: A inefável e inestimável *Wikipedia* diz o seguinte: “Um radar meteorológico é um tipo de radar usado na localização de precipitação, no cálculo do seu movimento, na estimativa do seu tipo e na previsão da sua intensidade e posição futura”, ou seja, onde vai incidir com maior intensidade.

Portanto, é uma questão semântica, porque, sem detecção, não há previsão e o que acontece é que, neste momento, não há meios de detecção suficientemente bons que substituam o radar meteorológico. O radar meteorológico não faz milagres sozinho, precisa de técnicos para trabalhar com ele, é complementar a outros equipamentos, mas é uma ferramenta extremamente útil. E o próprio Governo

Regional, se tem diligenciado, como de facto afirma o Sr. Secretário, junto do Governo da República para que eles sejam implementados, reconhece essa utilidade, em contra-ciclo com o que diz o Grupo Parlamentar do PS.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava a tentar recordar-me das exactas palavras do Sr. Secretário Regional da Presidência há pouco, a propósito dos roteiros culturais. O Sr. Secretário não me leve a mal, mas eu fiquei com a ideia, posso não reproduzir na íntegra as suas palavras, mas a ideia era esta, o senhor disse: “O Governo Regional gosta de ser estimulado, lembrado, desafiado, suscitado” e considerou que o Projecto de Resolução dos Roteiros Culturais do Partido Socialista conseguia esse desiderato.

O que lhe pergunto, o que pergunto a esta casa e, sobretudo, à bancada da maioria, uma vez que já se pronunciou sobre o sentido de voto a este Projecto de Resolução do CDS, é se este desafio, este apelo, este “suscitamento” ao Governo Regional só resulta quando é feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É que, se sim, ficamos conversados e, então, já percebemos que os resultados têm de ser daí e, do outro lado, não. Sinceramente, eu não consigo ver – nem eu, nem o Bloco de Esquerda, nem o meu colega que já interveio também sobre este projecto – qual é, de facto, a razão para o Grupo Parlamentar da maioria, do Partido Socialista, votar contra este Projecto de Resolução.

Os senhores, afinal, estão contra quê? Estão contra dotar o arquipélago dos Açores dos meios adequados para que as previsões meteorológicas sejam mais fiáveis? Eu não acredito! Não acredito e ninguém nesta casa acredita que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteja contra isto!

Os senhores estão contra a instalação e operacionalização de radares que permitam um ganho temporal inequívoco na detecção de tempestades súbitas e violentas? Eu não acredito que os senhores estejam contra isto, nem o Grupo Parlamentar e, muito menos, o Governo Regional!

Os senhores estão contra que se faça uma insistência, quantas vezes forem precisas, junto do Governo da República...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouçam! Custa, mas ouçam!

A Oradora: ...no sentido de cumprir as suas obrigações e de dotar esta região daquilo que é necessário para garantir a segurança das suas populações? Eu não acredito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteja contra este objectivo! E também não acredito que o Governo Regional o esteja!

Os senhores estão à espera que a regionalização agora iniciada venha trazer aquilo que, aos olhos de todos os açorianos e açorianas, é necessário e, depois dos exemplos recentes e trágicos, não só é necessário como é urgente?

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):
Ninguém disse isso.

A Oradora: Eu não acredito, Sras. e Srs. Deputados, e ninguém nesta casa acredita!

Então, por favor, Sra. Deputada Vera Bettencourt, porque foi a senhora que interveio neste diploma, explique-me afinal: contra quê está o seu Grupo Parlamentar? Contra o suscitar o Governo Regional? Contra o apoiar o Governo Regional? Contra o dar-lhe força para a sua reivindicação? Os senhores, afinal, estão contra quê? Estão contra um Projecto de Resolução que não é vosso, única e simplesmente!

Vozes de deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Eu estou à vontade para dizer isto, porque este Projecto de Resolução também não é nosso! Por acaso, é do CDS/PP.

Muito obrigada.

Vozes de deputados das bancadas do BE, PSD, CDS/PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos da bancada do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraida Soares antecipou a intervenção que eu tinha programado...

(Vozes de protesto da câmara)

O Orador: É verdade, é evidente que antecipou. Posso mostrar-vos as notas que aqui tinha. A minha linha de reflexão é a mesma, mas tenho a humildade de reconhecer que a Sra. Deputada fez aqui uma intervenção brilhante, em que desmontou a vossa estratégia, ou a ausência dela.

A ausência de estratégia e, fundamentalmente, a ausência de coerência política, porque dos senhores não se consegue perceber, ninguém aqui consegue perceber, o povo açoriano não consegue perceber porque é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional estão contra esta proposta! Não há nenhuma razão lógica! Não avançaram com nenhuma razão lógica, a não ser – e isso é bastante criticável – o exercício deplorável da “partidarite” aguda: “não é nosso, não serve, é da oposição”! Os senhores, assim, não conquistam ninguém!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que não!

O Orador: Os senhores não são referência para ninguém na sociedade açoriana, com esse posicionamento fechado à sociedade, fechado às forças políticas, evidentemente que os senhores não têm credibilidade quando entram em discussões deste tipo, porque não têm lógica nas vossas opções! Os senhores não têm, de facto, uma linha congruente em relação a qualquer discussão!

Ainda há cerca de meia hora, estávamos aqui a discutir uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em que o Governo veio dizer: “Bem, nós já estamos a fazer isso, mas vamos aprovar, porque nos sentimos motivados...”

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade! Eu não disse nada disso!

O Orador: "...que o Grupo Parlamentar Socialista nos venha motivar". Mas só quem vos motiva, pelos vistos, é o Grupo do Partido Socialista, que é para poder duplicar os tempos.

Sra. Deputada Vera Bettencourt, tenho, como sabe, um enorme respeito pessoal por V. Exa., mas tenho de criticar aqui o âmbito da sua intervenção porque de facto, para falar nos radares recuou ao período do Cretácico e explicou-nos as razões do fim dos dinossáurios!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: É uma coisa completamente desajustada! Eu estranhei, Sr. Deputado Helder Silva, e, já agora, espero que no seu cardápio que justifica as alterações regimentais tenha anotado mais este exemplo. Já que ontem teve a oportunidade de se referir ao Sr. Deputado Aníbal Pires, hoje acho que o podia anotar.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Já deve ter anotado o longo monólogo de quarenta minutos do Sr. Deputado Domingos Cunha, há não muito tempo, e outros exemplos que podemos, realmente, aqui somar.

Termino com duas questões: Sr. Secretário, a novidade é tão velha como o mundo. Aqui o que se passa é o seguinte: se o senhor já estava a tratar deste assunto, chegamos a uma conclusão, é que em catorze anos não o consegui fazer, em catorze anos não o consegui resolver e, portanto, é perfeitamente legítimo que se lhe coloque a questão!

Eu, dentro de pouco tempo, não vou aguardar muitas mais semanas, vou voltar a colocar-lhe a questão dos cabos de fibra óptica. Eu sei que o senhor já pensou nisso, mas o problema não é o ter pensado, é que o senhor ainda não fez! O senhor não fez e, a mim, pensar não me chega e para as populações também não chegar pensar, é necessário executar! Portanto, se o senhor já pensou, pensou, pensou e pensou, mas não fez, não foi capaz de fazer, obviamente!

E termino, Srs. Deputados.

É impossível fazer política com a ilógica total e o desnorte completo do Partido Socialista em relação a este tipo de discussões. É esta a forma. Quer dizer, os Srs. Deputados, de cada vez que existe uma boa proposta – e esta é, de facto, uma excelente proposta, que está perfeitamente contextualizada, até por tudo o que sucedeu nos últimos tempos –, o que acontece é que os senhores nos dizem: “Não, esse estudo já temos; temos um estudo de há seis anos e, portanto, não é preciso agora; esse estudo já temos”. Depois, dizem: “Já tínhamos pensado nisso”, o que é uma recuperação da lei mental, do período monárquico, como sabem. De cada vez que vos colocamos uma questão, dizem-nos: “Nós já pensámos nisso, isso já está”, mas não existe nenhum documento que comprove esse pensamento! Não existe, os senhores não apresentam nada escrito que diga de facto: “Já exigimos, já pedimos, já solicitámos”. Não mostraram um documento que comprove essa lei mental.

Portanto, de facto, leva a um lado: é difícil fazer oposição contra a anarquia que reina, contra a ilógica total em termos de pensamento político. Mas isso, Srs. Deputados do Partido Socialista e Governo Regional, só vos descredibiliza a vós próprios.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma primeira palavra para dar os parabéns à Sra. Deputada Vera Bettencourt. A Sra. Deputada Vera Bettencourt demonstrou, na sua intervenção – exaustiva, é certo, porque a matéria também é complexa –, que sabia do que estava falando.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não me diga, Sr. Deputado!

O Orador: Lamento, Srs. Deputados, mas infelizmente de muitos de vós não posso dizer o mesmo.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também direi que, se quisesse ser deselegante, como foi o Sr. Deputado Paulo Rosa relativamente à Sra. Deputada Vera Bettencourt, dir-lhe-ia

que se a intervenção dela lhe provocou sono, a sua não passou de um longo bocejo, benza-o Deus.

Vamos então situar esta questão e situo esta questão fazendo esta citação: “A política é a arte do possível”. Portanto, o que propõe o PP? O PP propõe que o Governo Regional faça diligências junto do Governo da República e de outras entidades, para que sejam instalados radares meteorológicos nos Açores. Muito bem. O PP parte para esta questão com duas motivações. A primeira é fazer aquele papel da lebre e da tartaruga, que é colocar-se a cem metros da meta e, depois, fingir que correu muito para lá chegar e que foi o primeiro a chegar, porque conhece o projecto do Instituto de Meteorologia para a instalação de uma rede de radares nacional.

Na verdade, em 1986, o Instituto de Meteorologia decidiu implementar, lançar, um projecto para a instalação de sete radares piloto no território nacional. O primeiro radar foi instalado doze anos depois, em Coruche. O segundo radar foi instalado sete anos depois, em Loulé. E o terceiro radar, que já está apontado para Arouca, no Norte, a fim de se concluir a cobertura do território nacional, não será certamente instalado, na actual conjuntura, no prazo de sete anos que mediou entre a instalação do primeiro e do segundo. E esta é a realidade com que nos deparamos, esta é a realidade para com uma instituição que, embora tenha autonomia financeira, como foi muito bem dito, tem um orçamento de seis milhões e um radar custa entre dois e três, só para a sua aquisição, e não tem obviamente condições para capitalizar, de forma a fazer um investimento desta magnitude, com um prazo que seja de menos de dez, doze anos.

Deputado Rui Ramos (PSD): E a regionalização faz-se com quê?

O Orador: Portanto, nós temos de ver, se a política é a arte do possível, que também não devemos andar aqui a enganar-nos a nós próprios! Mesmo que os radares fossem o último grito da tecnologia e fossem o guarda-chuva que nos protegeria de todos os males do mundo – e só por ignorância se pode pensar isso –, não havia condições, no actual modelo, de termos radares nos Açores. Porque é preciso ver que, provavelmente, até por força do argumentário do PP, o radar a seguir a Arouca será o do Funchal e, portanto, nós não teremos radares nos Açores,

por este modelo e desta forma, antes de vinte a vinte e tal anos. Logo, o modelo não pode ser este!

O modelo tem de ser, como disse e muito bem a Sra. Deputada, nós tomarmos nas nossas mãos aquilo que nos interessa, aquilo que nos defende, aquilo de que precisamos para os Açores! Isto é que é autonomia: é nós chamarmos a nós, em vez de querermos que outros resolvam, a solução dos nossos problemas. Daí que a solução passa por se promover a regionalização deste serviço, a exemplo do que já aconteceu com outros, como foi dito. E não é só naquilo que tem a ver com a meteorologia, foi o que aconteceu ao longo da história da autonomia, com a educação, com a saúde e com outras áreas, porque nos interessa, porque temos especificidades e queremos ser senhores do nosso destino nos Açores, nestas matérias!

Além do mais, vamos também desmistificar. O que se passou no Funchal, o que se passou na Ribeira Quente, o que tem a ver com vórtices, com tornados ou com trombas de água, não há radar que resolva!

(Vozes de protesto da câmara)

O Orador: Não há radar que resolva! O radar de Coruche está praticamente na zona Oeste e não impediu, nem previu, nem fez nada para evitar aquela desgraça que aconteceu no Oeste aqui há uns meses e que só não provocou vítimas porque não aconteceu! Portanto, que um radar prevê fenómenos desse tipo, não é verdade! Não vem resolver!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade. Abrange quinhentas milhas náuticas. O senhor não sabe o que está a dizer.

Deputado João Costa (PSD): O senhor sabe onde fica Coruche?

O Orador: Há cientistas de renome que dizem que o problema do Funchal não poderia ser resolvido com um radar, porque o fenómeno se desencadeou subitamente, quando eventualmente o sistema frontal encontrou terra e, portanto, desenvolveu-se um fenómeno localizado. Há cientistas que o dizem! Aliás, está publicado!

Mas, de qualquer modo, o que importa deixar aqui é o seguinte: além daquilo que eu disse, que a política é a arte do possível, há um outro princípio que nos é muito caro: deve haver seriedade em política!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente! Apoiado!

O Orador: Aquilo que o PP faz é, demagógicamente, querer dar o salto em frente, para ser o primeiro a chegar à meta e, com isso, nós não alinhamos.

Muito obrigado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenho várias pessoas inscritas, mas são 18 horas, vamos fazer um intervalo. Retomamos o debate às 18:30 horas. Até já.

(Eram 18:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

Presidente: Estava inscrita a Sra. Deputada Vera Bettencourt, para uma segunda intervenção. Tem a palavra.

(* Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o aquecimento global é complexo com a sua interacção com o ciclo da água, daí se preverem alterações no ciclo anual da precipitação, mas sem grande impacto nos valores totais. Isto é o que está previsto para os Açores.

No mesmo estudo que refiro, para a Madeira estima-se igualmente uma importante redução da precipitação anual, até cerca de 30%, bem como alterações significativas na sua variabilidade...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Mas querem que eu explique, ou não?

...interanual e sazonal, circunstâncias agravadas pela limitada capacidade de retenção hídrica dessa região. Eu estou a falar da Madeira. Como vêm, a situação é diferente, mas é do que estou a falar.

O Sr. Deputado Paulo Rosa já devia estar ensonado, porque o que eu disse, e volto a dizer, foi: “A importância da mesometeorologia e da previsão meteorológica para períodos muito curtos e de *nowcasting* tem vindo a aumentar nos últimos anos, muito por força da crescente influência dos sistemas de radar meteorológico, que têm revelado ser de grande importância operacional na detecção e acompanhamento de fenómenos meteorológicos perigosos”. Contudo, o que eu disse foi: “Importa ter sempre presente, como foi afirmado pelo Dr. Diamantino Henriques, que os radares meteorológicos têm a missão de acompanhar e estudar tempestades”. Quando ele diz que não é de as prever, e muito menos de evitar, é porque há uma complementaridade entre os radares meteorológicos e outros instrumentos, dos quais os senhores meteorologistas se utilizam para fazer previsão meteorológica.

Deputado Rui Ramos (PSD): É “la Palice”!

A Oradora: Sabe porquê? Porque, entre as várias limitações inerentes às imagens de radar meteorológico, há a margem de erro que estas possam conter – e estou a citar o relatório de um meteorologista e de trabalhos feitos por meteorologistas –: “De facto, os erros que afectam a medição das precipitações pelo radar meteorológico podem ser muito importantes, chegando a desaconselhar-se, nalguns casos, uma utilização quantitativa das intensidades estimadas. Apesar dos progressos recentes realizados no domínio da correcção desses erros, torna-se indispensável ao utilizador das imagens dispor de um registo sincrónico das precipitações observadas ao nível do solo, a partir de uma rede de isógrafos densa”. As principais fontes de erros na estimação da intensidade da chuva pelo radar meteorológico prendem-se com os seguintes aspectos: a intersecção do fecho do radar por obstáculos – relevo ou construções pode determinar a diminuição de reflectividades, sem qualquer relação com as precipitações; outro erro possível: com o afastamento ao radar, o fecho vai-se atenuando, decrescendo o grau de rigor

na estimação das intensidades. Determinados erros poderão ocorrer, quando o fecho do radar atinge um nível em que a temperatura é de 0° Celsius, à qual estão associadas as mudanças de estado físico de gelo para água (água no estado líquido). As relações entre a reflectividade do radar e a intensidade da precipitação são válidas para hipóteses muito restritas, quanto à homogeneidade do alvo do radar.

Por todas estas razões, a interpretação quantitativa das imagens de radar constitui uma tarefa muito delicada, exigindo a realização de procedimentos de correcção que permitam não só atenuar os erros atrás anunciados, mas também ultrapassar o problema dos fenómenos de advecção, dependente do perfil vertical do vento, que provoca um deslocamento horizontal das gotículas em queda, condicionando também a sua evaporação parcial, que afectam a medição da intensidade da chuva. Esta abordagem e esta complexidade levam a que muitos utilizadores das imagens de radar adoptem uma abordagem com carácter mais qualitativo, na qual as intensidades reveladas no ecrã são interpretadas essencialmente em termos de ordem de grandeza.

Passo a dizer também que as imagens de radar são complementares à utilização de udómetros. A conjugação das imagens de radar com os dados registados numa rede densa de udógrafos permite a minimização dos erros na estimação da precipitação e da repartição no espaço. Perceberam?

(Risos da câmara)

Quanto a notícias, também tenho notícias para lhe dar:

Pedro Miranda, coordenador do Grupo de Modelação Atmosférica e Climática do Instituto D. Luís, concorda que a existência de um radar na Madeira não teria resolvido o problema. O investigador esclarece que o radar só detecta a aproximação da chuva e não as nuvens. Ou seja, só vê o sistema frontal a aproximar-se, mas o sistema frontal que avançava em direcção à Madeira no dia 20 de Fevereiro não tinha a intensidade que depois se veio a revelar. Assim, foi a topografia, o relevo acentuado da Madeira, que fez com que o sistema frontal se

tornasse mais intenso quando estava sobre a ilha e, aí, o radar já não iria a tempo de alertar as autoridades antes da catástrofe. Pedro Miranda insiste ainda que não basta comprar um radar.

Posso dizer-lhe mais: o Professor Catedrático da Universidade de Évora reconhece que Portugal precisa de mais radares, mas qualquer decisão tem de ser planeada e faseada no tempo e não pode funcionar assim...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já está planeada, faseada e resolvida.

A Oradora: ...porque são aparelhos caros, que exigem um *software* muito apurado.

Queria também dizer que nunca, em momento algum, foi dito que o Governo Regional ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista são contra a instalação de radares meteorológicos, mas não devem ser feitas recomendações de coisas que já estão a ser feitas!

Deve ser dito que, atendendo ao cenário já aqui descrito, o caminho é outro. O trabalho do Governo Regional é de todos os dias, porque a segurança dos açorianos e dos seus bens deve ser garantida todos os dias e não em situações em que outros interesses parecem ser mais importantes. Devemos encarar o desafio de uma forma planeada, não à pressa, e com uma visão integrante e não parcial e diminuta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o que tem a senhora a dizer sobre a chuva?

Presidente: Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, tem três minutos para esclarecimentos.

(* Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, para além da questão de cada deputado ter a sua formação científica, ou a sua formação de base, a Sra. Deputada tem uma formação da área da Física e é por isso que utiliza termos como o efeito Doppler, como a reflexividade, como os udógrafos e outros, que estão associados a questões que são importantes para esta matéria prosseguir.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e CDS/PP: Aquilo que a Sra. Deputada disse está no Google.

O Orador: É preciso desmistificar uma questão, neste momento. O Governo entende, em primeiro lugar, que a segurança dos açorianos é um bem inestimável e isso está esclarecido perante aquilo que tem sido feito e perante o sistema de protecção civil que nós temos. O Governo considera que não é com base num radar ou dois que, efectivamente, os açorianos ficarão totalmente protegidos.

Há aqui uma leitura abusiva desta proposta, amplificando esta questão e não tendo em conta alguns aspectos de que a Sra. Deputada falou ainda com uma linguagem mais denotativa. Porque os radares – e é uma questão técnica, também – não dão senão estimativas da precipitação. Saibam os Srs. Deputados – e esta matéria também é técnica –, que até a dimensão das gotas de água pode afectar a leitura mais ou menos grosseira dos radares.

Portanto, Srs. Deputados, quando vêm para aqui só com uma questão retórica de defender a segurança pela segurança...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso mesmo, a segurança pela segurança! Apoiado!

O Orador: ...indicando caminhos que o Governo Regional já está a seguir, estão efectivamente a escamotear coisas que têm fundamentos mais profundos e que não se prendem só com esta retórica política, mais com uma linguagem conotativa do que com uma linguagem científica e denotativa, que demonstra seriedade no estudo deste assunto...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que demonstra sensatez na capacidade de analisar as propostas, que demonstra capacidade de influir junto do Governo Regional, mas com sustentação. Não é só com a retórica de dizermos que somos defensores da segurança dos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E somos!

O Orador: ...que nós chegamos lá! É com investimentos, como nós temos feito, e não com alguma ignorância à mistura, quando apresentam assuntos desta natureza.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Secretário, alto e pára o baile! Se vai por esse caminho, a ignorância começa por aí!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tanto quanto consegui perceber até agora, ainda ninguém nesta casa apontou qualquer ideia no sentido de que os radares meteorológicos não sejam instrumentos importantes de planeamento e estudo meteorológico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São os senhores que o dizem.

O Orador: Não, Sr. Deputado, não é verdade, nós não o dizemos. Aliás, nesta casa ninguém o disse.

A questão nem sequer é essa, porque, do ponto de vista técnico, as questões colocam-se como foram aqui referidas pela Sra. Deputada Vera Bettencourt, mas há um conjunto de questões que talvez seja importante desmistificar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está tudo no Google!

O Orador: Primeira questão: os radares meteorológicos são importantes? São. São fundamentais? Bem, depende. Aqui há que analisar a relação custo/benefício. São importantes, mas não são fundamentais nem determinantes. Primeiro, porque os radares meteorológicos são instrumentos que servem para acompanhar fenómenos meteorológicos turbulentos localizados e de curta duração. Portanto, os radares meteorológicos não servem para fazer previsão meteorológica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Servem, sim senhor!

O Orador: A previsão meteorológica faz-se através da recolha contínua de dados e, entre a recolha e o momento para o qual é feita a previsão, tem de haver um hiato de tempo que não é compatível com aquele que decorre entre a captação de uma imagem através de um radar meteorológico e a sua interpretação e concretização em termos de projecção futura do seu desenvolvimento, o desenvolvimento do fenómeno meteorológico. Desde logo, porque os radares apenas detectam fenómenos muito localizados, o que tem a ver com a concepção do próprio equipamento, com a curvatura da Terra e com uma série de outras situações. Além disso, a imagem radar e a sua interpretação dependem de um conjunto de outros elementos, que devem ser captados por outros instrumentos.

O que é, neste momento, prioritário nos Açores? Sejam realistas: é a montagem de radares ou é a instalação de uma rede meteorológica automática de superfície? É

óbvio que o que é prioritário é a instalação de uma rede meteorológica de superfície, com uma malha suficientemente apertada para nos dar o acompanhamento e a recolha de dados que permita essa previsão meteorológica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o custo/benefício?

O Orador: Claro que o custo é muito inferior, mas a questão nem sequer é essa, Sr. Deputado Artur Lima. Vai desculpar-me, mas a questão nem sequer é essa. A questão é que os radares não são úteis, ou não se consegue potenciar aquilo que eles nos podem dar, sem a instalação dessa rede meteorológica de superfície.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já está feita!

O Orador: Os radares não fazem previsão! Não há, nos Açores, nenhum açoriano cuja segurança esteja em causa porque não temos radares. Isso é um mito, não é verdade. É falso, é incorrecto que se afirme isso. Não há nenhum açoriano cuja segurança esteja em causa por não termos radares instalados.

De resto, os radares nem sequer servem, em nenhuma circunstância, para proteger bens. Podem, em algumas circunstâncias, de determinados vales muito localizados, com cursos de água que podem momentaneamente sair do leito, em alguns casos, contribuir para que as pessoas possam sair, enfim, das suas casas e salvaguardar a sua protecção. Mas o radar e a imagem radar não servem, em nenhuma circunstância...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma vida não é um bem?

O Orador: Não esteja a divagar, Sr. Deputado!

...para evitar ou proteger bens materiais. Não servem, em nenhuma circunstância. Isso é um mito, é falso. Os açorianos não estarão mais seguros, nem as previsões serão melhores, com radares meteorológicos.

O que é importante, para já e no imediato, é a instalação da rede meteorológica de superfície. Essa questão é que é fundamental, essa questão é que é verdadeiramente importante. Sem essa rede meteorológica de superfície, os radares não são, até, verdadeiramente úteis, porque a informação que nos dão tem de ser cruzada com outras informações.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, dão-nos informação!

O Orador: Ninguém disse que não davam informação. Sr. Deputado Artur Lima, eu não estou a tirar um dente, eu estou a falar de radares meteorológicos, porque eu não sei tirar dentes, Sr. Deputado! Estou a falar de radares meteorológicos e comecei por dizer que eram importantes, mas que é muito mais importante, para já e no imediato, a rede meteorológica de superfície. É muito mais importante e o Sr. Deputado só pode concordar comigo relativamente a isto que estou a dizer.

É preciso desmistificar: não há açorianos em risco por causa de não haver radares meteorológicos instalados nos Açores. É esta questão que é preciso ser perfeitamente desmistificada. É importante que isso não passe em termos de mensagem, porque isso é completamente falso e tem de ser desmistificado.

Obrigado.

Presidente: Vamos passar para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

Devo dizer-lhe uma coisa: ainda bem que o senhor não está a tirar um dente...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ainda bem!

O Orador: ...porque, se estivesse, ia matar o paciente. E presumo que não lhe fica bem chamar a profissão dos outros para aqui. Fica-lhe muito mal, mas eu só lhe quero fazer um reparo sobre essa matéria. Tenho muita consideração por si e não vou aqui fazer outras coisas.

Sr. Comandante – já agora, permite-me, presumo que foi Comandante da Marinha –, os navios têm radares, que servem para quê? E os aviões têm radares...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Têm, sim senhor!

O Orador: ... que servem para quê? O radar Doppler nos aviões serve exactamente para prever, é exactamente a mesma tecnologia do radar terrestre, serve exactamente para detectar e prever, para protecção e segurança dos passageiros, Sr. Comandante. O senhor sabe isso e está aqui a tentar esconder e a defender o indefensável. Como num navio, o radar Doppler também serve para prever, fazer previsões...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não serve para prever, serve para detectar e desviar!

O Orador: ...detectar as frentes e, nos aviões, os cúmulonimbos, a acumulação de chuva, de *wind shear*, etc., etc., etc.

Portanto, não me venha dizer que com um radar não se conseguem fazer previsões a horas de distância. Foi o que o senhor aqui disse e é incorrecto, é absolutamente incorrecto, porque o efeito do radar Doppler no avião é exactamente a mesma tecnologia que é usada em terra. Lamento e não quero chamar, obviamente, ignorante a ninguém – mas já houve aqui a pretensão de o fazerem –, mas a realidade é esta. E, quanto aos termos técnicos e científicos, Sr. Secretário, posso lê-los todos aqui, eles estão todos no Google.

Ai de nós, quem tem a visão redutora do Sr. Secretário, de que só pode falar de uma coisa quem é formado nessa mesma coisa. Ora, o senhor, sendo formado em biologia, nunca teria feito tanto quilómetro de estrada, Sr. Secretário! Está a perceber? Portanto, o que a licenciatura nos dá é habilitar-nos a ter conhecimento, abre-nos horizontes e expectativas, independentemente de ser em filosofia, em biologia ou em medicina.

Ainda mais grave é quando isso é dito da boca de, já agora, um académico que forma alunos, e formou alunos, bons alunos, e de um bom académico, que era. A licenciatura, em qualquer área que seja, habilita-nos ao conhecimento, a abrir horizontes e a estimular-nos para aumentarmos o nosso conhecimento nas áreas em que cada um de nós tem interesse. Para termos técnicos, hoje em dia, com a Internet, o Google é uma ferramenta tecnológica, de que o senhor tanto gosta, extraordinária e magnífica.

Quanto ao resto, o Partido Socialista está isolado na defesa do indefensável e deve ser o único partido no mundo que acha que os radares não são úteis.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão fundamental é que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tentam refugiar-se na questão técnica, no sentido de, sem ver o absurdo, tentar reduzir o papel que significam os radares, que são uma importante conquista tecnológica e que, evidentemente, têm uma grande utilidade e por isso são utilizados em todo o mundo. Vir aqui dizer que sim, são importantes, mas não são tudo, isso já sabemos. Não é preciso vir com dois calhamaços de físico-química e deixar os deputados atordoados. Não é preciso fazer nada disso para vir aqui dizer isto.

Mais do que isso, a questão política é muito simples e é exactamente esta: existe uma proposta, que foi apresentada, em que os especialistas do sector reconheceram mérito e reconheceram necessidade. Os senhores, por uma questão de inveja política, por uma questão absolutamente ilógica do ponto de vista da actividade política e até egoísta, querem reprovar, porque não é vossa. É simplesmente isto, não é preciso complicar muito mais.

Depois, e termino, há também uma outra coisa que aprendi hoje – porque apesar de tudo até se aprende –, que são, de facto, as referências ideológicas que os senhores têm. O Sr. Deputado Herberto Rosa fez aqui a citação de uma frase: “A política é a arte do possível”. Presumo que sabe de quem é a frase, sabe que é de um político ultraconservador, nacionalista, militarista, anti-parlamentar e que teve um papel...

Deputado Francisco César (PS): Que se chama?

O Orador: Que foi Bismarck, como sabe. Se Bismarck já é uma referência para o Partido Socialista, tendo perseguido os sindicalistas...

Deputado Francisco César (PS): Em que século?

O Orador: ...tendo perseguido os movimentos socialistas, eu considero que chegámos ao grau zero da definição ideológica do Partido Socialista!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já citou Manuel Alegre. O senhor não sabe o que há-de dizer e faz essas manobras de diversão!

O Orador: Acho que o Partido Socialista se pode rever em muita gente, mas não numa frase que é de alguém que praticou o cinismo político, que é de alguém que foi um político ultraconservador. Considero que isso, de facto, é descontextualizar completamente e demonstra profundamente a vossa fraternidade política actual!

Deputado José Rego (PS): Fale de radares!

O Orador: A vossa fraternidade política actual é, de facto, Bismarck e “a política é a arte do possível”! Não, a política não é isso!

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): É pragmatismo!

O Orador: A política é a arte da solidariedade! A política é o altruísmo! A política é, em definitivo, tornar o impossível no possível!

Aqui, de facto, o senhor fez bem, Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, em utilizar por três vezes a frase de Bismarck, porque é isso que define a vossa atitude! Bismarck foi um político cínico e a vossa atitude, nesta questão, é uma atitude cínica! É esta a questão que vos define e, por isso, a citação está bem feita! Presumo é que grande parte dos Srs. Deputados que aí estão se deve sentir muito desconfortável com a citação que o senhor fez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa, para esclarecimentos. Tem três minutos.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha primeira nota vai, como não podia deixar de ser, para a Sra. Deputada Vera Bettencourt, reconhecendo que me excedi na anterior intervenção e, como pessoa educada que sou, obviamente que faço esse reconhecimento, tão publicamente como fiz a afirmação da sonolência. Mas a intervenção da Sra. Deputada Vera Bettencourt parece o segundo volume, digamos, da história da meteorologia nos Açores, que começou na anterior intervenção.

Começa por falar relativamente à Madeira. Nós, Sra. Deputada, não estamos a falar da Madeira, estamos a falar dos Açores. Mais, os *sites* que leu e se limitou a citar, todos nós os lemos, não são novidade nenhuma. Também não vou rebater a descontextualização que fez das afirmações do Dr. Diamantino Henriques que, obviamente, pelo seu contexto, já o fiz na anterior intervenção, revelam algo bem diferente.

O mais extraordinário de tudo, que já foi aqui também referido, é o esforço que faz, na ânsia de diminuir a nossa iniciativa, de diminuir a capacidade e a importância dos radares meteorológicos. Diz que não são contra os radares

meteorológicos, mas tenta à força toda diminuir a sua importância, referindo-se aos eventuais erros. É de facto o argumento mais extraordinário, que faltava a esta discussão. Apetece dizer, Sr. Secretário, por favor suspenda as diligências que está a fazer junto do Governo da República para que a região seja dotada de radares meteorológicos se, afinal, eles não servem para rigorosamente nada! Depois, diz que não são contra.

Ora bem, não devem ser recomendadas coisas que já estão a ser feitas? Pois não, parece que afinal o Roteiro Anteriano ainda não está a ser feito.

Quanto à Sra. Deputada Vera Bettencourt ter formação de Física e usar linguagem científica, todos nós lemos essa mesma linguagem nos *sites* que ela se limitou a citar. Apetece perguntar ao Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos se, antes de encetar as negociações junto do Governo da República, consultou a sapiência da Sra. Deputada, para saber se valia ou não a pena...

Deputado Ricardo Cabral (PS): O que quer o senhor dizer com isso?

O Orador: ...diligenciar no sentido de que se dotasse a região de radares meteorológicos.

Finalmente, o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tem a mesma legitimidade que o senhor tem aqui dentro. Respeito a opinião de qualquer deputado aqui dentro e a única coisa que peço – que exijo, aliás – é que, mesmo quando não concordam comigo, respeitem a minha opinião e respeitem o direito que eu tenho de a defender aqui dentro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É isso mesmo!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, a quem fica sempre bem o cavalheirismo...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou abreviar, Sr. Presidente, obrigado.

...ainda bem que acordou do longo bocejo e que veio à liça. Consigo, passámos da meteorologia à filosofia e, até, ao lirismo, invocando a fábula da lebre e da tartaruga. O melhor exemplo da lebre e da tartaruga são deputados que estão na sua

ilha à espera que chegue o Presidente do Governo para, então, darem uma corridinha e chegarem sempre em primeiro lugar.

O Sr. Deputado está manifestamente obcecado e vê teorias da conspiração e motivações ocultas em todo o lado. Agora, avança com uma solução fantástica: como os radares, afinal, são muito caros, a regionalização é que vai resolver o problema, porque com a regionalização, obviamente, iremos comprá-los mais barato. Enquanto isso não acontece, a solução milagrosamente levantada pelo Sr. Deputado Manuel Herberto são os guarda-chuvas. Ou seja, enquanto não tivermos radares, usamos guarda-chuvas, como noutras situações usamos capacetes, para zelar pela segurança dos açorianos. É um argumento também extraordinário.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem três minutos para esclarecimentos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dizer que, efectivamente, a temperatura sobe e vai continuar a subir, pois todos sabemos, ou devíamos saber, que o aumento da temperatura dos oceanos é um factor potenciador de grandes tempestades e alimenta furacões, etc. Mas deixemos isso.

Agora dirijo-me ao Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia: que eu saiba, ninguém disse aqui que os radares protegem totalmente os açorianos. Os radares são um meio de complemento. Portanto, é demagógica essa afirmação e é abusiva, Sr. Secretário, com todo o respeito.

Depois, tinha outra pergunta para lhe fazer. Segundo o relatório de execução do PRODESA 2006, foi aprovado um radar meteorológico marítimo cujo investimento elegível foi de 334 mil euros, participado pelo FEDER em cerca de 2.083 euros. A minha pergunta é: onde está esse radar? Está em funcionamento? O que faz? Era só esse esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se há mais inscrições, creio que não. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para a votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Grupo Parlamentar do CDS/PP pretendia, com esta iniciativa, não era mais nem menos do que recomendar ao Governo Regional que intercedesse, diligenciasse, junto do Governo República para que se efectivasse a instalação de radares meteorológicos nos Açores, de forma a que pudesse haver uma cobertura integral da região e que a segurança das populações fosse, com isso, reforçada.

Acontece que o Governo Regional assumiu hoje aqui que efectua, de facto, essas diligências. Disse que anda a efectuar essas diligências e que continua a efectuá-las. O que o Grupo Parlamentar do PS nos disse aqui foi claramente que essas diligências não servem para nada e os radares meteorológicos só dão erros e não servem para nada. Portanto, há aqui uma clara desarticulação entre o que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional pensam nesta matéria.

Para que os açorianos fiquem sabendo, se não há radares meteorológicos nos Açores, essa responsabilidade deve ser imputada só e exclusivamente ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Creio não haver mais declarações de voto.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o **Projecto de Resolução n.º 19/2010 – “Recomenda ao Governo a adopção de medidas que facilitem a introdução de sistemas e aplicações de *software* livre nos serviços da Administração Pública Regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Eu fazia uma chamada de atenção. Estamos no âmbito das resoluções e, não podia ser de outra forma, o proponente apresentou uma proposta de substituição integral e, portanto, é essa que devemos considerar a partir de agora.

Para apresentar o Projecto de Resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero iniciar esta minha intervenção afirmando que a proposta de substituição que o Sr. Presidente fez a gentileza de anunciar e que foi distribuída em tempo útil, para que merecesse a apreciação da câmara, resultou do período em que ela foi tornada pública, das observações e algumas reservas que, entretanto, foram colocadas por diferentes entidades e, nomeadamente, de algumas questões que decorrem também da análise a que foi sujeita em sede da Comissão de Política Geral e que a Representação Parlamentar do PCP, com o espírito de diálogo que a caracteriza, acolheu e que tentou traduzir no novo texto que apresentou sem, no entanto, deixar que o seu objecto fosse adulterado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ao contrário do que aconteceu com outras iniciativas!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Política Geral!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos que, apesar de grandemente problemáticos, são também exaltantes, na velocidade das suas mudanças.

E uma das mudanças, porventura das mais substanciais até, está ligada à génese da sociedade de informação, em que conhecimentos, notícias, saberes, informações e tecnologias circulam livremente de maneira global, envolvendo uma percentagem cada vez maior de cidadãos.

E, fruto desta liberdade de informação, assistimos ao nascimento de um novo paradigma. Estamos perante uma verdadeira revolução copernicana, em termos da criação do conhecimento científico e tecnológico, que começa hoje a ser construído muito mais em base no trabalho colaborativo por via electrónica, unindo a experiência e o saber de múltiplos agentes, de forma global. Passa assim esse conhecimento a ser, em boa medida, considerado como património comum da humanidade, a ser fruído livre e gratuitamente, em vez de ser objecto de apropriação e mercantilização privada. Este é o novo rosto da modernidade. É para aqui que aponta o futuro.

E essa modernidade, esse futuro, queremos que se aprofunde também aqui na Região Autónoma dos Açores.

Um momento como o que vivemos actualmente obriga a que os investimentos públicos, sejam eles grandes obras ou aquisições de bens e serviços, obedeçam a princípios de racionalidade económica e que deles se obtenha directa vantagem reprodutiva. Em múltiplas áreas, a introdução de tecnologias avançadas pode permitir atingir este duplo objectivo. Nas aplicações e sistemas informáticos, obviamente, também.

Ora, embora não disponha dos números concretos, resulta claro que grande parte do investimento da Região em *software* é para aquisição de computadores equipados apenas com as ferramentas básicas de edição de texto, folha de cálculo e outras aplicações informáticas que são já mais ou menos estandardizadas. Ora, também justamente nesta área, já existe um conjunto de aplicações informáticas de *software* livre que podem ser descarregadas gratuitamente e que têm um uso já generalizado que comprova a sua segurança e eficácia. Considerando apenas o âmbito das aplicações informáticas básicas poderá ser possível obter poupanças significativas.

Mas é possível ir muito mais longe e adquirir aplicações de base tecnológica de *software* livre em funções muito mais especializadas na Administração. Como, aliás, já o fazem, em maior ou menor grau, os Ministérios da Justiça, Educação, Cultura, os serviços de apoio ao processo eleitoral, o INE, o LNEC, o IGAC,

inúmeras Universidades e Estabelecimentos de Ensino Superior, múltiplas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Esta proposta representa para nós, também, uma oportunidade. Uma oportunidade de efectivamente fazermos valer cada cêntimo que investimos nesta área. As aquisições que vierem a ser feitas na aquisição de serviços ou aplicações de *software* livre poderão potenciar a criação e o crescimento de um sector de tecnologia de ponta, de base nacional e/ou regional, em vez de perdermos para a nossa economia o investimento feito, alimentando grandes empresas multinacionais. Esta é, também, uma das questões fundamentais na ponderação da adopção deste tipo de soluções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto é o que a nossa proposta pretende. Agora, pensamos, vale a pena também clarificar melhor o que a nossa proposta não pretende.

Não pretendemos precipitar o que deve ser ponderado, nem avançar imprudentemente no que deve ser uma mudança cautelosa. Assim, não pretendemos que a eventual aprovação da nossa proposta desencadeie um processo acelerado e mecânico de transição para sistemas de *software* livre, mas tão somente que dê possibilidade de escolha a quem tem de escolher, que contribua para que as diversas opções sejam tratadas em igualdade, independentemente da sua plataforma tecnológica e, sobretudo, que se consiga poupar, também aqui, recursos que são tão valiosos quanto escassos.

Não pretendemos exorbitar a esfera de competências deste Parlamento. Não invadimos, por isso, nem as competências próprias das autarquias locais, a quem a nossa Resolução não se aplica, nem as do Governo Regional, a quem reconhecemos inteira legitimidade para decidir sobre estas matérias, razão porque apenas recomendamos uma actuação que nos parece razoável e assertiva. Isso, sim, compete-nos fazer. Isso, sim, fazemos e continuaremos a fazer.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições. Vamos iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é necessariamente curta, só para dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, que a Representação Parlamentar do PPM tem todo o gosto em acompanhar esta iniciativa e votá-la favoravelmente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: A partir de agora, nunca mais poderão dizer que o senhor é um político da “cassete”, porque inovou, porque apostou nas novas tecnologias...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

O Orador: ...e porque, de facto, apela ao mercado livre e ao acesso às novas tecnologias de uma forma mais livre e mais espontânea. Portanto terá, Sr. Deputado Aníbal Pires, todo o apoio. Considero que esta proposta valoriza bastante os Açores e valoriza bastante os utentes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As recomendações deste Projecto de Resolução apontam para que se avance num sentido de, cada vez mais, se baixar o custo de licenças de utilização, ou mesmo eliminar esse custo. Ao adoptarmos o *software* livre, poderemos fazer baixar esses valores, ou eliminá-los.

Mas, em primeiro lugar, deveremos fazer um estudo muito profundo para aferir das possibilidades de fazermos baixar os custos relativamente à administração pública sem, para tal, comprometer a qualidade dos programas informáticos. Em matéria de informática, todos os dias há uma evolução muito grande. Se for possível manter a qualidade baixando os custos inerentes ao funcionamento da administração pública, todos beneficiarão disso.

É também e colateralmente necessário evoluir para uma plataforma em que haja uma perfeita conectividade entre programas. Senão, corremos o risco de paralisar a administração pública. Essa conectividade tem de ser a nível regional e nacional e

esses programas devem dar uma garantia de fiabilidade, assim como serem dotados de uma boa assistência.

Gostaríamos também de saber qual o custo da migração para *software* livre. Assim, ficamos à espera do estudo global que o Governo está a fazer, em que uma das vertentes desse estudo é a adopção do *software* livre. Não excluindo *a priori* essa hipótese, parece-nos precoce avançar já com essa medida, antes de se estudar e avaliar o existente e se quantificar as medidas preconizadas e, pior, sem que se assegure a qualidade de *software*, que se pode revelar catastrófico.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, saudar o Partido Comunista Português por esta iniciativa em defesa do *software* livre.

Devo confessar que fiquei com alguma estranheza, porque pensei sempre que liberdade não combinava bem com a postura do Partido Comunista e que *software* livre seria uma matéria que não estaria no âmbito de uma recomendação do Partido Comunista.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essa foi muito feia! Foi a coisa mais reaccionária que já ouvi, nem Salazar a dizia!

O Orador: Mas queria dizer que esta iniciativa merece apoio, merece saudação e, ao contrário do que sucede com outras iniciativas de recomendação deste Parlamento, às quais o Governo Regional pouca importância dá, seria útil e conveniente que, ao nível da administração pública, aos seus mais diversos graus, o Governo Regional, de facto, pusesse em prática as recomendações que este Projecto de Resolução contém.

É um Projecto de Resolução sério, é um Projecto de Resolução que visa garantir um outro nível de utilização no plano informático da administração pública e acompanha aquilo que é uma tendência que se desenha em Portugal e noutros países europeus quanto à utilização de um *software* não proprietário, que hoje está

difundido, que constitui mais uma opção disponível e com um custo muito diferente e muito mais reduzido do que o *software* proprietário, que obriga ao pagamento de licenciamento. Nessa medida, é uma opção que deve ser considerada a todos os níveis da administração regional.

Julgo que faltam, neste Projecto de Resolução, algumas referências que eram essenciais, o que não obsta a que o Partido Social Democrata possa dar o seu apoio a esta iniciativa. Falta aqui uma referência específica a um conjunto de normas abertas e uma garantia de normas abertas nalgum *software*, de modo a poder garantir também a sua articulação, a sua interoperabilidade com os programas que já estão licenciados, com o *software* que já está licenciado pela administração pública. É preciso não esquecer que a adopção de um modelo de utilização de *software* livre tem de garantir a continuidade de toda a operação que está hoje em vigor com *software* licenciado e pelo qual a região pagou os respectivos custos de licenças.

Em segundo lugar, falta aqui uma referência, também nesta linha, a uma obrigatoriedade de disponibilização de códigos-fonte, isto é, aquilo que possa permitir, do ponto de vista informático, a alteração dos programas para a intervenção nalgumas áreas que são estratégicas, ou que possam ser consideradas estratégicas, para a região. Lembro, por exemplo, a gestão dos portos; lembro, por exemplo, as questões relacionadas com a protecção e com a segurança, que abundantemente discutimos aqui há pouco. Falta aqui uma referência específica nas recomendações para a salvaguarda deste aspecto.

Como falta também aqui uma outra referência – e esta penso que seria particularmente cara ao Sr. Deputado Aníbal Pires – à rede escolar, a um incentivo especial e uma referência especial para que, na rede escolar, toda a utilização do *software* livre fosse proporcionada, pudesse ser incentivada e que os educadores, os alunos e toda a comunidade escolar pudessem ser incentivados a utilizar o *software* livre, inclusive nas máquinas e equipamentos que a própria região compra e disponibiliza para os estudantes ou, pelo menos, cuja compra é comparticipada pela região.

Faltam estas referências, mas a ausência destas referências não retira mérito à iniciativa, que, sublinho, deve ser saudada, deve ser acolhida e, mais do que isso, deve ser posta em prática pelo Governo Regional, de uma maneira gradual, salvaguardando o funcionamento da administração, salvaguardando a articulação com o *software* que já está implementado. Seria bom, ainda, que os municípios pudessem também, por sua iniciativa, aderir a esta utilização do *software* livre, fazendo de facto uma mudança – uma mudança de paradigma, também – na utilização de equipamentos informáticos, de modo a garantirmos aos cidadãos melhor informação, mais transparência na actuação, disponibilização de informação em tempo útil e, com certeza, a um custo menor, sem afectarmos a sua fiabilidade e a sua segurança.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo considera que esta proposta é equilibrada, que vem de encontro àquilo que é uma modernização que é preciso fazer também na nossa administração pública, introduzindo – como já pontualmente aqui e além se tem feito, como por exemplo com os programas Quatro Image e o COA no sistema de arquivo da Presidência, mas que é preciso ser gradualmente, como também foi dito aqui –, ir utilizado o *software* livre que agora já está disponível na Agência Nacional de Compras Públicas, que é a antiga Central de Compras do Estado, no sentido de podermos também melhorar e rentabilizar, com uma preocupação que também a Resolução expressa, no sentido de não fazermos tábua rasa de muitos e muitos anos de investimento e de formação, e que mudanças bruscas, sem entender o tipo de “gradualidade” que é preciso ter nos vários serviços e nos vários programas que já existem, poderiam efectivamente, como foi dito também aqui pelo Sr. Deputado, levar a alguma paralisação da administração pública regional.

Portanto, nós entendemos que esta proposta é equilibrada, é sensata e vem de encontro à estratégia que o Governo tem para esta área.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“*Software Livre*”, é uma expressão cunhada por oposição ao conceito de “*Software Proprietário*”, que é aquele, como sabemos, cuja cópia, redistribuição ou modificação são em alguma medida condicionados pelo seu criador ou distribuidor.

Normalmente, para que poderemos utilizar esse *software*, copiá-lo, ter acesso ao código fonte ou redistribuí-lo, é necessário solicitar permissão ao proprietário, ou pagar para poder fazê-lo, o que implica a aquisição de uma licença, tradicionalmente onerosa, para cada uma destas acções.

Quanto à filosofia subjacente ao conceito do “*Software Livre*”, esta encontra as suas raízes na livre troca de conhecimentos e de pensamentos que tradicionalmente pode ser encontrada no campo científico. Cada utilizador do “*Software Livre*” é um real possuidor do código fonte que gera o *software*, sendo este de propriedade intelectual pública.

Cada vez mais o *software* livre é uma opção clara para os vários governos europeus, tanto pela poupança que permite dos dinheiros públicos, como pelo controlo que dá a quem o utiliza.

Um dos casos mais famosos – e de maior sucesso – de mudança de *software* proprietário para *software* livre é o caso das forças de segurança francesas, que com esta migração terão conseguido uma diminuição dos custos em tecnologias de informação a rondar os 70%.

Também o Parlamento de Itália decidiu migrar 3500 *desktops*, bem assim como mais de 200 servidores, para GNU/Linux e OpenOffice, originando assim uma poupança na casa dos 3 milhões de euros por ano. Uma decisão implementada juntamente com uma recomendação a toda a restante administração pública italiana para que lhe siga o exemplo.

E vários outros governos têm avançado com experiências mais ou menos representativas de migração para sistemas abertos ao longo dos últimos anos, em busca de poupanças no valor anual pago em licenças de *software* proprietário e no cumprimento do objectivo traçado no plano de acção *eEurope 2002*, adoptado pelo Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que aponta no sentido da promoção da utilização de sistemas abertos de *software* pela Administração Pública.

No que toca a Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2002 estabelece que os serviços e institutos públicos devem dar cumprimento aos objectivos inscritos no plano de acção *eEurope 2002* através da adopção de planos de gestão da aquisição, uso e actualização de programas de computador, de forma a assegurar, designadamente, a adequada selecção de programas, quer de entre os disponíveis no mercado dos produtos sujeitos a licença de uso, quer em regime de uso gratuito ou condicionado, designadamente *freeware* e *shareware*, bem como por recurso a sistemas abertos de *software*.

Também a Resolução n.º 66/2004 da Assembleia da República recomenda ao Governo a tomada de medidas com vista ao desenvolvimento do *software* livre em Portugal, preconizando, nomeadamente, a elaboração de um livro branco do *software* livre, o desenvolvimento de um programa de definição e enquadramento de projectos piloto para a utilização de referência de *software* livre na Administração Pública, a criação de um serviço de apoio para suporte técnico à implementação e optimização de soluções *software*, nomeadamente *software* livre, no âmbito da Administração Pública, o estabelecimento da obrigatoriedade de acesso ao código fonte e especificações dos formatos de dados na aquisição de soluções informáticas destinadas à utilização pela Administração Pública e outras entidades do Estado, para o exercício de funções de soberania e outras áreas de importância estratégica, e ainda a adaptação dos diversos centros de recursos para as tecnologias da informação, no quadro da rede escolar pública, com vista à disponibilização de soluções em *software* livre a estudantes e pessoal docente.

Mais recentemente, a Assembleia da República aprovou a iniciativa Software Livre no Parlamento, que visa, designadamente, a disponibilização em formato aberto de toda a informação e documentação publicada nos sítios Internet e intranet da

Assembleia da República, permitindo aos seus utilizadores o acesso a todos os conteúdos de forma não condicionada ao uso de *software* proprietário, a disponibilização quando solicitado em todos os postos de trabalho dos Grupos Parlamentares e serviços da Assembleia da República de um pacote informático de ferramentas de produtividade em *software* livre compatíveis e complementares face aos sistemas actualmente utilizados que inclua nomeadamente programas de processamento de texto, folha de cálculo, gestão de apresentações, navegação na Internet, correio electrónico e gestão de agenda e leitura de ficheiros *multimédia*, e o desenvolvimento, pelo Centro de Informática da Assembleia da República, de um plano de migração de aplicações e serviços para *software* livre, com base num levantamento de soluções disponíveis.

De referir, a propósito, que a Agência Nacional de Compras Públicas adicionou recentemente algumas aplicações e sistemas operativos livres à lista de *software* que considera adequado para o funcionamento da função pública, uma mudança de paradigma que, conforme referiu a Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas, «permitirá, às entidades públicas, qualidade a preços muitíssimo mais reduzidos».

Entre o *software* livre reconhecido pela Agência Nacional de Compras Públicas estão o MySQL, Alfresco, Scalix, Red Hat Enterprise Linux, Caixa Mágica Enterprise Server, Linux Caixa Mágica e Ubuntu.

Pode-se portanto concluir, face ao exposto, que a iniciativa que neste momento temos em debate é pertinente e oportuna.

De facto, se a prudência aconselha a que não se precipite, nem se imponha administrativamente ou de forma mecânica ou precipitada transformações radicais neste âmbito, é sobremaneira importante reforçar a possibilidade de escolha dos decisores públicos, garantir a igualdade de concorrência entre os diversos fornecedores de *software* e incentivar a afirmação de projectos inovadores na área do desenvolvimento de aplicações informáticas de fonte aberta na Região Autónoma dos Açores.

Assim, depois de expurgada que foi daquilo que poderíamos chamar de excessiva militância por uma das escolhas, pois que ambas revelam qualidades e

insuficiências, este Projecto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP tem necessariamente que merecer o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Uma última palavra, Sras. e Srs. Deputados, para relevar a atitude construtiva e a abertura ao diálogo do proponente, que, com a proposta de substituição apresentada, mostrou saber distinguir o essencial do acessório.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(* Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se calhar a mim competia-me tal história, como certo conhecedor na matéria, mas não, não vou fazer isso.

A adopção do *software open source* pelo sector público regional possibilitará economizar no investimento que actualmente se faz em licenças de *software*, possibilitará quebrar a dependência de *software* proprietário e, a médio e longo prazo, contribuir para que pequenas e médias empresas na área das tecnologias de informação possam prestar serviços de apoio e produção, fomentando e promovendo a inovação da nossa região. Traduzir-se-á ainda no incentivo à fixação de activos de inteligência em tecnologia de ponta e fomentará a empregabilidade.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dá o seu apoio a esta iniciativa.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve referência à questão que o Sr. Deputado Pedro Gomes colocou, dizendo-lhe apenas o seguinte: está desde já desculpado, porque julgo que desconhece qual é a posição de fundo do PCP relativamente a estas questões.

Mas, de qualquer forma, fica a saber que, se ler a primeira parte – e eu vou dispensar-me de a ler novamente – da minha intervenção, que será possivelmente

disponibilizada, percebe perfeitamente qual é o fundamento ideológico que sustenta a proposta. Esta lá, Sr. Deputado, mas está desculpado, porque de facto eu percebo.

Mas há uma outra coisa que eu não desculpo: é o tal preconceitozinho, que está sempre associado ao PCP, de ser uma coisa empedernida, etc., etc. Relativamente à questão do *software* livre, quero dizer-lhe que o PCP foi sempre muito à frente, muito à frente de qualquer outra força partidária, Sr. Deputado, e isso é facilmente verificável.

Relativamente a outras questões que foram colocadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Abel Moreira, do CDS, e depois também reiteradas, um pouco mais exhaustivamente, pelo Deputado Pedro Gomes, quero dizer o seguinte: é evidente que relativamente à questão da migração o custo é zero, mas isso é apenas um pormenor.

Depois, relativamente a outras questões que levantou, se ler com atenção o Projecto de Resolução, é evidente que isto não força a nada, recomenda ao Governo Regional. O Governo Regional, que tem competência para isso, fará da forma que muito bem entender. O Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia já disse que o Governo Regional aceita a recomendação. Cabe, com toda a legitimidade, ao Governo Regional promover a forma como o quer fazer e quais as áreas da administração onde o quer fazer, se o quiser fazer.

Portanto, também não competia, em termos da parte deliberativa deste Projecto de Resolução, ao PCP estar a dizer exactamente ao Governo Regional aquilo que deveria fazer. Isso é uma competência do Governo Regional, não é uma competência desta Representação Parlamentar. Aliás, como eu disse na minha intervenção inicial, essa é uma legitimidade que nós reconhecemos ao Governo.

Quanto às autarquias, eu retomava uma questão que há pouco levantei. Há pouco, relativamente a um assunto que já hoje aqui foi discutido, eu referi – e, aliás, a proposta era do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – que achava que não se devia estar a invadir o território que é o território da autarquia. As autarquias, se muito bem entenderem, têm toda a competência para isso...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não foi isso que eu disse, eu disse que seria desejável que as autarquias aderissem.

O Orador: Então, fui eu que percebi mal, peço desculpa. Certamente, acho que sim, muito bem.

Relativamente à questão, nomeadamente, das escolas, que com certeza me é muito cara, competirá ao Governo Regional a introdução disso. Eventualmente, nada impede que qualquer grupo parlamentar ou representação parlamentar, daqui a algum tempo, possa vir a propor alguma coisa nesse sentido se, entretanto, o Governo Regional não o fizer e alguém entenda que deve ser estendido à rede escolar regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda já manifestou a sua mais do que favorável intenção de voto relativamente a este Projecto de Resolução do PCP. É mais do que justo, é mais do que necessário, é tão justo e tão necessário que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista diz que tinha necessariamente de concordar com este Projecto de Resolução, pela sua economia, pela sua modernidade. Mas já que estamos, enfim, numa onda de confissões, de culpas e desculpas, que aqui se estabeleceu, de perdões mais ou menos tácitos, há uma perguntinha que eu não posso deixar de fazer, endereçada ao Governo Regional.

Em Abril de 2009, o Bloco de Esquerda propôs, na Proposta de Orçamento Regional para 2009 e nas propostas de alteração...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É verdade, e o PSD aprovou.

A Oradora: ... no Programa 1, 1.5, Tecnologias da Informação e Comunicação, aditamento 1.5.2, Formação e Divulgação em *Software* Livre e dizia, na justificação, “Atribuição de 500 mil euros para formação e divulgação em *software* livre nas escolas”.

Ora bem, em Abril de 2009, não foi assim há tanto tempo, há pouco mais de um ano, o Governo Regional não estava nada entusiasmado, tanto quanto nós

entendemos, nem com o *software*, nem com a economia. Portanto, saudando o Governo e o grupo parlamentar da maioria, pela aprovação desta proposta do PCP, não podemos deixar de perguntar qual foi a mudança súbita do Governo Regional e do partido da maioria desde Abril do ano passado para agora. Finalmente, encontrou no *software* qualquer coisa de tão profundamente necessário que tinha, necessariamente, de concordar, é bonito! Mas, já agora, expliquem-me, por favor, como se eu fosse...

Deputado José San-Bento (PS): Loura!

A Oradora: ...loura!

(Risos da bancada do PS)

Presidente: Eu creio que já não há cavalheiros, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não há.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução, não havendo dúvidas na sua versão de substituição integral. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010 – “Emprende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dou a palavra ao PS para apresentar o diploma. Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O actual momento de crise internacional que o mundo atravessa e que, obviamente, afecta a nossa Região, coloca às instituições de governo próprio um conjunto de novos desafios ao nível da criação de mecanismos de promoção do

desenvolvimento económico. O aumento dos níveis de investimento público tradicional, por si só, não proporciona os efeitos multiplicadores, nem as externalidades positivas necessárias para ultrapassarmos os efeitos na nossa região da conjuntura internacional adversa.

A resposta a estes desafios exige um novo posicionamento de todos os agentes intervenientes na esfera económica, salientando-se em particular os empresários. O novo paradigma em que as empresas desenvolvem a sua actividade caracteriza-se pelo ultrapassar das constantes dificuldades colocadas e pelo necessário aproveitamento das oportunidades daí decorrentes.

Torna-se, assim, necessário às instituições de governo próprio adequarem também a sua acção, por um lado, no apoio à iniciativa privada de empresas já estabelecidas no mercado com capacidade de promoverem investimentos de montante elevado e, por outro lado, promoverem a possibilidade a cidadãos jovens empreendedores qualificados, alicerçados numa dinâmica assente na criatividade, na inovação e no conhecimento, de serem capazes de criar novos negócios ou de desenvolver novas oportunidades em organizações já existentes, agindo sobretudo em ambientes de forte competitividade e constante mudança.

A importância do empreendedorismo é inquestionável, pois representa um forte contributo para mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento de uma economia, sobretudo em meios mais pequenos, que, por si só, dificilmente geram economias de escala.

O capital humano que representa os jovens qualificados constitui um activo que urge aproveitar e incentivar, desenvolvendo medidas especialmente dirigidas àqueles que revelam potencial empreendedor.

Quando analisamos a conjuntura actual do empreendedorismo, podemos observar que os empreendedores, e as suas acções, giram à volta de três aspectos principais: oportunidade, risco e recompensa.

Consciente das dificuldades que a tradicional formação dos nosso Sistema Educativo revela, ao providenciar aos jovens instrumentos que lhes permitam, desde cedo, avaliar correctamente as oportunidades de novos negócios e o seu respectivo risco de implementação, o Grupo Parlamentar do PS fez aprovar, muito

recentemente, nesta Câmara, um Projecto de Resolução denominado “Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores”, que visa desde cedo colmatar essas mesmas dificuldades.

Mas quisemos ir mais longe! A “Grande Recessão” internacional fez com que a variante “risco” fosse exponenciada pelas instituições bancárias financiadoras, dificultando o acesso ao crédito aos jovens dispostos a arriscar em novas áreas de negócio na nossa terra. Esta maior dificuldade de acesso ao crédito levou, ainda, a um maior receio dos jovens em investirem num mercado pouco estável.

Por estes motivos e após alguns anos de vigência do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A, de 31 de Julho, que criou o Empreende Jovem, assumimos como necessário que este programa seja reformulado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Incidimos a nossa intervenção organizada em três eixos de acção: Ampliação e clarificação do âmbito do Programa; menos burocracia e mais rapidez processual; e mais apoio e acompanhamento ao jovem empreendedor.

No primeiro eixo, ampliamos e clarificamos o âmbito de intervenção do Empreende Jovem, alargando substancialmente as áreas de actividade abrangidas, permitindo o acesso a jovens com outro tipo de qualificações e reduzindo a percentagem mínima de capital social do jovem empreendedor a 50% do capital da empresa candidata ao projecto.

Relativamente ao segundo eixo de acção, o Programa passa a exigir menos burocracia e mais rapidez de procedimentos, diminuindo o número de entidades intervenientes na análise das candidaturas, ao mesmo tempo que são estipulados prazos, a partir do momento em que são aprovadas as candidaturas, para resposta aos jovens e para serem feitos os respectivos pagamentos.

Quanto ao terceiro eixo de acção, a adequação concreta à crise internacional exigiu, também, que o montante de investimento sujeito a apoio seja maior, oscilando entre os 15 mil e os 300 mil euros; foi também eliminado o empréstimo (aquele que se chamava subsidio reembolsável) e passa a existir, apenas, um subsídio não reembolsável aos jovens empreendedores, que começa com uma base de 50% do seu investimento elegível.

Mas não ficamos apenas por aí, introduzimos inúmeras majorações com o objectivo de promover a qualificação, de direccionar o investimento e de aumentar a participação dos nossos jovens empreendedores nas empresas.

- 5% de majoração à taxa de incentivo quando os projectos incidam sobre actividades no domínio das ciências do mar, da biotecnologia e das tecnologias agro-alimentares, tecnologias da saúde, tecnologias da informação e energias renováveis;
- 5 % de majoração à taxa de incentivo no caso de projectos cujos jovens empreendedores tenham frequentado, com aproveitamento, até ao encerramento do processo, um curso de empreendedorismo, assim como aos titulares de licenciatura, cujo plano de curso integre esta mesma formação;
- 5%, também, no caso de projectos premiados no Concurso Regional de Empreendedorismo;
- 5%, também, no caso de projectos em que o capital é detido, em pelo menos 75%, por jovens empreendedores;
- E uma majoração variável entre 5% e 10% para todos os projectos localizados nas ilhas de Santa Maria, Pico, Faial, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo.

Está, ainda, prevista a possibilidade dos jovens empreendedores utilizarem os mecanismos de antecipação ou de adiantamentos de pagamentos, de forma evitar dificuldades de tesouraria com o desenvolvimento do seu próprio projecto.

Por fim, é concedida especial atenção à parentalidade jovem, introduzindo-se para este efeito medidas de discriminação positiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura de uma tão forte crise internacional, não basta falar de desemprego para que ele desapareça.

O novo Empreende Jovem, aqui proposto, visa essencialmente estimular uma cultura de risco e vontade empreendedora, ao promover a criação de empresas e de emprego de carácter inovador.

Esta é mais uma iniciativa, associada a tantas outras postas em prática pelo PS,

onde fornecemos mais um instrumento, progressista, moderno, adequado e fundamental para a promoção da coesão da nossa terra, para o fomento do emprego sustentado, para a criação de mais e melhores empresas em áreas tão diversas como o do conhecimento ou do turismo.

Mas esta aposta estruturada no aprofundamento dos mecanismos de apoio aos empreendedores, que tanta mais valia pode trazer à nossa terra, não será possível se, da parte dos jovens, não existir o anseio, o desejo, a irreverência e o sentido inventivo de pôr em prática as suas boas ideias no sentido de termos uma sociedade mais desenvolvida, mais igual, mais justa e, por tudo isso, mais fraterna. Fica aqui o nosso contributo.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputado Helder Silva**

(*PS*): Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos das bancadas do PS e Governo*)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Para já tenho inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da análise que fazemos a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero começar por afirmar que, na generalidade, vamos dar o nosso apoio. Entretanto, suscitou-nos algumas dúvidas a apreciação do projecto inicial.

Desde logo, alguma subjectividade que continha a entrevista prevista no ponto 1 do artigo n.º 5, mas já percebi que foi eliminada, por proposta do proponente. Assim como também nos suscitou algumas dúvidas e a introdução de necessária correcção relativamente ao ponto 1 do artigo 9.º, no relativo à gradação, às majorações dos apoios, conforme as diferentes ilhas. Consideramos que, estando São Miguel e a Terceira num patamar de desenvolvimento diferente do que estariam o Faial e o Pico, mas que o Faial e o Pico estão, também, num patamar de desenvolvimento diferente daquele que é o patamar de desenvolvimento das restantes ilhas,

acabámos por subscrever uma proposta que vai exactamente de encontro a esta preocupação que é nossa.

Portanto, eu introduzi já aqui as questões da especialidade que considerávamos mais importantes e, sobre este assunto, nada tenho a dizer, a não ser o seguinte: estranho que se considere e, enfim, teremos oportunidade de ouvir, durante o debate, a justificação de algumas propostas que colocam, nomeadamente, o Pico e o Faial no mesmo patamar de desenvolvimento de outras ilhas, as chamadas ilhas de coesão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito da iniciativa de revisão do sistema de incentivos Empreendedorismo Jovem, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PS e agora apresentada pelo Sr. Deputado Francisco César, é para o Governo Regional, nesta primeira intervenção, importante começar por destacar o facto de a proposta em apreciação vir ao encontro das principais necessidades que nós identificámos relativamente ao programa existente desde 2006.

Por um lado, porque alarga o leque dos potenciais beneficiários e, também, das áreas de actividade envolvidas. Promove de certa forma a simplificação de procedimentos, aspecto sempre importante num programa ligado ao empreendedorismo. Clarifica alguns aspectos que, na execução e na aplicação do diploma ao longo destes anos, se revelaram geradores de dúvidas na sua aplicação concreta e prática. E, sobretudo, porque adequa o instrumento de incentivo ao empreendedorismo dos jovens às actuais dificuldades com que se deparam os jovens empreendedores, aqueles que querem investir, que têm ideias e capacidade de inovação para investirem nesta altura, por via, naturalmente, das contingências e das consequências da crise financeira internacional e, portanto, do contexto económico onde hoje em dia se movem. Portanto, faz o Governo Regional, numa primeira análise, uma apreciação bastante positiva desta iniciativa.

De um ponto de vista técnico ou mais específico de análise, o Governo saúda também o facto de, da apreciação em comissão desta iniciativa, terem surgido e terem saído algumas alterações, que têm em conta sugestões feitas no âmbito da audição do Governo sobre o diploma. Falo, por exemplo, do prazo de execução dos projectos, que passou de dois para três anos, fazendo um paralelo com aquilo que é habitual, ou que é já usual, nos restantes sistemas de incentivos. Falo na inclusão de linhas de apoio para despesas processuais e de registo, que podem parecer não ser, numa primeira análise, muito relevantes, mas que, num tipo de projecto como estes e falando-se de empreendedorismo jovem, têm muito peso na decisão e na necessidade de apoio ao investimento. Falo ainda no caso das majorações a conceder, quer àqueles jovens que foram premiados no âmbito do concurso regional de empreendedorismo, quer aos candidatos que detenham mais de 75% do capital das empresas em causa.

Esta é, portanto, uma iniciativa que nós saudamos, que nós acompanhamos, que melhora um instrumento que o Governo Regional tinha e tem criado e que está em aplicação mas que, perante o actual contexto e também porque já tem alguns anos de execução, necessitava de uma revisão. Ela chegou em boa hora, num contexto e numa altura em que é muito mais difícil e muito mais exigente, quer do ponto de vista económico, quer, até, do ponto de vista pessoal, ousar arriscar e ousar investir, particularmente quando se é jovem ou se está no início da vida profissional.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ficar por aqui, por hoje. Continuamos amanhã, com a agenda. Tenho aqui as inscrições que já foram feitas.

Deputado Mário Moniz (BE): Considerou a minha, Sr. Presidente?

Presidente: Considerarei, sim, Sr. Deputado Mário Moniz.

Recomeçamos amanhã, com a agenda, às dez da manhã.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 20:00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo Costa

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Menezes

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 – Requerimentos:

Assunto: Plano de Contenção de custos no Serviço Regional de Saúde

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2010.06.18

Referência: 54.01.00 – N.º 280/IX.

REQUERIMENTO

Plano de contenção de custos no Serviço Regional de Saúde

Considerando que os hospitais regionais apresentaram um défice na ordem do 60 milhões de Euros, no ano de 2009;

Consideradas as intervenções públicas do Senhor Secretário da Saúde que, nos últimos dias, dão conta da implementação de um plano de contenção de custos no Serviço Regional de Saúde;

Considerando que a 3 de Junho de 2010, o Secretário Regional da Saúde fez uma intervenção pública dando conta que a tutela terá solicitado aos hospitais regionais um “levantamento exaustivo, por todas as rubricas de custo”, sobre onde é que poderia ser efectuada poupança, “tarefa dos conselhos de administração dos hospitais”, com o auxílio de uma empresa “consultora internacional que também está a ajudar na identificação de oportunidades de ganhos”;

Considerando que o sucesso de qualquer plano de contenção de custos está votado ao fracasso se não conseguir induzir uma actuação concertada, colaborante e consensual de todas as entidades envolvidas;

Considerando que não pode ser colocado em causa o princípio de *“garantia do acesso das populações, em condições de universalidade e de generalidade, a cuidados de saúde de qualidade, de acordo com uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, mas que não deixe de estar orientada para as necessidades dos utentes”*, como assumido, pelo Governo Regional no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, que altera o Estatuto do Serviço Regional de Saúde (SRS) transformando os hospitais regionais em entidades públicas empresariais e aprovando o respectivo regime jurídico e estatutos.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes elementos:

- Cópia do parecer da empresa consultora internacional;
- Cópia do contracto de prestação de serviços de consultadoria da referida empresa;
- Qual o montante cobrado pela empresa de consultadoria internacional?
- Cópia do “levantamento exaustivo, por todas as rubricas de custo”, efectuado pelos Conselhos de Administração dos Hospitais Regionais;

- Cópia de levantamentos efectuados pela Direcção Regional de Saúde e pela Sudaçor;

O Deputado Regional, *Artur Lima*

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*